

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Liliane Gonçalves Fernandes de Lima

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): um estudo do perfil dos bolsistas e da perspectiva de gestores de uma instituição privada de ensino superior de Belo Horizonte.

Belo Horizonte
2020

Liliane Gonçalves Fernandes de Lima

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): um estudo do perfil dos bolsistas e da perspectiva de gestores de uma instituição privada de ensino superior de Belo Horizonte.

Versão Final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Maria Alice de Lima Gomes Nogueira

Belo Horizonte
2020

L732p
T

Lima, Liliane Gonçalves Fernandes de, 1985-

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) : um estudo do perfil dos bolsistas e da perspectiva de gestores de uma instituição privada de ensino superior de Belo horizonte [manuscrito] / Liliane Gonçalves Fernandes de Lima. - Belo Horizonte, 2020.

150 f., enc.: il.

Orientadora: Maria Alice de Lima Gomes Nogueira.

Dissertação – (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Inclui bibliografia: f. 139

1. Democratização da educação - Teses. 2. Ajuda federal ao ensino superior - Teses. 3. Educação e Estado - Teses. 4. Ensino superior – Aspectos sociais - Teses. 5. Ensino superior – Belo Horizonte (MG) - Teses. 6. Direito à educação - Teses. 7. Ajuda federal a escolas particulares - Teses. 8. Universidades e faculdades particulares – Belo Horizonte (MG) - Teses. 9. Ensino superior e Estado – Teses. 10. ProUni (Programa).

I. Nogueira, Maria Alice de Lima Gomes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD: 378



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E
INCLUSÃO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

O Programa Universidade para Todos (PROUNI): um estudo do perfil dos bolsistas e da perspectiva de gestores de uma instituição privada de ensino superior de Belo Horizonte

LILIANE GONÇALVES FERNANDES DE LIMA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 16 de dezembro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Maria Alice de Lima Gomes Nogueira - Orientador
UFMG

Prof(a). Claudio Marques Martins Nogueira
UFMG

Prof(a). Maria Inês Martins
PUC MINAS

Professora Dra. Andrea Moreno
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é para mim uma palavra que não resumiria todo o sentimento que tenho por aquelas pessoas que contribuíram para que eu concluísse esta jornada em minha vida. Fazer o mestrado e, antes disto, chegar a esta etapa acadêmica não foi fácil. Graças às pessoas que estiveram ao meu lado até aqui é que posso dizer que cheguei à conclusão desta importante etapa de minha vida, que consegui algo que, há pouco tempo, parecia distante. Por hora, utilizarei as palavras “gratidão” ou “agradecimento” na tentativa de reconhecer o esforço destas pessoas em ajudar-me na trajetória.

Primeiro, dirijo minha gratidão à minha mãe. Desde sempre minha mãe incentivou-me aos estudos, à leitura, à escrita, o que influenciou muito em meu interesse em fazer parte do mundo universitário. Ela esteve sempre ao meu lado, em minha trajetória de vida e no mestrado, apoiando minhas decisões e me encorajando diante das dificuldades, fosse com seu acolhimento, fosse com suas sábias palavras. Quando, por vezes, pensava que não conseguiria, estava ela dizendo que era “isto que esperavam dos pobres, que não ocupem este lugar”. Hoje, refletindo com mais cuidado, percebo que suas palavras me fizeram buscar ser uma mulher como ela: forte. Minha mãe me ensinou, com seu exemplo de vida e com seu incentivo, a lutar por meus sonhos, a conquistar espaços honrando minha história e a história daqueles(as) que me antecederam, os(as) quais tanto lutaram para que eu e tantos(as) outros(as) estivéssemos nos lugares onde estamos hoje.

Meu agradecimento ao meu esposo, pelo afeto, pela compreensão, paciência e grande ajuda emocional. Obrigada por estar ao meu lado. À minha pequena Clarissa, por ser meu conforto e fonte de alegria.

Dirijo também minha gratidão à Rose e à Natália, minhas irmãs queridas, que também ofereceram suporte para que eu pudesse seguir em frente nos estudos. Ao Romeu, também agradeço pelo apoio.

Agradeço a meus irmãos, Rafa e Messias, minhas tias e minha avó Geralda, por acreditarem na minha escolha e por terem me apoiado, mesmo que não fosse totalmente compreensível para eles(as) o seu significado de tudo o que eu buscasse: por empatia, por afeto e respeito, me consolaram, me apoiaram, me incentivaram. A vocês, minha gratidão.

Meus agradecimentos à Shirley e à Simone que também se colocaram à disposição em ajudar tanto cuidando de Clarissa, quando precisei, para poder concentrar nos estudos, quanto ajudando resolver problemas cotidianos.

Não posso deixar de dirigir minha gratidão aos(as) amigos(as) que adquiri na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os(as) quais me ajudaram e apoiaram significativamente: Bréscia Nonato, Gustavo Bruno, Thainara Castro e Patrícia Cappuccio. Bréscia, agradeço pelos aconselhamentos valiosos e ajuda com as dúvidas, você se tornou uma inspiração acadêmica e pessoal. Gustavo, agradeço por ter estado sempre disponível para ajudar na produção e nas análises dos dados, e, é claro, por ser um grande companheiro no *rock*. Thainara e Patrícia, por sempre estarem dispostas a ajudar quando recorri a vocês.

Meu agradecimento, em especial, ao professor Cláudio Marques Martins Nogueira, que incentivou e apoiou a ideia de seguir para o mestrado. Agradeço-o também pela empatia, por ser uma pessoa atenciosa e humana.

Meu agradecimento à minha orientadora, professora Maria Alice de Lima Gomes Nogueira. Cada orientação significava para mim uma aula, um momento de aprendizado muito rico. Agradeço também pela sua paciência e compreensão.

Meu agradecimento à UFMG, sobretudo, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social da Faculdade de Educação (FaE), um lugar de convivências, experiências e aprendizados memoráveis.

Meu agradecimento também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que propiciou minha permanência no mestrado através da bolsa de estudos.

Gratidão à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – Minas), por abrir suas portas e permitir a realização desta pesquisa. Meu agradecimento às participantes da entrevista, gratidão pela atenção e por vocês disponibilizarem seu tempo para nos atender.

Gratidão à professora Maria Inês e ao professor Cláudio, por aceitarem o pedido de participação na banca examinadora.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante esta formação e que torceram por mim, me apoiaram e incentivaram. Este momento significa muito para mim e não poderia deixar de agradecer a vocês que me fortaleceram na caminhada.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o de traçar o perfil e a trajetória acadêmica do atual bolsista do ProUni, no contexto brasileiro e no contexto de uma universidade privada da cidade de Belo Horizonte. Para tanto, foram utilizados: (i) dados secundários provenientes do Censo da Educação Superior brasileira e de fontes documentais emanadas da instituição investigada; (ii) dados primários obtidos em entrevistas semiestruturadas com gestoras da instituição. Os resultados evidenciaram que o perfil do estudante beneficiário do Programa discrepa parcialmente do perfil geral do estudante do ensino superior privado no Brasil, bem como do perfil do estudante da instituição investigada, o qual vem se elitizando no curso dos últimos anos. Tais resultados confirmam teorias sociológicas acerca da democratização segregada no processo de expansão e massificação do ensino superior, a exemplo das análises sobre a existência de “desigualdades horizontais” que condicionam o ingresso e o sucesso dos grupos sociais menos favorecidos.

Palavras chave: ProUni. Ensino superior privado. Democratização do ensino superior.

ABSTRACT

This research's objective is to delineate the profile and the academic's trajectory of the current ProUni's scholar in the Brazilian context and a private institution from the city of Belo Horizonte. For this, were used: (i) secondary data from the Brazilian Higher Education Census and documentary sources generated by the investigated institution; (ii) and primary data obtained in semi-structured interviews with the institution managers. The results show that the profile of the student attended by the program partially differs from the general profile of the private higher education student in Brazil, as from the students' profile of the investigated institution, which it's becoming more affluent in the course of the last years. Such results confirm sociological theories about the segregated democratization in the process of expansion and massification of higher education, as viewed from the analysis about the existence of "horizontal inequalities" that condition the access and success of the less advantaged social groups.

Keywords: ProUni. Private higher education. Democratization of higher education access.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 – Distribuição no território brasileiro das IES segundo categoria administrativa (2017)	45
Figura 2 – Organograma da organização acadêmica das IES no Brasil	46
Figura 3 – Infográfico da distribuição das IES segundo organização acadêmica (2017).....	47
Figura 4 – Distribuição dos ingressantes por IES privada por unidade federativa (2017).....	53
Figura 5 - Distribuição dos ingressantes em instituições privadas segundo organização acadêmica (2017).....	54
Figura 6 - Distribuição bolsistas ProUni segundo unidades da federação (2017).....	69
Figura 7 – Distribuição das unidades da PUC Minas (2019)	86
Figura 8 – Nuvem de palavras com acompanhamento da participação dos cursos em atividade extracurricular referente aos estudantes que ingressaram na PUC Minas (2012-2017).	127

Gráficos

Gráfico 1 – Evolução do número de IES segundo categoria administrativa	44
Gráfico 2 - Evolução das matrículas no Ensino Superior segundo categoria administrativa 1960-2017.....	52
Gráfico 3 - Evolução do número de beneficiários do ProUni no Brasil.....	67
Gráfico 4 – Evolução ingressantes geral e beneficiários do ProUni na PUC Minas (2010-2017).....	89
Gráfico 5 – Evolução da participação em atividade extracurricular dos ingressantes na PUC Minas em 2012	125
Gráfico 6 – Evolução da situação acadêmica dos bolsistas do ProUni na PUC Minas (2012-2017).....	129
Gráfico 7 – Evolução da situação acadêmica dos ingressantes na PUC Minas (2012 a 2017)	129
Gráfico 8 - Evolução da situação acadêmica dos beneficiários do Prouni com bolsa integral na PUC Minas ingressantes em 2012 (2012-2017).....	132
Gráfico 9 - Evolução da situação acadêmica dos beneficiários do Prouni com bolsa parcial na PUC Minas ingressantes em 2012 (2012-2017).....	132

Quadros

Quadro 1 – Organização por eixo e autores, conforme classificação de Casali e Mattos (2015)	21
Quadro 2 – Trabalhos selecionados a partir do corpus resultante da pesquisa na plataforma <i>Scielo</i>	22
Quadro 3 - Dez cursos com maior participação masculina e com maior participação feminina na PUC Minas (2017).....	101
Quadro 4 – Distribuição dos ingressantes na PUC Minas por área de conhecimento (2017)	114
Quadro 5 – Distribuição dos bolsistas beneficiários do ProUni na PUC Minas, segundo sexo e curso (2017).....	116
Quadro 6 - Notas de corte dos beneficiários do ProUni nos cursos de licenciatura na PUC Minas (2017)	119
Quadro 7 – Notas de corte dos beneficiários do ProUni nos cursos de bacharelado na PUC Minas (2017)	119
Quadro 8 – Relação de cursos segundo a situação acadêmica dos ingressantes em 2012 com bolsa do ProUni (2017)	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das IES privadas segundo categoria administrativa e organização acadêmica (2017).....	48
Tabela 2 – Resultado IGC (2017).....	50
Tabela 3 – Oferta de cursos das IES privadas segundo área geral OCDE (2017).....	52
Tabela 4 - Distribuição ingressantes no Ensino Superior privado segundo características sociodemográficas e acadêmicas	55
Tabela 5 – Distribuição dos ingressantes do ensino superior privado segundo sexo/cor/raça e idade (2017).....	57
Tabela 6 – Distribuição dos ingressantes no ensino superior privado segundo sexo/cor/raça e dados acadêmicos (2017).....	57
Tabela 7 – Distribuição dos beneficiários do ProUni segundo IES (2017).....	70
Tabela 8 - Distribuição dos beneficiários do ProUni por área de conhecimento (2017).....	70
Tabela 9 - Distribuição ingressantes com ProUni no Brasil segundo características sociodemográficas e acadêmicas (2017)	71
Tabela 10 - Distribuição de bolsistas do ProUni em cursos presenciais (2017).....	73
Tabela 11 – Distribuição de bolsistas ProUni em cursos a distância (2017).....	73
Tabela 12 – Distribuição dos bolsistas segundo situação acadêmica (2017)	75
Tabela 13 – Situação acadêmica dos bolsistas ProUni segundo tipo de bolsa (2017)	75
Tabela 14 – Distribuição dos bolsistas ProUni por município de Minas Gerais (2017)	76
Tabela 15 – Dez instituições com maior número de bolsistas ProUni em Minas Gerais (2017)	77
Tabela 16 – Distribuição bolsistas ProUni de Minas Gerais segundo características sociodemográficas e acadêmicas (2017)	78
Tabela 17 – Dez cursos presenciais e a distância que receberam mais bolsistas ProUni em Minas Gerais (2017)	80
Tabela 18 – Dez IES que mais receberam bolsistas ProUni em Belo Horizonte (2017)	81
Tabela 19 – Distribuição dos bolsistas ProUni em Belo Horizonte, segundo características sociodemográficas e acadêmicas (2017)	82
Tabela 20 – Distribuição de bolsistas ProUni em Belo Horizonte por curso (2017)	83
Tabela 21 - Lista das dez instituições de Ensino Superior situadas em Minas Gerais com maior oferta de cursos, de matrículas e ingressantes (2017)	88

Tabela 22 – Oferta de bolsas e candidatos ao ProUni pré-selecionados na PUC Minas (2017)	91
Tabela 23 – Distribuição dos ingressantes na PUC Minas segundo características sociodemográficas e acadêmicas (2010 – 2017)	100
Tabela 24 – Distribuição dos ingressantes ProUni na PUC Minas segundo características sociodemográficas (2010 – 2017)	106
Tabela 25 – Distribuição dos ingressantes bolsistas do ProUni e público geral na PUC Minas, segundo sexo e raça/cor (2017)	108
Tabela 26 – Distribuição dos beneficiários ProUni na PUC Minas, segundo sexo/cor idade (2017)	109
Tabela 27 – Distribuição dos ingressantes beneficiários do ProUni na PUC Minas, segundo dados acadêmicos (2010 – 2017)	111
Tabela 28 – Associação entre variáveis dos beneficiários do ProUni na PUC Minas (2017)	113
Tabela 29 – Distribuição dos beneficiários do ProUni na PUC Minas, por grau acadêmico, área geral e curso de ingresso (2017)	115
Tabela 30 – Evolução no número de bolsistas do ProUni com destaque acadêmico na PUC Minas (2005 – 2018)	123
Tabela 31 – Quinze cursos com maiores números de Destaque Acadêmico na PUC Minas (2005 a 2018)	124
Tabela 32 – Cursos com maiores percentuais de estudantes bolsistas do ProUni com Fies (2017)	128
Tabela 33 – Situação acadêmica em 2017 dos bolsistas do ProUni ingressantes na PUC Minas em 2012, segundo sexo, cor/raça e origem escolar e teste qui-quadrado	130

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CES	Censo da Educação Superior
COFINS	Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
COLAP	Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do ProUni
CONAP	Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CREDUC	Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes
EMI	<i>Effectively Maintained Inequality</i>
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FaE	Faculdade de Educação
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MMI	<i>Maximally Maintained Inequality</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCE	Programa de Crédito Educativo
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ProUni	Programa Universidade para todos
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SECAC	Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários
<i>Scielo</i>	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	17
<u>CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO DO OBJETO E PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</u>	21
1.1 Localizando estudos sobre o ProUni	21
1.1.1 Acesso ao ProUni, escolha do curso e permanência	24
1.1.2 Estudos com enfoque nas especificidades do bolsista ProUni	27
1.2 O objeto de estudo	28
1.2.1 O perfil dos estudantes	29
1.2.2 A trajetória universitária	31
1.3 Dados e método	32
1.3.1 Os dados secundários e a escolha da instituição pesquisada	32
1.3.2 Os dados primários	34
<u>CAPÍTULO 2 - A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL</u>	36
2.1 O ensino superior brasileiro privado: contexto histórico e organização	36
2.1.1 Uma divisão em ciclos na constituição do sistema privado	36
2.1.2 Organização do sistema privado	40
2.2 Revelando dados do ensino superior privado	43
2.2.1 Perfil do alunado das instituições privadas	53
<u>CAPÍTULO 3 - O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)</u>	60
3.1 Constituição e organização do Programa Universidade para Todos	60
3.1.1 O sistema de seleção do ProUni: um jogo de escolhas?	64
3.2 Os dados do ProUni: traçando um panorama no Brasil, Minas Gerais e Belo Horizonte	66
3.2.1 O ProUni no Brasil	67
3.2.2 O ProUni em Minas Gerais	76
3.2.3 O ProUni em Belo Horizonte	81
3.3 O ProUni na PUC Minas	84
3.3.1 Os relatos da gestão sobre os candidatos, desafios e impactos do ProUni	89
<u>CAPÍTULO 4 - OS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS PROUNI NA PUC MINAS</u>	99
4.1 O Perfil dos ingressantes da PUC Minas	99
4.2 O perfil sociodemográfico e educacional dos estudantes beneficiários do ProUni na PUC Minas	105

4.3 Trajetória acadêmica dos beneficiários do ProUni na PUC Minas	110
4.3.1 Articulação de variáveis: identificando relações entre características dos bolsistas e dados de ingresso	112
4.3.2 Distribuição dos bolsistas por área de conhecimento e participação dos sexos	114
4.3.3 Os desafios enfrentados na permanência e as características do percurso acadêmico dos bolsistas	121
4.3.4 Explorando a situação acadêmica dos bolsistas na PUC Minas	128
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	136
<u>REFERÊNCIAS</u>	139

INTRODUÇÃO

Em minha trajetória acadêmica na graduação, no curso de administração, iniciado em 2005 e concluído em 2008, não raras vezes, esteve presente um incômodo relativo à posição inferiorizada que eu sentia em relação a maioria dos meus colegas de curso¹. Esta sensação estava relacionada à comparação que eu fazia da bagagem escolar e cultural que eles possuíam e que lhes proporcionava uma experiência universitária distinta daquilo que eu vivenciava. Eu sentia dificuldade em acompanhar a cultura acadêmica e universitária e em compreender os conteúdos e conceitos que pressupunham conhecimentos prévios, os quais eu não tivera acesso na minha trajetória na educação básica, cursada em escolas públicas. Como estudante de camada popular, primeira na família, dentre gerações, a ingressar no ensino superior, cursei este nível de ensino em instituição privada, no período noturno, com bolsa integral do Programa Universidade para Todos (ProUni), conciliando, durante todo o percurso do curso, trabalho e estudos.

As diferenças que eu percebia haver entre os alunos bolsistas e os não bolsistas me causavam estranhamento e inquietação. Os alunos não bolsistas aparentavam apresentar: maior facilidade na compreensão de determinados conteúdos, principalmente, aqueles relacionados a cálculos; maior facilidade de expressão e comunicação, tanto com professores quanto com os demais funcionários da instituição; maior conhecimento do espaço universitário e de seu funcionamento; maior facilidade em lidar com as novas tecnologias da informação e comunicação; maior poder aquisitivo para compra dos materiais necessários aos estudos. Eu notava ainda diferenças em relação à localização dos estudantes na sala de aula, ou seja, quais eram os assentos que os bolsistas e os não bolsistas geralmente ocupavam, e aquelas que envolviam a relação com os pares. Havia uma separação entre os alunos bolsistas e os não bolsistas, mesmo que esta passasse aparentemente despercebida a algumas pessoas. Como estudantes, vivenciamos naquele momento um cenário no qual o mérito constituía a justificativa para o sucesso nos estudos e no qual o estudo da Sociologia, no curso, não se abria para a discussão de questões específicas que envolvessem o questionamento realidade e dos efeitos das desigualdades. Tais inquietações permaneceram comigo até eu ingressar, posteriormente, no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2014, no período diurno.

¹ Fez-se a escolha pela flexão masculino singular/plural para marcar a flexão de gênero e de número em todo o texto.

A opção por este curso se deu pelo meu interesse em atuar na área da Educação e em aprofundar meus conhecimentos sobre as práticas pedagógicas, o que se aliava ao fato de eu estar inserida profissionalmente no ensino superior privado, como tutora de cursos de graduação a distância. A inserção no curso de Pedagogia e a participação em disciplinas relacionadas à Sociologia da Educação aperfeiçoaram minha compreensão sobre a relação existente entre as desigualdades sociais e as desigualdades educacionais e, por meio desta, surgiram novos questionamentos sobre a influência das famílias e das estratégias dos diferentes grupos sociais sobre a longevidade escolar e o ingresso no ensino superior.

Como estudante de Pedagogia, tive a oportunidade de fazer parte de uma pesquisa, pelo Programa de Iniciação Científica, a qual tratava do acesso e do processo de escolha do curso no ensino superior na UFMG² após a implementação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e da Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012). Um dos resultados da pesquisa foi a descoberta da influência das políticas públicas na alteração da distribuição dos estudantes entre os cursos.

Foi neste contexto que decorreu minha ideia de investigar o “novo” público de estudantes que passou a ingressar no ensino superior em um cenário de implementação de diversas políticas públicas, tais como: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado em 2001; o Programa Universidade para todos (ProUni), institucionalizado em 2005, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007, o Sistema Unificado de Seleção (SiSU), instituído em 2010, e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012).

A implementação destas políticas provocou mudanças no acesso ao ensino superior tanto público quanto privado, nos últimos 20 anos, as quais dizem respeito, sobretudo, à inclusão de grupos antes excluídos deste nível de ensino. No Brasil, o ensino superior é ofertado tanto por instituições públicas e gratuitas quanto por instituições privadas, com ou sem fins lucrativos. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2017, 87,9% das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil são privadas, concentrando 75,3% da matrícula em cursos de graduação (INEP, 2018). Neste sentido, Cunha (2000) considera a privatização e a fragmentação institucional como as principais características do ensino superior brasileiro.

² Pesquisa intitulada “A implantação do SISU e o acesso às universidades federais: análise sociológica dos impactos sobre o processo de escolha dos cursos e Instituições de Ensino Superior em Minas Gerais”, coordenada pelo professor Cláudio Marques Martins Nogueira, professor da Faculdade de Educação da UFMG, e financiada pela FAPEMIG.

No âmbito do ensino superior privado, dois programas se destacam, o Fies e o ProUni, que consistem em incentivos governamentais para as instituições privadas – sendo o Fies um programa de financiamento de estudos com juros reduzidos e o ProUni um programa que oferece bolsas de estudo integrais e parciais.

Os jovens pertencentes a grupos sociais desfavorecidos que pretendem ingressar no ensino superior têm como alternativas: (i) candidatar-se às vagas das universidades públicas, podendo se beneficiar das atuais políticas de reserva de vagas; ou (ii) obter bolsa ou financiamento de estudos, na rede privada de ensino superior; (iii) participar da ampla concorrência. Trata-se, assim, de possibilidades distintas de acesso à universidade.

Esta pesquisa elegeu como tema de estudo os estudantes bolsistas do ProUni, com o objetivo de traçar o perfil destes e identificar sua trajetória estudantil no contexto de uma instituição privada de ensino superior de prestígio. Foram formulados três objetivos específicos: (i) compor o cenário geral dos ingressantes no ensino superior privado e no Programa Universidade para Todos; (ii) traçar o perfil dos estudantes bolsistas do ProUni (iii) identificar e analisar o perfil e a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas do Prouni de uma instituição privada de ensino superior.

Conceitos desenvolvidos por Bourdieu contribuíram com a formulação da análise nesta pesquisa no que se refere às condições de acesso dos estudantes desfavorecidos socialmente e dos bolsistas do ProUni ao ensino superior privado. A tese bourdieusiana de que, por detrás da aparência de um sistema de ensino aberto a todos, as desigualdades sociais se reproduziriam de maneira brutal mostrou-se pertinente aos resultados encontrados na pesquisa. Uma aparente “democratização” do ensino permitiria o acesso ao ensino superior daqueles provenientes de famílias menos privilegiadas. Entretanto, estes indivíduos investiriam “na hora errada e no lugar errado” (NOGUEIRA; CATANI, 2015).

Alguns estudos sobre o ProUni (ALMEIDA, 2015; SANTOS, 2015) apontam para a existência de um perfil específico de estudantes bolsistas. Eles carregariam distinções em relação ao seu grupo social de origem e estariam em certa vantagem por possuírem capitais culturais e informacionais que oportunizariam o ingresso em instituições e cursos mais bem posicionados na hierarquia horizontal presente no ensino superior.

Embora o ProUni seja entendido como importante política de acesso ao ensino superior para estudantes de grupos sociais desfavorecidos, poucas pesquisas se dedicaram a estudar o perfil dos estudantes que ingressaram no ensino superior por meio deste programa levando em consideração a trajetória estudantil.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, além deste tópico introdutório e das considerações finais. No primeiro capítulo, apresenta-se um levantamento de estudos sobre o ProUni considerando, principalmente, aqueles que se associam ao tema da pesquisa, seguindo-se da definição do objeto de pesquisa e da metodologia adotada.

No segundo capítulo, apresenta-se e discute-se o processo de expansão pelo qual passou o ensino superior privado no Brasil, a fim de se estabelecer um diálogo com o cenário em que o ProUni se insere. Neste sentido, para além do debate acerca do processo de expansão em que o setor se consolidou como o maior detentor de matrículas no ensino superior, buscou-se delinear sua composição e o quadro de ingressos.

O terceiro capítulo objetivou apresentar a constituição do ProUni e promover um diálogo entre o cenário dos bolsistas, nacionais e estaduais, e da instituição escolhida para estudo, que figura entre as quinze instituições do país com maior número de estudantes beneficiários do programa. Abordam-se também a perspectiva de gestores da instituição sobre a organização e a operacionalização da última etapa do processo seletivo do ProUni, que é de responsabilidade do estabelecimento de ensino, e os impactos do Programa na instituição e no Sistema do ensino superior como um todo.

O quarto capítulo é dedicado à análise dos dados sobre o perfil e sobre a trajetória dos bolsistas, a partir de dados primários e secundários, buscando estabelecer consonâncias e dissonâncias em relação ao contexto do quadro geral de ingressantes da instituição e do programa em pauta no âmbito nacional.

Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se os resultados obtidos na pesquisa.

CAPÍTULO 1

CONSTRUÇÃO DO OBJETO E PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

1.1 Localizando estudos sobre o ProUni

Concentramos nossa busca pela literatura pertinente na *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* que reúne um corpus de artigos publicados em um grande número de periódicos nacionais e estrangeiros³. Utilizando como descritor o termo “ProUni”, identificamos quarenta e oito artigos publicados. Foram localizados também três trabalhos impressos (dois livros e dois capítulos em coletânea) que abordavam o tema na perspectiva adotada por esta pesquisa.

Dentre os artigos identificados, destaca-se um trabalho de revisão de literatura sobre o ProUni (CASALI; MATTOS, 2015) que realizou busca tanto na *SciELO* quanto no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), resultando na seleção de vinte e sete estudos produzidos no período 2006 - 2011. Os autores classificaram os trabalhos selecionados em quatro eixos, conforme demonstrado no quadro que segue.

Quadro 1 – Organização por eixo e autores, conforme classificação de Casali e Mattos (2015)

Eixo	Autores
1. “O ProUni e as políticas públicas: acesso e permanência na Educação Superior”	Guerra (2009); Silva (2009); Silva (2007); Segenreich, (2009); Lambertucci (2007); Soares (2009).
2. “O ProUni e a política de inclusão social”	Rizzo (2010); Krames (2010); Almeida <i>et al.</i> (2010); Geraldo (2010); Sotero (2009); Leite (2009); Amaral; Oliveira (2011); Saraiva; Nunes (2011); Catani; Hey; Gilioli, (2006).
3. “O ProUni e a isenção de impostos: o público e o privado”	Stieg (2009); Carvalho (2006); Carvalho; Andrade, (2008); Feitosa (2007); Almeida (2006)
4. “ProUni: percepção e impactos segundo os beneficiários”	Costa (2008); Facieira (2009); Almeida (2009); Estácia (2009); Ferreira (2009); Farias (2010); Bérغامo (2009).

Fonte: elaboração própria, a partir de Casali e Mattos (2015).

O primeiro e segundo eixos reúnem trabalhos que abordam temas variados, tais como: a criação do ProUni; a expansão do Ensino Superior; a contribuição do programa para a formação de jovens e adultos; as expectativas de ingresso no ensino superior por parte de egressos do

³ Eximimo-nos de realizar um levantamento no Catálogo de Teses de Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em razão do volume excessivo de referências encontradas sob o descritor “ProUni” (N= trezentos e quatorze trabalhos acadêmicos). Esta decisão não nos pareceu prejudicial, uma vez que seja de praxe trabalhos acadêmicos tenderem a se converter em artigos publicados em periódicos.

Ensino Médio. Os autores concluem que os estudos classificados nos dois primeiros eixos confirmam a tese de que o ProUni dê um grande passo no que se refere à inclusão social e à democratização do acesso ao Ensino Superior por parte dos jovens desfavorecidos, mas apontam a necessidade de adequações no Programa, sobretudo, no que se refere à permanência dos bolsistas na universidade.

Os estudos referentes ao terceiro eixo assumem uma perspectiva de crítica (negativa) ao programa, em razão do caráter privatista e do recurso ao mercado. De modo oposto, o quarto eixo reúne trabalhos que enfatizam os impactos positivos do ProUni, no que se refere ao acesso ao ensino superior e à inserção no mercado de trabalho após conclusão da graduação.

Em suma, Casali e Mattos (2015) distinguem dois tipos de trabalhos, os que enxergam no programa uma contribuição para a democratização do acesso ao ensino superior e aqueles que enfatizam as limitações e contradições deste.

Constatou-se igualmente a significativa divisão no *corpus* dos artigos por nós identificados na *Scielo*: de um lado, trabalhos que abordam o ProUni com grandes críticas; de outro, estudos que o consideram como importante política de inclusão social. Neste sentido, nosso enfoque será dado aos textos da última perspectiva e que se relacionam com a abordagem da presente pesquisa.

Quadro 2 – Trabalhos selecionados a partir do corpus resultante da pesquisa na plataforma *Scielo*

(continua)

Título	Autoria	Objetivos
Uni ProUni, eu escolhi a que era do lado da minha casa: deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do ProUni no ensino superior privado	Abdal e Navarra (2014)	Investigar em que condições as distâncias percorridas para ir e voltar da instituição é considerada pelos bolsistas do ProUni na tomada de decisão para ingressar no ensino superior
ProUni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica	Almeida (2014) *	Compreender como se processam as dimensões do acesso e permanência dos estudantes bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo.
Os herdeiros e os bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo	Almeida (2015)	Discutir dados de pesquisa empírica com bolsistas do ProUni em diálogo com as reflexões presentes na obra “Os Herdeiros” (BOURDIEU; PASSERON, 2018).

Quadro 2 - Trabalhos selecionados a partir do corpus resultante da pesquisa na plataforma Scielo

(continua)

Título	Autoria	Objetivos
Alunos ProUni e não ProUni nos cursos de licenciatura: evasão em foco	Felicetti e Fossatti (2014)	Comparar a situação acadêmica de alunos bolsistas do ProUni e alunos não bolsistas de cursos de licenciatura
Egressos das licenciaturas: o que move a escolha e o exercício da docência	Felicetti (2018)	Responder as questões: “O que leva as pessoas a optarem pelos cursos de licenciatura ao ingressarem na universidade? O quanto estão satisfeitos ou insatisfeitos com a formação conquistada? O quanto estão satisfeitos ou insatisfeitos com o exercício da docência?”
ProUni - pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas	Fontele e Crisostomo (2016)	Analisar o ProUni a partir da opinião dos seus beneficiários.
Fatores de proteção em estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos	Karnal <i>et al.</i> (2017)	“Caracterizar os fatores de proteção para cursar uma graduação em estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos”
As novas políticas de inclusão escolar e as famílias: o caso dos beneficiários do ProUni na região metropolitana de São Paulo	Lima (2013) *	Traçar perfis e trajetórias de estudantes beneficiários do ProUni em diálogo com as condições sociais de suas famílias.
ProUni: Contribuições para a discussão das políticas públicas em educação superior no Brasil	Mattos e Martins (orgs.) (2016) *	Discutir e analisar a partir de diferentes abordagens o ProUni
Crescimento pessoal, mediação e sacrifício: itinerários sociais de estudantes beneficiários do ProUni	Mongim (2015)	Analisar itinerários sociais de estudantes beneficiários do ProUni
Itinerários de escolarização e mediações subjacentes: a experiência de discentes beneficiários do ProUni	Mongim (2016)	“Analisar os itinerários sociais de estudantes universitários beneficiários do ProUni, com foco no processo de constituição de significados e de incorporação prática de princípios instituintes que concorrem para a construção e a objetivação do projeto de aquisição do diploma de curso superior”.
Trajetórias escolares, famílias e políticas de inclusão social no Ensino superior brasileiro	Neves (2013) *	Conhecer e analisar como os estudantes beneficiários do ProUni avaliam as oportunidades instituídas com as políticas de inclusão social e o papel da família na decisão de continuidade dos estudos e de seguir uma carreira de nível superior.

Quadro 2 - Trabalhos selecionados a partir do corpus resultante da pesquisa na plataforma *Scielo*

(continuação)

Título	Autoria	Objetivos
Escolha do curso por prounistas: estudando a dimensão subjetiva da desigualdade	Oliveira e Bock (2016)	Investigar o processo de escolha profissional de jovens universitários bolsistas do ProUni, no sentido de contribuir para os estudos sobre a dimensão subjetiva da desigualdade social.
Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior	Redin (2017)	Analisar o ProUni e as relações com a juventude rural.
Consciência de Estudantes Prounistas sobre sua Inserção no ensino superior	Ribeiro e Guzzo (2017)	Analisar a consciência de bolsistas ProUni a partir da compreensão destes sobre a inserção e vivência no ensino superior.
Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio.	Santos (2012)	Analisar a inserção universitária de bolsistas do ProUni na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
<i>Informational Capital and sens du jeu: Identifying the Quality of Higher Education</i>	Santos (2015)	Investigar o sentido dado ao ingresso no ensino superior por bolsistas do ProUni, tendo como referência os conceitos de capital cultural e informacional elaborados por Bourdieu
A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni	Saraiva e Nunes (2011)	Analisar a efetividade do ProUni através da ótica de seus beneficiários.
Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão	Silva e Santos (2017)	Verificar o efeito das de políticas como ProUni e Fies na contenção da evasão no ensino superior privado

* Literatura impressa

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da plataforma *Scielo* (2018).

1.1.1 Acesso ao ProUni, escolha do curso e permanência

A maioria dos trabalhos classificados como aqueles que demonstram uma visão positiva do ProUni o percebe, como já colocado, como dispositivo de democratização do acesso ao ensino superior para grupos sociais anteriormente excluídos deste. Neste sentido, ele representaria uma forma de ação política afirmativa, inclusive no que diz respeito à raça, por reservar vagas para jovens negros.

O estudo de Redin (2017) enfoca a importância do ProUni para os jovens rurais, vislumbrando no programa um modo de minimizar a privação de acesso ao ensino superior, por

razões de ordem não somente social, mas também geográfica, concluindo que esta política educacional já tem provocado transformações sociais no campo.

No panorama dos estudos sobre a escolha do curso superior, Oliveira e Bock (2016) a relacionaram, por “prounistas”, de quatro cursos (Direito, Psicologia, Serviço Social e Pedagogia) com: a busca de uma instituição superior de prestígio; o reconhecimento social e o retorno financeiro do diploma; e a convivência com outros indivíduos com a mesma formação. Felicetti (2018), utilizando-se de dados sobre egressos de cursos de licenciatura, discute a questão do curso, comparando bolsistas com não bolsistas, tendo verificado que as escolhas se pautam na afinidade pelo curso, no desejo de enfrentar novos desafios e na percepção da relevância social do curso.

Santos (2015) também se debruçou sobre o processo de escolha do curso superior por bolsistas do ProUni, tendo realizado um levantamento do perfil de estudantes de três cursos (Administração, Direito e Psicologia), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A autora concluiu que os indivíduos pesquisados elaboraram estratégias de escolha do curso e da instituição, segundo sua percepção do grau de chances de mobilidade e ascensão social.

Quanto aos estudos sobre a permanência dos estudantes na universidade, duas publicações trazem abordagens diferenciadas, mas exibem um aspecto em comum: a maioria dos bolsistas ProUni são estudantes-trabalhadores que encontram significativa dificuldade para conciliar trabalho e estudos. A manutenção de uma fonte de renda mostra-se absolutamente necessária para fazer face aos custos com transporte, alimentação e material didático (ABDAL; NAVARRA, 2014; KARNAL *et al.*, 2017). A questão dos deslocamentos entre casa-trabalho-faculdade surge como ponto fundamental para a escolha, experiência e permanência no curso, bem como a possibilidade de estudos noturnos (ABDAL; NAVARRA, 2014). Ter uma bolsa não é suficiente para permanecer no curso superior, pois outras questões se associam ao processo de permanência, tais como: a qualidade das relações interpessoais; a disponibilidade de tempo para o cumprimento dos critérios acadêmicos requeridos para manutenção da bolsa (MONGIM, 2015, 2016). Diante de tal contexto, duas formas de apoio se revelam cruciais: (i) o apoio institucional para encorajar e auxiliar os estudantes a lidar com questões burocráticas e com a adaptação ao ambiente universitário (KARNAL *et al.*, 2017; SANTOS, 2012); (ii) o apoio familiar para enfrentar todos os desafios pertinentes (ABDAL; NAVARRA, 2014; KARNAL *et al.*, 2017).

Ainda no que concerne ao tema da permanência, dois textos focalizam a evasão dos bolsistas, mas colocando ênfase em dimensões distintas do fenômeno. Silva e Santos (2017)

comparam a frequência do fenômeno da evasão entre os “bolsistas” do ProUni e aqueles “financiados” pelo Fies concluindo que o ProUni apresenta taxas menores de evasão que o Fies. Já Felicetti e Fossatti (2014), comparando as taxas de evasão entre cursos, constataram um abandono maior entre os estudantes dos cursos de licenciatura.

Fontele e Crisostomo (2016) e Saraiva e Nunes (2011) identificaram grande aceitação do ProUni por parte dos bolsistas, mas seus entrevistados apontaram a necessidade de ajustes no programa. Eles também relataram terem vivido experiências de discriminação por serem bolsistas, com a consequente dificuldade de integração com seus pares (FONTELE; CRISOSTOMO, 2016; RIBEIRO; GUZZO, 2017; MONGIM, 2015,2016; SANTOS, 2012).

Finalmente, a coletânea organizada por Mattos e Martins (2016) traz textos que compreendem dimensões diversas: o ProUni em si mesmo; o ponto de vista de seus beneficiários; a percepção de gestores, professores e assistentes sociais sobre o programa. Cabe destacar, para esta pesquisa, dois trabalhos: Gentilini *et al.* (2016) e Siqueira (2016).

O trabalho de Gentilini *et al.* (2016) tem como objetivo apresentar uma avaliação preliminar da eficácia do ProUni e os resultados de uma pesquisa desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – Minas) sobre a percepção de gestores da instituição sobre o ProUni. O trabalho se origina de uma pesquisa maior que investigava o programa na instituição a partir de diferentes prismas. Tendo em vista os resultados produzidos com a aplicação de questionário junto aos gestores, os autores enunciam conclusões, tais como: a importância do ProUni como política inclusiva; os impactos positivos sobre a vida dos beneficiários de diferentes pontos de vista (profissional, motivacional, autoestima, etc.); as dificuldades de permanência, as quais se associam às dificuldades financeiras e de formação básica, o que dificulta a existência de um grupo intelectualmente “elitizado” entre os bolsistas da instituição.

Siqueira (2016) aborda a perspectiva das assistentes sociais que atuam na PUC Minas acerca do ProUni e o impacto do programa na instituição, em sua condição de política social e de inclusão. Para o autor, a perspectiva das profissionais que atuam diretamente com público do ProUni e de sua operacionalização na instituição traz um olhar distinto e original sobre o programa, uma vez que não se tem notícia de estudos considerando a atuação do Serviço Social. A visão das assistentes sociais contribui para um olhar mais abrangente sobre os aspectos relativos à inserção social dos bolsistas e aos limites quanto a permanência e a integração destes no contexto universitário (SIQUEIRA, 2016).

1.1.2 Estudos com enfoque nas especificidades do bolsista ProUni

Um diminuto número de trabalhos trata do perfil e das trajetórias escolares dos estudantes “prounistas” (LIMA, 2013; NEVES, 2013; ALMEIDA, 2014; ALMEIDA, 2015; SANTOS, 2015).

O trabalho de Lima (2013) apresenta dados de uma investigação sobre a transição do ensino superior para o mercado de trabalho de egressos do ProUni (N = trinta e dois) de diferentes cursos e instituições de Ensino Superior da cidade de São Paulo. Neves (2013) investigou estudantes bolsistas do ProUni de quatro IES privadas de Porto Alegre e de sua região metropolitana (PUCRS, Unisinos, Ulbra e IPA), selecionando estudantes de diferentes etapas e cursos de graduação (N = vinte).

As autoras buscaram construir o perfil escolar dos estudantes bolsistas, marcado por aspectos que revelam certo grau de distinção escolar para a média de seu grupo: realização do Ensino Fundamental em escola pública considerada acima da média, interesse pela leitura desde a infância, cobrança dos pais em relação ao desempenho escolar, aspiração e formulação de projeto de ingresso no ensino superior; mobilização com vistas ao acesso a cursos pré-vestibulares. Vale destacar que estes aspectos se disseram presentes mesmo no caso de pais e/ou familiares com baixo nível de instrução.

Nestes dois estudos, ao investigar as trajetórias dos sujeitos, as autoras constaram a importância do contexto familiar nos processos de escolarização dos estudantes e em sua permanência no ensino superior, apesar da heterogeneidade do público atendido por essa política de ação afirmativa. Para ambas, as famílias têm um papel decisivo quanto à continuidade dos estudos dos bolsistas; papel que vai além dos recursos materiais ou financeiros. Lima (2013) destaca: a ajuda um irmão mais velho ou de membros da família estendida; o incentivo ao hábito de leitura pelos pais; o investimento das famílias para que os filhos não precisassem trabalhar ou para que eles pudessem cursar o turno diurno durante o Ensino Médio. Neves (2013) ressalta a forte presença dos pais, principalmente das mães, no estímulo à inscrição nos processos seletivos para ingresso no ensino superior e no apoio à permanência no curso.

O trabalho de Almeida (2014) traz a abordagem sociológica do autor sobre o ProUni e seus bolsistas, assim visa compreender aspectos relacionados ao acesso e à permanência dos estudantes no ensino superior, bem como as particularidades dos processos seletivos para o novo perfil social de estudantes que está acessando a universidade. Também busca reconstruir o processo histórico e as mudanças ocorridas no setor privado que oferece formação superior, além de averiguar a qualidade destas instituições e o papel das universidades públicas quanto

ao acesso dos trabalhadores-estudantes que, para o autor, constituem a maior parte dos bolsistas do ProUni.

No caso do trabalho de Almeida (2014), foram aplicados questionários (N = trinta e quatro) e realizadas entrevistas (N = dezesseis) com “prounistas” de variados cursos (com predominância de estudantes de Pedagogia e de Administração) e instituições (Faculdade Sumaré e da UNIESP) de São Paulo. O autor buscou comparar e diferenciar os estudantes, levando em consideração aspectos, tais como: o tipo de curso (bacharelado, licenciatura, tecnólogo); as trajetórias familiares e individuais; a idade; o local de residência, entre outros. A partir destes dados, o autor esboçou o perfil dos estudantes chegando a resultados próximos aos dos trabalhos de Neves (2013) e Lima (2013) quanto à situação econômica e à escolaridade dos pais, mas identificando diferenças nos perfis dos estudantes, de acordo com o tipo de curso nos quais se encontravam matriculados, tendo constatado que os bacharelados apresentavam uma trajetória de escolarização e condições culturais mais favoráveis que aquelas dos licenciandos e tecnólogos, principalmente no que se referia ao acesso a cursos e instituições de maior prestígio, de tal modo que as instituições superiores de menor performance e menor prestígio constituem, segundo abordado, os destinos dos estudantes com maiores desvantagens sociais.

Em outro trabalho, o autor discute a heterogeneidade interna ao conjunto dos bolsistas do ProUni (ALMEIDA, 2015). Para o autor, uma minoria de estudantes é detentora de condições sociais mais favoráveis quanto ao passado escolar, formação cultural e estratégias familiares e, por isso, consegue acessar cursos de maior prestígio, ao passo que a grande parte dos bolsistas, oriundos de meios mais desfavorecidos, acessa cursos menos valorizados, como os de licenciatura e de tecnólogos, problematizando, assim, o programa no que tange ao acesso à diferentes carreiras universitárias (ALMEIDA, 2015).

Em suma, no *corpus* de trabalhos examinados tendo o ProUni como objeto de estudos, há escassas investigações dedicadas ao exame do perfil dos estudantes bolsistas, para além daquilo que já está posto pelas condicionalidades do programa, destacando-se, neste caso, os trabalhos de Almeida (2014, 2015), Lima (2013) Neves (2013) e Santos (2015), assim, ratificamos que sejam ainda incipientes os trabalhos sobre a composição destes perfis.

1.2 O objeto de estudo

No Brasil, mesmo que as condições de acesso à escola tenham avançado muito, a partir da década de 1990, ainda enfrentamos um grande gargalo quanto às desigualdades educacionais. Apesar de o Ensino Fundamental estar quase universalizado, ainda existe um significativo

contingente de crianças que não completa este nível de ensino, no tempo e com a idade considerados adequados. O Ensino Médio apresenta uma situação ainda mais complexa, estando longe de ter seu acesso universalizado tendo e ainda enfrentando elevadas taxas de evasão.

Neves (2013) lembra que a desigualdade de oportunidades no que tange à continuidade dos estudos e ao ingresso no ensino superior, para os jovens de baixa renda, se dá em função de diversos fatores: baixa qualidade do ensino ofertado na Educação Básica pelas escolas públicas; evasão, em razão da desmotivação para os estudos e da necessidade financeira de trabalhar; e o próprio modelo excludente de seleção utilizado no ingresso no ensino superior. Dubet *et al.* (2012, p. 40) também salientam que proporcionar o acesso a um dado grau de ensino não significa necessariamente democratizá-lo, pois “as desigualdades entre os alunos podem depender do nível de segregação social e escolar dos estabelecimentos” de ensino.

No Brasil, a segregação é bastante evidente, haja vista que os estudantes das camadas populares se concentram nas escolas públicas de Educação Básica, de mais baixa qualidade em sua maioria. Assim, os estudantes desse grupo social que conseguem completar o Ensino Médio estão em desvantagem diante dos mecanismos de seleção ao ingresso no ensino superior.

No caso do ProUni, que se utiliza, em seu processo seletivo, das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o resultado das provas é fundamental para o destino acadêmico do jovem, inclusive em razão da grande concorrência. No processo seletivo do segundo semestre de 2016⁴, o ProUni recebeu 1.215.768 (um milhão, duzentos e quinze mil, setecentos e sessenta e oito) inscrições de candidatos que concorriam a 125.578 (cento e vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e oito) bolsas, configurando uma relação de dez candidatos para cada bolsa. Nossa pergunta, portanto, é: quem são esses “vencedores”, do ponto de vista de seu perfil e trajetória acadêmica? Em outras palavras, o interesse que orienta esta pesquisa é verificar como se compõe o quadro de ingressantes beneficiários do ProUni e como se constitui sua trajetória na universidade.

1.2.1 O perfil dos estudantes

No contexto brasileiro, a partir dos anos 1990, um conjunto de trabalhos sociológicos veio renovar o campo de estudos aqui em pauta e trazer novas discussões, destacando-se a problemática da longevidade escolar dos jovens das classes populares, interpretados como casos

⁴ Conforme divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2016-pdf/43951-prouni-balanco-resultados-pdf/file>>. Acesso em 26 set. 18.

“atípicos” ou trajetórias “excepcionais”. Surgiram então temas como o das estratégias familiares de escolarização e da atenção para com as diferenças sociais ditas “secundárias”, diferenças constatadas no interior das classes populares no que tange aos itinerários escolares percorridos (ZAGO, 2006).

Um trabalho considerado pioneiro é o de Viana (1998), no qual a autora buscou compreender o que tornou possível uma escolarização prolongada, no caso, o ingresso no ensino superior público de estudantes oriundos de famílias que estatisticamente tinham chances reduzidas de acesso a este nível de ensino. Inspirada na obra de Lahire (1997), Viana (1998) identificou diferenças secundárias (em relação à homogeneidade econômica e cultural dos grupos populares) nas configurações familiares que investigou, encontrando casos singulares que tornaram possível o que era tido como improvável.

Após um primeiro conjunto de estudos sobre estudantes de camadas populares e sua longevidade escolar, passou-se para um cenário de mudanças ocorridas na sociedade brasileira quanto à implementação de políticas públicas de acesso ao ensino superior. O que se faz razoável supor que, no âmbito deste nível de ensino, também o perfil dos estudantes universitários tenha se modificado, embora as famílias de baixa renda ainda não tenham encontrado condições de igualdade e competitividade com as outras classes sociais.

No âmbito do Ensino Superior privado, Almeida (2014) destaca que este novo perfil foi engendrado pelo ProUni e pode ser apreendido por características socioeconômicas (como renda, local de moradia, contribuição para o orçamento familiar), étnicas (com o aumento da presença de estudantes negros nas universidades) e etárias dos estudantes bolsistas.

Como já colocado, Almeida (2014; 2015) identificou uma diferença de perfil entre os bolsistas ProUni, de acordo com o tipo de curso escolhido: os estudantes matriculados em cursos de bacharelado eram portadores de condições sociais (capital cultural) e escolares mais favoráveis, donde seu acesso a cursos mais prestigiosos, em relação aos estudantes matriculados nos cursos de licenciatura e de tecnólogos. O autor investigou instituições localizadas na cidade de São Paulo, como no caso de Lima (2013). Neves (2013) investigou instituições situadas na cidade de Porto Alegre e Santos (2015) analisou uma instituição localizada no Rio de Janeiro. Nenhum estudo foi encontrado sobre o perfil de estudantes beneficiários do ProUni na cidade de Belo Horizonte.

No que se refere a esta última cidade, as instituições credenciadas pelo programa e que ofertam a maior quantidade de bolsas ProUni são as instituições privadas de maior porte da cidade, seja em termos de número de estudantes, seja em número de cursos, e que gozam de maior reconhecimento social.

1.2.2 A trajetória universitária

Na tentativa de formular uma definição operacional da noção de trajetória, Nogueira (2002, p. 59), baseando-se em especialistas no campo das histórias de vida, adota a perspectiva que define uma trajetória escolar como um “encadeamento temporal de posições sucessivamente ocupadas pelos indivíduos” nos diferentes espaços do sistema educacional. Para a autora, a trajetória escolar dos sujeitos se constitui de forma complexa, como fruto da interação de três elementos: a condição de classe, as dinâmicas familiares a que estão expostos e as características pessoais.

A partir desta perspectiva, entende-se que o perfil do estudante pode se refletir em sua trajetória acadêmica. Estudos sobre a trajetória acadêmica de estudantes oriundos de camadas populares (VIANA, 1998; PIOTTO, 2010; ZAGO, 2006) revelaram que as experiências destes sujeitos no ensino superior podem gerar situações de constrangimento e sentimentos de não pertencimento à vida universitária.

Viana (1998) fala de uma ruptura cultural e de sofrimento por parte dos estudantes tanto na esfera familiar quanto no contexto universitário (o fenômeno chamado de “dupla solidão”), contribuindo para uma sensação de “peixe fora d’água”. Há também um distanciamento das origens e de afastamento cultural e social em relação a seus próximos.

Piotto (2010), em uma pesquisa sobre trajetórias e permanência de estudantes de camadas populares em cursos de alta seletividade de uma universidade pública, identificou fenômeno semelhante apelando para as expressões de “choque cultural”, “desenraizamento” e “dificuldade de interação com seus pares universitários”. A autora chegou a relatar casos de humilhação social, muitas vezes implícitos, mas que geraram sentimentos de desajuste no contexto social dos estudos.

Zago (2006), investigando os percursos e a permanência de estudantes universitários de camadas populares em uma universidade pública, aborda o fato de muitos serem estudantes-trabalhadores e o sentimento deles de estar à margem da universidade.

Como já afirmado anteriormente, nos estudos sobre permanência dos estudantes beneficiários do ProUni, são evidenciadas dificuldades enfrentadas pelos bolsistas, tais como: necessidade de conciliação entre estudo/trabalho; a distância entre a instituição de ensino, o local de trabalho e o de domicílio; as dificuldades financeiras para custear as despesas relacionadas aos estudos e o não engajamento em atividades acadêmicas para além das disciplinas cursadas. O apoio familiar (financeiro e de reconhecimento da importância dos estudos), social e institucional aparecem como importantes para motivar a continuidade no curso superior.

Assim, investigar o perfil e a trajetória dos bolsistas na universidade constituem temas correlatos. A pergunta aqui feita é: qual o perfil e a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas do ProUni que ingressam em uma instituição de ensino superior de prestígio da cidade de Belo Horizonte?

1.3 Dados e método

1.3.1 Os dados secundários e a escolha da instituição pesquisada

Uma limitação frequente apontada nos trabalhos acima resenhados, que investigam estudantes beneficiários do ProUni, é o próprio acesso aos bolsistas, uma vez que as instituições de ensino privadas dificilmente se dispõem a divulgar informações sobre esta fração da população universitária⁵. Outra limitação se refere aos próprios dados governamentais divulgados. Almeida (2014) confirma a dificuldade de acesso a informações mais precisas e transparentes sobre os estudantes beneficiários do ProUni por meio do Ministério da Educação e por outros órgãos governamentais responsáveis pela divulgação dos dados.

Os pesquisadores do tema acabam por elaborar estratégias que usam para atingir os estudantes-bolsistas, tais como: a técnica da “bola de neve” (na qual um estudante bolsista indica outro/outros); contato direto com os responsáveis pelas Instituições de Ensino Superior; abordagem de alunos destas instituições na tentativa de localizar seus pares bolsistas do programa. Almeida (2014) serviu-se do contato direto com os bolsistas de uma dada instituição, por ocasião de um evento voltado aos “prounistas”, organizado por um grupo de estudantes bolsistas do ProUni. Outros pesquisadores que visavam um contato direto com os bolsistas, lançaram mão de redes sociais para chegar a eles, principalmente através de meios eletrônicos (*e-mail*) e redes sociais virtuais.

Por todas as razões aqui apontadas, optamos, neste estudo, por nos utilizarmos dos dados do Censo da Educação Superior (de 2010 a 2017 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com vistas ao propósito de fazer, por um lado, um levantamento geral do conjunto dos estudantes do Ensino Superior privado como um todo e, por

⁵ Em contato inicial com a Pró-Reitoria de Graduação de uma instituição privada de Belo Horizonte, com a finalidade de sondar a possibilidade de acesso aos bolsistas, foi-nos informado que a instituição não permitia o acesso aos dados dos bolsistas do ProUni visando a evitar a exposição destes.

outro, dos beneficiários do ProUni. O Censo da Educação Superior (CES) é realizado anualmente pelo INEP, órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Como o próprio MEC define, o CES é o conjunto de dados mais completos no que diz respeito às Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de graduação, ao corpo discente e docente que as compõem. Apesar de ser possível encontrar na página do INEP dados sobre o ensino superior, desde 1996, somente a partir de 2009 que os dados disponibilizados passaram a conter dados mais refinados e individualizados dos estudantes de graduação.

Além disso, utilizar o censo permitiria traçar o perfil dos bolsistas e compará-los com os contextos analisados (ensino superior privado; ProUni, segundo dados nacionais, de Minas Gerais, Belo Horizonte e da instituição selecionada), considerando –para além das condicionais do Programa (renda e escolarização em rede pública) –variáveis, tais como sexo, raça/cor, idade e tipo de escola de Ensino Médio frequentada. Os dados do Censo da Educação Superior também permitem verificar aspectos relativos à trajetória acadêmica dos estudantes, tais como: tipo de curso (bacharelado, licenciatura e tecnólogo), modalidade de ensino frequentada, turno e participação em atividades extracurriculares. Para tanto, elaboramos, a partir dos dados apurados, estatísticas descritivas, optando-se pela apresentação dos dados em formatos tabulado e gráfico.

Partindo da constatação de que Belo Horizonte seja a cidade do estado de Minas Gerais onde se ofertou o maior número de bolsas ProUni, no ano de 2017 (8.454– oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro – bolsas), e em razão da facilidade de acesso ao local, optamos por realizar a pesquisa na Capital Mineira. Como critério de escolha da instituição, adotou-se o número de bolsas oferecidas nela. Na impossibilidade prática (limite temporal entre outros) de selecionarmos mais de uma Instituição de Ensino Superior para realização da pesquisa de mestrado, optamos por focalizar apenas a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais que representa a instituição que ofertou o maior número de bolsas do ProUni no ano de 2017 (3.626 – três mil, seiscentos e vinte e seis – bolsas).

Para a produção dos dados sobre os ingressantes no ensino superior privado em geral e sobre os ingressantes beneficiários do ProUni (nos âmbitos nacional, estadual e municipal), considerou-se o banco de dados do referido censo (2017), para configurar este público em um período mais recente. Já para estudo do quadro geral de ingressantes na PUC Minas e dos ingressantes na instituição com bolsa do programa, foi construída uma série histórica a partir do

ano de 2010⁶, para identificar a ocorrência de mudanças (ou não) no quadro de discentes da instituição. Para uma análise mais apurada da trajetória dos bolsistas do ProUni da PUC Minas, dados do Censo foram tratados afim de construir uma coorte, considerando os ingressos na instituição, no ano de 2012, acompanhados até o ano de 2017, período selecionado por representar o tempo mínimo para conclusão de um curso de graduação.

Outra fonte de dados sobre os “prounistas” da PUC Minas consistiu-se no material cedido pela própria instituição, contendo informações sobre notas obtidas pelos bolsistas no ENEM e sobre o número de bolsistas premiados com o “destaque acadêmico”⁷: estes dados contribuíram para a análise da trajetória dos bolsistas na instituição.

Por fim, a pesquisa também contou com uma etapa caracterizada como análise documental que lançou mão de documentos emanados da legislação brasileira e de materiais de divulgação governamental, os quais foram utilizados tanto no processo de análise dos dados do censo quanto no processo de delineamento da constituição do Sistema de Ensino Superior privado e também do ProUni em si mesmo. Este tipo de análise objetiva verificar nos documentos dados factuais, segundo hipóteses do pesquisador (SÁ-SILVA *et al.*, 2009). O procedimento tem a vantagem de limitar a influência do pesquisador sobre os dados coletados (CELLARD, 2010). Sá-Silva *et al.* (2009. p. 14) salientam que o uso da pesquisa documental “propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos”.

1.3.2 Os dados primários

Fonte de evidências importantes para corroborar ou elucidar descobertas realizadas no manejo dos dados quantitativos, a técnica da entrevista semiestruturada revelou-se como a mais adequada para se alcançarem os aspectos acima indicados. Por meio desta técnica, foi possível produzir dados textuais que reproduziram o entrelaçamento dos acontecimentos. O número de

⁶ É somente a partir deste ano que o censo começa a apresentar constância nos dados e variáveis mais específicas sobre o perfil dos estudantes de graduação.

⁷ O “destaque acadêmico” é um prêmio concedido pela instituição com a finalidade de incentivar os alunos na dedicação aos estudos. A cada semestre, um aluno de cada curso (e turno) recebe o prêmio e também uma bolsa de estudo de 50% (cinquenta por cento) para o período seguinte. Os requisitos são: obter o mínimo de oitenta pontos nas médias das notas finais; ter cursado no mínimo três disciplinas no semestre e ter sido indicado como Destaque da Disciplina por, pelo menos, um dos professores.

sujeitos entrevistados se estabeleceu pelo próprio grau de propriedade sobre as questões abordadas na entrevista e pelo nível hierárquico ocupado na instituição.

O reduzido rol de dados primários utilizados na presente pesquisa consistiu em entrevistas semiestruturadas com duas gestoras da PUC– Minas. A opção por entrevistar estas profissionais deveu-se ao fato de elas possuírem amplo conhecimento do contexto do ProUni, desde sua implementação na instituição, bem como pelo contato direto que elas mantêm com os próprios bolsistas, o que poderia ampliar nossa compreensão sobre os aspectos que compunham o perfil deste grupo de estudantes na instituição.

As entrevistas foram realizadas no próprio local de trabalho das gestoras, em meados do ano de 2019. Nelas foram abordados tópicos, tais como: o processo de oferta das bolsas, bem como seu remanejamento e ociosidade; recepção aos bolsistas; permanência dos bolsistas no(a) curso/instituição e percepção das gestoras sobre o programa.

A primeira entrevista foi realizada com uma pessoa diretamente ligada à Pró-Reitoria de Graduação da PUC – Minas, com experiência de dezessete anos no setor e de trinta anos na instituição, atuando, inclusive, como professora na graduação e na pós-graduação (tratada doravante como Entrevistada A). Por estar há muito tempo em cargo de gestão, a entrevistada conhecia a fundo os processos pelos quais a instituição passou, desde a implementação do ProUni e o modo como a universidade em questão se organiza atualmente para ofertar as bolsas e atender os bolsistas.

A segunda entrevista foi realizada com um membro da coordenação da Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários (SECAC), órgão que atua na prestação de assistência à comunidade universitária, englobando a gestão de políticas de concessão de benefícios e financiamentos estudantis por meio da Coordenação de Apoio Comunitários. É nesta coordenação que atuava a entrevistada, no tempo de realização da pesquisa, em conjunto com assistentes sociais que faziam o atendimento aos estudantes beneficiários do ProUni. Esta profissional possuía larga experiência no setor em que vinha trabalhando desde o ano de 1986, estando vinculada profissionalmente à PUC – Minas há quarenta e três anos, dos quais dezesseis deles foram cumpridos na docência do Ensino Superior (tratada doravante como Entrevistada B).

CAPÍTULO 2

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

O intuito deste capítulo é apresentar como evoluiu a expansão do setor privado de ensino superior no Brasil, sua organização e a composição de seu alunado. Para tanto, estabelecemos subdivisões para elucidar os momentos de expansão e sua estruturação.

Faz-se breve levantamento histórico, tendo em vista um primeiro período em que houve um crescimento do ensino superior no país, na década de 1960. A partir daí, entende-se que ocorreu um movimento em ciclos de expansão que culminaria na segunda metade dos anos 2000. Neste tópico, apresenta-se também um debate sobre a organização do setor privado, segundo a concepção de mercado que adentrou seu interior, e como este aspecto tem influenciado na constituição do Sistema de Ensino Superior.

Em seguida, passamos para os dados do Censo da Educação Superior do INEP, de maneira a identificar as principais características do setor privado e o perfil dos estudantes ingressantes. Nesta última dimensão, buscou-se trazer estatísticas descritivas em conjunto com algumas análises da legislação pertinente, dos elementos geográficos e do olhar de autores que discutem o tema no que se refere ao ensino superior privado. O capítulo é finalizado com as considerações gerais sobre seu conteúdo, de forma a salientar que todo o sistema complexo que se estabeleceu na oferta do ensino superior trouxe questões para se refletir sobre o acesso desigual, mesmo perante um cenário de políticas públicas que se voltavam para a democratização deste nível de ensino.

2.1 O ensino superior brasileiro privado: contexto histórico e organização

2.1.1 Uma divisão em ciclos na constituição do sistema privado

O ensino superior brasileiro passou por um processo de expansão nos últimos vinte anos, ocasionado, principalmente, pela implementação de políticas públicas com o objetivo de democratização de acesso a este nível de ensino. Tais políticas se voltaram tanto para o ensino superior público, em âmbito federal, quanto para o âmbito da rede privada.

Durham e Sampaio (2000) trazem a concepção de Levy ⁸ (LEVY, 1986, *apud* DURHAM; SAMPAIO, 2000) sobre a expansão do ensino superior na América Latina, caracterizada pelo autor como ocorrida em ondas, distinguindo-as em momentos diferentes. Na primeira onda, é ressaltada a importância de se reconhecer, no contexto dos sistemas de ensino superior o papel das universidades católicas, tradição muito característica da América Latina, ao longo do processo de constituição de suas primeiras universidades. A participação da Igreja Católica na consolidação de sistemas universitários esteve em associação com o Estado, estabelecendo um determinado monopólio da oferta de ensino em nível superior com o uso de recursos públicos na América Latina (DURHAM; SAMPAIO, 2000). Com a independência dos países latinos, o forte movimento de separação da Igreja e do Estado desbancou tal modelo, passando para um sistema laico e moderno, no qual muitas das instituições acabaram por se tornarem públicas.

No caso do Brasil, houve uma diferenciação em relação ao contexto latino no processo de instituição das universidades. A Coroa Portuguesa não permitiu a criação de estabelecimentos de ensino superior no país, assim, somente com a vinda da corte, no século XIX, que as primeiras instituições surgiram. Apesar de elas estarem sob a influência do Sistema Católico de Ensino, as primeiras instituições seguiram um modelo laico de faculdades autônomas, que se voltavam para formação de profissionais liberais (DURHAM; SAMPAIO, 2000). No caso do Brasil, como colocam Durham e Sampaio (2000), o movimento de separação do Estado e da Igreja ocorreu somente na década de 1930, muito mais tarde em relação aos demais países da América Latina. É a partir deste período que surgiu a própria Rede Católica de ensino superior, ainda com dependência do apoio financeiro do Estado.

A segunda onda se referiu à constituição de estabelecimentos universitários laicos, sem a participação do Estado e das elites. Tratou-se de um nível universitário totalmente seletivo e voltado para a formação altamente qualificada (DURHAM; SAMPAIO, 2000). Algumas destas instituições ainda contavam com subsídios estatais, de empresas e da própria elite.

A terceira onda se caracterizou por abarcar as instituições privadas concebidas no sentido de atender a demanda de estudantes, os quais não conseguiram ingressar nas instituições públicas ou nas privadas. Estas instituições podem ser assim descritas: raramente se constituem como universidades; focam em carreiras de alta demanda e de baixo custo de oferta (demanda

⁸LEVY, D. **Higher education and state in Latin America: private challenges to public** dominance. Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 1986.

de massa); em maior número estão os estabelecimentos que atuam com fins lucrativos (DURHAM; SAMPAIO, 2000).

No caso do Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, se destacou a expansão do ensino superior privado dentro do segmento da terceira onda que definiu a presença marcante e a liderança deste sistema de ensino no país até atualmente. Vale ressaltar que tal crescimento muito se relacionou ao próprio contexto do Brasil, que passava por um processo de urbanização e industrialização, gerando um contingente de indivíduos que procuravam por este nível de formação para atender demandas do mercado de trabalho. No período a oferta de universidades e cursos superiores era muito baixa para atender o crescente público e o setor privado apresentou mais agilidade em atender a demanda, expandindo-se mais que o setor público (SALATA, 2018). Almeida (2014) traz um aprofundamento na justificativa do crescimento acelerado do setor privado, elucidando sobre o fator de redirecionamento das escolas secundárias privadas para oferta de cursos de graduação, uma vez que estas atravessavam perda de lucros, devido ao aumento da oferta por escolas secundárias públicas.

Para além destas circunstâncias, outros dois aspectos que contribuíram para o crescimento e para o fortalecimento do setor privado no país foram as sucessivas reformas legislativas e as mudanças institucionais ocasionadas, principalmente, a partir dos anos de 1960. Conforme pode ser observado acima, a partir da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968), o ensino superior passou por modificações que deram impulso para sua expansão. As modificações ocorridas também foram responsáveis pelo crescimento contínuo do setor privado nas décadas seguintes. O setor público passou por um momento de crescimento devido, principalmente, à iniciativa federal que instituiu as universidades federais e federalizou algumas instituições isoladas. A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), estabeleceu normas de organização do ensino superior e também sua articulação com a escola média. Para Corbucci *et al.* (2016), a Reforma Universitária de 1968 representou, por um lado, o marco inicial do predomínio do setor privado no país e, por outro lado, por priorizar as universidades na organização do ensino superior, fundou seu papel tríplice de integrar ensino, pesquisa e extensão. Até então, as universidades davam pouca atenção à pesquisa, atuando mais fortemente, como já dito, na formação profissional. Corbucci *et al.* (2016) ainda destacam sobre a reforma: i) seus formuladores tinham o projeto do setor privado ter uma função complementar ao setor público, entretanto, o resultado foi um movimento inverso, principalmente, quando comparado à participação de cada setor no total de matrículas; ii) a viabilização da criação de dois sistemas distintos de ensino: um ensino público, mais seletivo, meritocrático, com caráter mais acadêmico – vinculado à pesquisa e à pós-graduação *stricto sensu* – e um ensino privado,

de menor duração e distinção, mais desvinculado da pesquisa, desenvolvido em instituições isoladas, muitas vezes financiadas através de verba pública, incentivos fiscais e outros auxílios.

O cenário da Reforma Universitária de 1968 era, no mínimo, conturbado politicamente, e representava um período em que os movimentos estudantil e docente clamavam pela oferta de vagas no sistema público e por uma reforma no Sistema Universitário. Neste contexto, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), atingiu mais as universidades e o setor público que o setor privado, em termos de regulamentação, uma vez que o setor privado era composto, em sua maioria, por instituições não universitárias (DURHAM; SAMPAIO, 2000). Os estabelecimentos isolados de ensino superior, definidos como excepcionais pela Reforma, acabaram por ganhar mais força na expansão, ultrapassando o setor público em número de matrículas nos anos após a Reforma, já que o ensino público não conseguia atender toda demanda por vagas.

Nos anos de 1980, o setor privado já consolidava sua maior participação no ensino superior e a Constituição de 1988 serviu como um marco para que se alavancasse o setor que ficou estagnado nos anos de 1980. Para Sampaio (2016), o sistema privado se serviu do princípio da autonomia das universidades, presente no artigo 207 (BRASIL, 1988)⁹, desprendendo-se do controle burocrático na criação e na extinção de cursos e também no remanejamento de vagas, que antes era da alçada do Conselho Federal de Educação. Tudo isto possibilitou o aumento de universidades privadas na década de 1990, muitas vezes, surgidas da fusão ou da aquisição de instituições isoladas, promovendo a descentralização regional, a ampliação e a diversificação de cursos de nível superior (SAMPALIO, 2016). Neste sentido, as instituições privadas passaram a estar presentes em mais regiões do país e a constituir uma oferta de cursos antes inexistentes, gerando habilitações diversificadas de uma carreira ou uma fragmentação de carreiras, predominantemente nas áreas de Humanas, Artes, Negócios, Saúde e Bem-estar Social e Direito (SAMPALIO, 2016). O movimento havido também contribuiu para a criação dos cursos tecnológicos, principalmente voltados para a área de serviços, fortemente ofertados no ensino privado. Sampaio (2016) destaca o Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997) como outro dispositivo que ocasionou uma mudança significativa no ensino superior privado. Tal decreto dispôs, principalmente, sobre a relação comercial e civil das mantenedoras de Instituições de ensino superior, dando a estas a opção de prover seus recursos para instituições com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.

⁹ “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

Até a edição desse instrumento legal, não se previa no Brasil o serviço educacional com fins de lucro e, portanto, estendia-se a isenção de impostos a todas as instituições mantidas por pessoas físicas ou jurídicas de direito, mesmo que tivessem na prática objetivos de lucro, aferidos por subterfúgios como o aluguel de imóveis e equipamentos e venda de serviços por parte das mantenedoras, altas remunerações para os dirigentes etc. Vigorava, assim, uma espécie de financiamento público para instituições privadas de ensino superior, uma vez que se concedia imunidade fiscal a todas elas. (SAMPAIO, 2016, p. 13)

Já no final da década de 1990 e início dos anos 2000, surgiu o Crédito Educativo, atualmente Fies, e o ProUni, configurando um último ciclo de expansão do ensino privado, somado a outras políticas públicas voltadas para o ensino público. O Sistema de Ensino Superior como um todo passou por um importante processo de democratização.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por sua vez, se constituiu como um Programa de Financiamento Estudantil para cursos de graduação e fora instituído pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999 (BRASIL, 1999), a qual foi convertida na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (BRASIL, 2001). Ele era vinculado ao Ministério da Educação. O Fies substituiu o Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes (CREDUC), de 1992, que tinha se originado do Programa de Crédito Educativo (PCE), de 1975 (BRASIL, 2018). Ao longo do tempo, o programa passou por ajustes orçamentários, estabelecendo áreas prioritárias, novas taxas de juros, direcionamento do público a ser atendido através do estabelecimento do teto de renda familiar e da exigência de desempenho mínimo no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O ano de 2015 representou um período com as mudanças mais relevantes. Para aderir ao Programa, o estudante deveria estar matriculado em curso com avaliação positiva, ou seja, curso com conceito igual ou maior que três no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Já o ProUni, que será explorado no capítulo a seguir, contribuiu para o crescimento das matrículas nas instituições privadas e tornou o acesso ao ensino superior mais difundido, justamente porque as instituições de ensino superior privadas estavam em maior número e mais dispersas territorialmente, se comparadas às instituições públicas.

2.1.2 Organização do sistema privado

No caso das políticas voltadas para o ensino privado, o ProUni e o Fies se configuraram como as principais alternativas para o acesso de grupos antes excluídos do ensino superior e que não conseguiram ingressar nas instituições públicas, nos últimos vinte anos. Nos governos

de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Vana Rousseff, o ensino superior se expandiu tanto no aspecto quantitativo, de acesso, quanto no estabelecimento de políticas de ações afirmativas, por uma concepção de busca de democratização do acesso a este nível de ensino. No período, os altos custos do ensino federal poderiam servir como explicação da opção do governo por financiar vagas na rede privada, ocasionando o crescimento de instituições com fins lucrativos (SCHWARTZMAN, 2018).

Como demonstrado, desde os anos de 1960, o ensino superior vem passando por fases de expansão e esteve orientado pela disposição do mercado. Mesmo que a Reforma de 1968 visasse à constituição de um modelo único, baseando-se em um tripé de Sistema Universitário, este ficou a cargo principalmente do setor público. Por sua vez, este setor só conseguiu atender uma parte da demanda, abrindo ao setor privado a oportunidade de atender a maioria do público que almejava ingressar no ensino superior, o que favoreceu seu crescimento. Assim, o Sistema de Ensino Superior brasileiro se consolidou de forma a ser dividido, como simplifica Salata (2018), em dois grupos: um grupo que reuniu as instituições públicas que teriam maior prestígio e seletividade; e o grupo constituído pelas instituições privadas, com menor prestígio e menor concorrência no ingresso.

Até a implementação das políticas de expansão do acesso, a partir dos anos 2000, a entrada nos dois grupos era bastante limitada, com os indivíduos oriundos de classes sociais mais privilegiadas ocupando a maioria das vagas do ensino superior, por estes serem aqueles com condições objetivas mais favoráveis ao ingresso nas instituições públicas ou a arcar com os custos estudantis, no caso das instituições privadas. Entretanto, expandir o acesso ao ensino não resultaria em uma efetiva democratização do ensino superior (SALATA, 2018; NEVES; MARTINS, 2016; MARTINS, 2009). As políticas adotadas contribuíram e contribuem para a redução das desigualdades de acesso, porém, as pesquisas têm evocado o lado perverso de todo o contexto em que se expandiu o ensino privado. Por um lado, há a questão da origem social dos estudantes e suas condições objetivas no alcance das vagas no ensino universitário e, por outro lado, há os moldes de mercado que vêm orientando a constituição do sistema privado.

Salata (2018) chama a atenção, ao analisar os efeitos da classe de origem no que se refere às chances de acesso ao ensino superior e à qualidade deste acesso (se instituição pública ou privada), para as hipóteses da Desigualdade Maximamente Mantida e da Desigualdade Efetivamente Mantida, uma vez que a expansão ou a universalização do acesso a um determinado nível de ensino não garante que as desigualdades sejam eliminadas.

Raftery e Hout (1993), ao realizar um estudo acerca da expansão educacional na Ir-

landa, a partir de uma exploração longitudinal, desenvolveram a teoria da Desigualdade Maximamente Mantida (*Maximally Maintained Inequality* – MMI) com o argumento de que a mera expansão de um nível educacional não supre as desigualdades de classes. Em sua concepção, para que as classes mais desfavorecidas possam se beneficiar da expansão, seria necessário que as classes sociais em maior vantagem atingissem um ponto (próximo a 100%) de saturação naquele nível de ensino. Desta forma, a expansão de um nível educacional ocasionaria proporcionalmente maiores benefícios para o grupo mais preparado para aproveitar e as desigualdades relativas continuariam constantes (SALATA, 2018).

Desenvolvida após a teoria de Raftery e Hout (1993), a Desigualdade Efetivamente Mantida (*Effectively Maintained Inequality* – EMI), de Lucas (2001), preconiza que “mesmo que a expansão educacional leve a maiores níveis de alcance educacional, outras dimensões presentes dentro da estrutura social contribuem para a manutenção das desigualdades educacionais” (LUCAS, 2001, *apud* MARTELETO *et al*, 2012, p. 284). Neste caso, as desigualdades na transição educacional se perpetuariam pelo fato de os indivíduos de origem social mais favorecida encontrarem outras maneiras para manter suas vantagens. O domínio de uma ou mais línguas estrangeiras, a experiência no exterior, os cursos extracurriculares e o acesso a instituições ou a cursos de maior prestígio seriam exemplos que assegurariam vantagens ao grupo mais privilegiado na transição educacional.

Para autores que vêm discutindo o ensino superior privado no país, tais políticas de expansão e financiamento público evocam o que eles chamam de mercantilização do ensino que resultaria da combinação de fatores, como o desenvolvimento do Sistema de Ensino Superior, de políticas governamentais e das estratégias das instituições diante do mercado (SAMPAIO, 2015). Todo este contexto contribuiria para a produção e a manutenção de desigualdades de acesso ao ensino superior. O conceito de mercantilização se voltaria para uma perspectiva de mercado e se desenvolveria fora da tradição presente nas instituições públicas – como pesquisa e extensão. Outro fator que contribuiu para a privatização do ensino superior, além dos já citados até aqui, foi a eclosão de uma “indústria do conhecimento”, como definido por Schwartzman (2014).

Para o autor, isto ocorre quando o mercado passa a explorar o setor como fonte de lucro e a Educação passa a ser entendida como um serviço que serve às regras do mercado, tendo como base a oferta e a demanda. Cabe destacar a diferença entre privatização e mercantilização, feita por Sampaio (2016), na qual o fenômeno da privatização estaria mais relacionado a um contexto em que um mercado de ensino superior é criado para gerar equilíbrio entre os setores público e privado, o qual se manifestaria tanto no percentual de matrículas como nos recursos

utilizados (SAMPAIO, 2016). No contexto da mercantilização, há um foco maior, por parte das instituições, nas operações mercantis, dando abertura para a emergência de instituições com fins lucrativos que dificilmente se desenvolvem no mesmo sentido ideológico do setor público.

Como, então, a mercantilização do ensino superior se relacionaria com a manutenção e produção das desigualdades? Com a expansão do setor privado, a oferta de curso de nível superior se tornou muito segmentada, produzindo nichos de mercado e forte participação das instituições com fins lucrativos. Durham e Sampaio (2000) chamam a atenção para o fato de que mesmo se tratando de um ambiente bastante competitivo entre os estabelecimentos privados, esta característica não tem provocado valorização e preparação dos docentes, ou mesmo a qualidade no ensino. Com efeito, tal aspecto ocasionou um sistema diversificado e diferenciado, em que as instituições se distinguem, principalmente, segundo seu grau prestígio e qualidade.

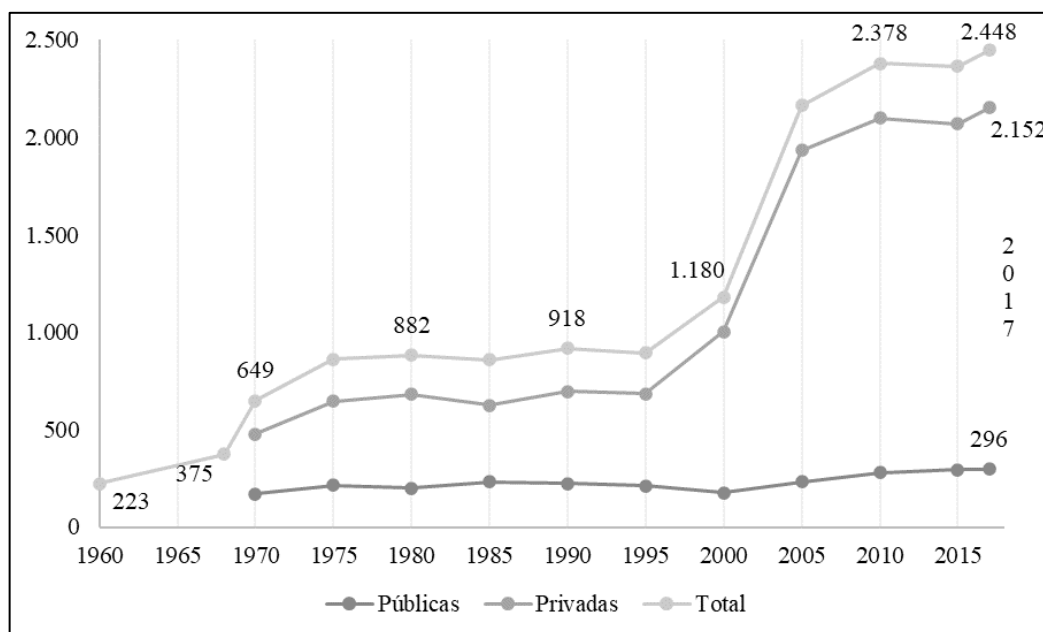
2.2 Revelando dados do ensino superior privado

Como vimos, em meados dos anos de 1960, o ensino superior brasileiro iniciou seu primeiro ciclo de expansão. Até 1960, o país contava com cerca de duzentos e vinte e três Instituições de ensino superior. Ao final da década, este número chegava a trezentos e setenta e cinco. Nos anos após a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), entendida como segundo ciclo de expansão, o número de instituições foi muito maior, assim, no início dos anos 1980, contavam-se oitocentas e oitenta e duas instituições, sendo seiscentos e oitenta e duas delas privadas. No final da década de 1990, o número total chegava a novecentos e setenta e três (sendo que setecentos e sessenta e quatro eram instituições privadas). Já no terceiro ciclo de expansão, a partir dos anos 2000, contava-se com quase um mil e duzentas instituições, das quais um mil e quatro eram privadas, e a década se encerrou com dois mil, trezentos e setenta e oito, sendo duas mil e privadas. No Gráfico 1, é possível acompanhar a evolução do número de Instituições de ensino superior no país, nota-se que foram as instituições privadas que alavancaram o crescimento do sistema. O setor público, apesar de ter seu número aumentado ao longo dos anos, seguiu um padrão mais estável. Em 2017, o número de instituições privadas representava cerca de 88% (oitenta e oito por cento) do total de Instituições de ensino superior no país, apresentando uma variação percentual de mais de 100% (cem por cento).

A Figura 1 demonstra que, mesmo que o número de instituições privadas seja superior ao número de instituições públicas, há uma tendência na distribuição das instituições no território brasileiro, embora as instituições privadas tenham se interiorizado mais. Nota-se que

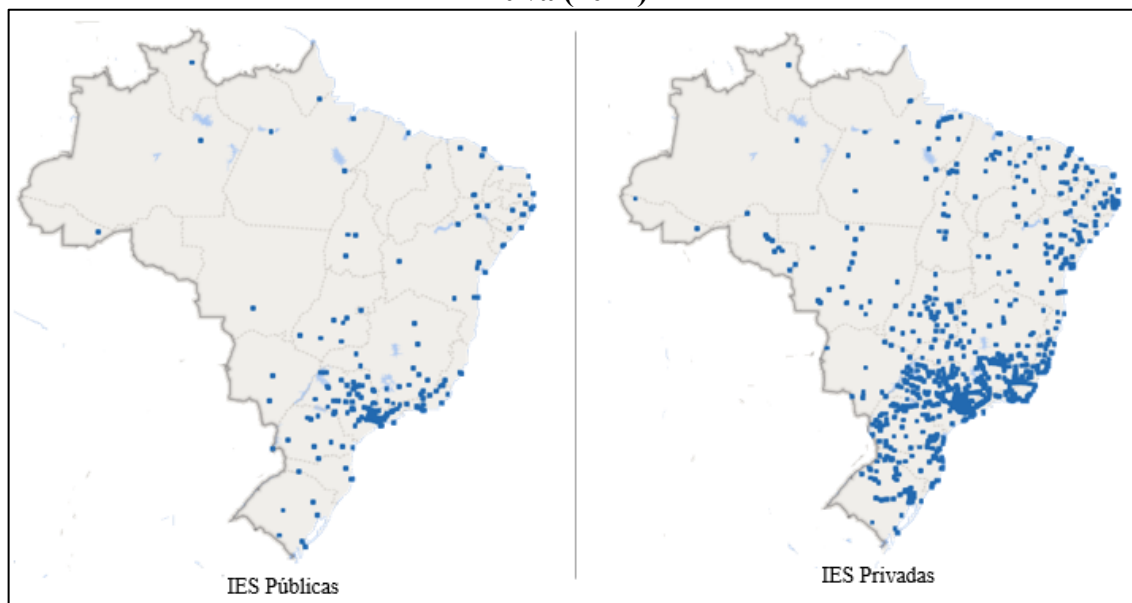
grande parte das instituições se localizam nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, estando as instituições privadas mais dispersas nestas regiões, se comparadas às públicas. Esta tendência de distribuição no território se relaciona com a própria questão da população que ocupa cada localidade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2017a), as Regiões Norte e Centro-Oeste são aquelas com menor população, correspondendo a 8,5% (oito vírgula cinco por cento) e a 7,6% (sete vírgula seis por cento), respectivamente, em relação à população total do país. Entretanto, na mesma PNAD (IBGE, 2017a), foi destacado que a Região Norte possuía a maior população nos grupos de idade mais jovens, o que poderia significar um cenário de potencial procura pelo ensino superior. No Brasil, cerca de 11% (onze por cento) da população tinha idade entre dezoito e vinte e quatro anos, em 2017, quando verificada esta distribuição por região: na Região Norte este percentual era de 12,7% (doze vírgula sete por cento) e na Região Sudeste, a mais populosa, o percentual era de 10,6%, (dez vírgula seis por cento), segundo dados do IBGE (2017b).

Gráfico 1 – Evolução do número de IES segundo categoria administrativa



Fonte: elaboração própria, a partir dos resumos técnicos da Educação Superior/INEP.

Figura 1 – Distribuição no território brasileiro das IES segundo categoria administrativa (2017)



Fonte: elaboração própria, a partir da Sinopse Estatística do Censo da Educação Superior (INEP, 2018).

Até a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), as Instituições de ensino superior eram classificadas como universidades e não-universitárias, compostas por principalmente instituições isoladas. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no art. 45, as instituições são denominadas como públicas e privadas, com variados graus de abrangência e especialização (BRASIL, 1996). Nos demais artigos da Lei sobre a Educação Superior, menciona-se somente universidades e instituições-não-universitárias (CAVALCANTE, 2000). Foi a partir do Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997) que se definiu a organização acadêmica das Instituições de ensino superior, as quais foram classificadas como:

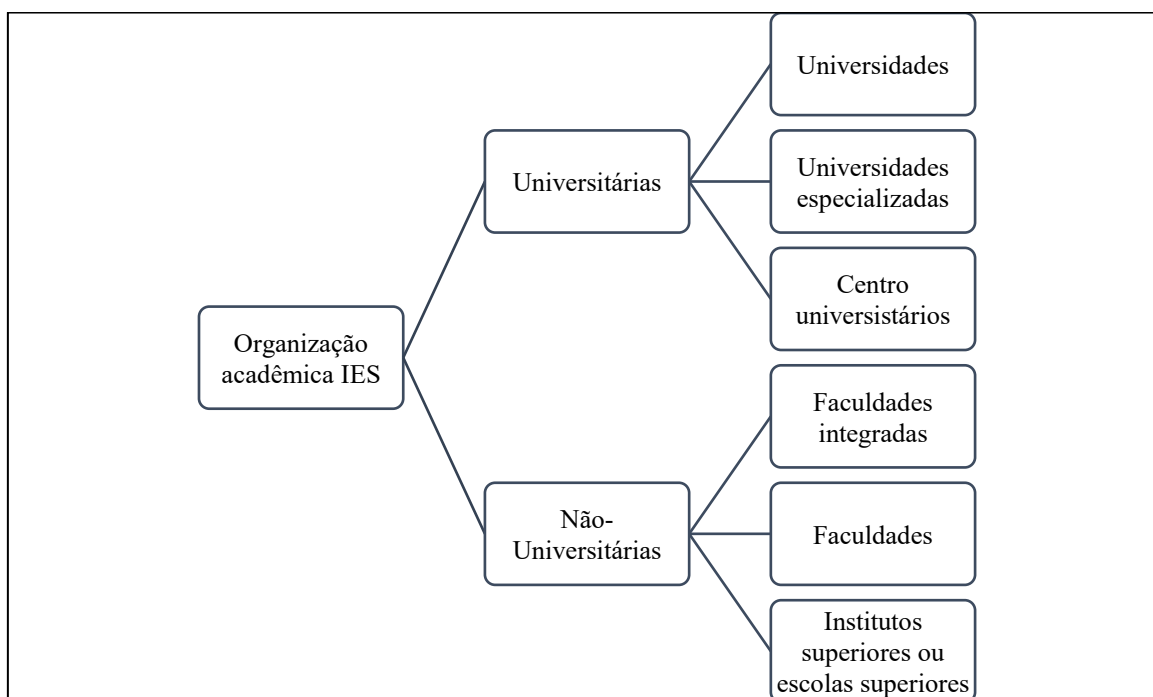
- **Universidades:** caracterizavam-se, principalmente, pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Eram também instituições pluridisciplinares, de formação dos quadros profissionais de nível superior. Possuíam autonomia de gestão e didático-científica;
- **Universidades especializadas:** eram organizadas por campo de saber;
- **Centros Universitários:** instituições pluricurriculares que abrangiam uma ou mais áreas do conhecimento. Se caracterizavam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Possuíam autonomia para

a criação de cursos e de vagas na sede;

- **Faculdades Integradas:** instituições com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento. O regimento destas instituições era unificado, com a gestão de um diretor-geral. Compreenderam cursos diversos, não sendo obrigatório o desenvolvimento de pesquisa e de extensão;
- **Faculdades:** eram instituições com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento. Também estavam vinculadas a um único mantenedor e com administração e direção isoladas. Sobre a oferta de cursos, podiam atender os variados níveis;
- **Institutos Superiores ou Escolas Superiores:** instituições que ofertavam cursos de graduação, sequenciais e de especialização, extensão e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Todas estas classificações abarcam instituições públicas e privadas que podem ser divididas em dois grandes grupos, como demonstrado na figura a seguir.

Figura 2 – Organograma da organização acadêmica das IES no Brasil



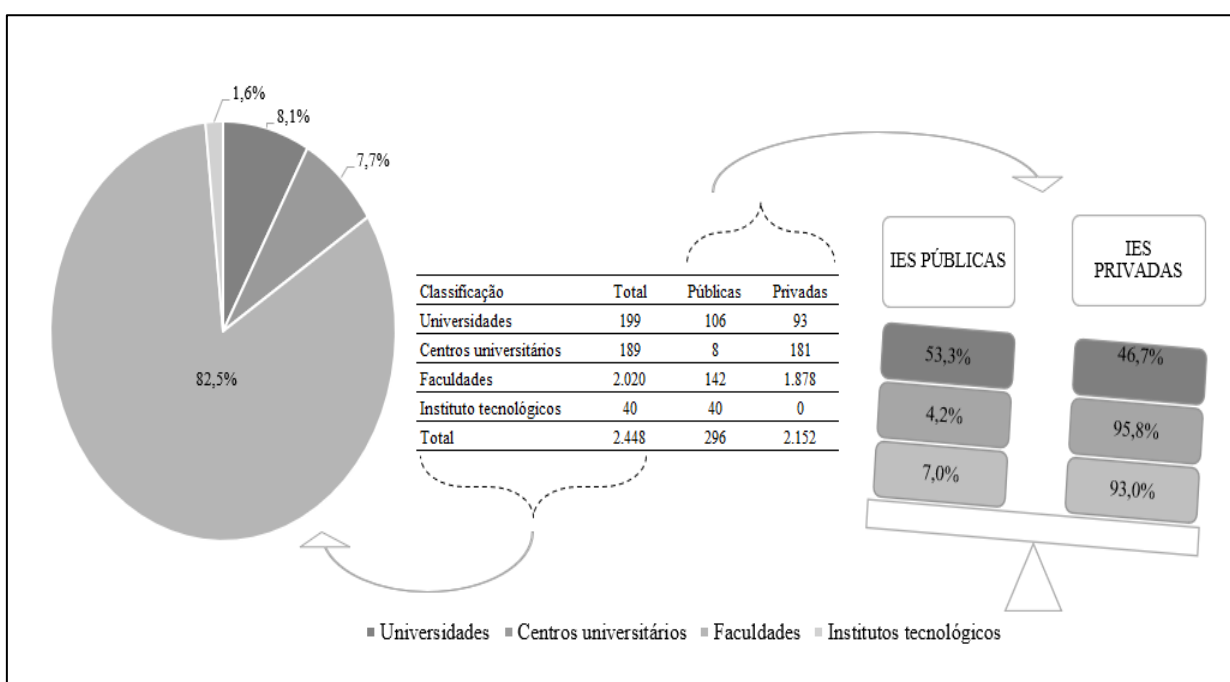
Fonte: elaboração própria, a partir da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) e do Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 (BRASIL, 1997).

É importante conhecer o modo como se organizou o ensino superior para compreender o processo de expansão deste nível de ensino. A partir do processo legislativo – que se iniciou

na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e se estendeu até o final da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e com os decretos regulatórios –, o setor privado encontrou, na organização estabelecida, brechas para se ampliar. Toda a dinâmica do processo de mercantilização do ensino privado, a partir dos anos 2000, também se respaldou na legislação vigente.

O setor privado se constituiu principalmente de fusões e aquisições de instituições menores, dando origem a grandes grupos, os quais administrava por meio de entidades mantenedoras. Como se observa na figura abaixo, as instituições classificadas como faculdade apresentavam, em 2018, grande peso na composição do Sistema Universitário no país, enquanto universidades correspondiam a apenas 8,1% (oitenta e um por cento). Outro dado importante observado é o número predominante de faculdades e centros universitários particulares: 93% (noventa e três por cento) das faculdades eram compostas por instituições privadas, determinando a participação majoritária do setor privado no ensino superior quanto ao número de instituições.

Figura 3 – Infográfico da distribuição das IES segundo organização acadêmica (2017)



* Os institutos tecnológicos correspondiam, em 2018, a um total de quarenta instituições, todas públicas.
Fonte: elaboração própria, a partir dados do CES (INEP, 2018).

As instituições de ensino superior também são categorizadas pelo MEC segundo sua gestão administrativa. No caso das instituições privadas, duas categorias são importantes na composição do setor: com fins lucrativos (mantida por ente privado, com finalidade lucrativa)

e sem fins lucrativos (mantida por ente privado, sem fins lucrativos, podendo ser confessional ou comunitária) (INEP, 2018). Na distribuição entre estas duas categorias, estavam em maior número no país instituições privadas com finalidade lucrativa, o que correspondia a 47% (quarenta e sete por cento) do total. Ademais, 91,8% (noventa e um, vírgula oito por cento) das instituições com fins lucrativos eram faculdades. Já as universidades privadas estariam em maior número na categoria de instituições sem fins lucrativos, somando 7,2% (sete vírgula dois por cento), conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das IES privadas segundo categoria administrativa e organização acadêmica (2017)

Categoria administrativa		Organização acadêmica			Total
		Universidade	Universitário	Faculdade	
Privada com fins lucrativos	Frequência	21	74	1.058	1.153
	%	1,8%	6,4%	91,8%	100,0%
Privada sem fins lucrativos	Frequência	72	107	820	999
	%	7,2%	10,7%	82,1%	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados CES (INEP, 2018).

A maior parte dos grupos detentores das instituições está hoje no mercado de ações. Sampaio (2014) já apontava em seus dados o domínio dos grandes grupos no ensino superior, que ganharam maior representatividade neste sistema de ensino com as aquisições em grande escala de estabelecimentos privados de médio e pequeno portes, dando também a estes grupos uma capilaridade no país. A autora ainda ressalta que grande parte dos estabelecimentos que passou a compor estes grandes grupos é classificada, no que se refere à organização acadêmica, como faculdade isolada.

Outro aspecto relevante se volta para o número de mantenedoras em relação ao número de instituições. Em 2012, esta relação era de 1,5 (1.400 mantenedoras para 2.100 estabelecimentos) (SAMPAIO, 2014); em 2017, este valor não sofreu grandes alterações situando-se em 1,3 (1.680 mantenedoras para 2.152 instituições) (INEP, 2018). Dentre os maiores grupos (segundo número de matrículas em 2017), figuravam: Kroton (337.030 – 12,8% em relação ao total de matrícula), UNIP (217.154 – 8,2% em relação ao total de matrícula), Estácio (145.647 – 5,5% em relação ao total de matrícula), Uninter (99.540 – 3,8% em relação ao total de matrícula), Uninove (69.959 – 2,7% em relação ao total de matrícula), Uniasselve (62.899 – 2,4% em relação ao total de matrícula) e Unicesumar (38.712 – 1,5% em relação ao total de matrícula).

Quanto à qualidade do ensino, o próprio MEC estabeleceu dimensões e meios de avaliação das instituições e cursos de ensino superior. Em 2004, foi instituída a Lei nº 10.861, de 15 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), que estabelece os mecanismos de avaliação, denominado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Trata-se de um sistema que avaliava as instituições de ensino superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos estudantes com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação Superior do país.

A avaliação das instituições é feita por meio de um conjunto de investigações, análises globais e integradas – autoavaliação conduzida pela CPA (Comissão Própria de Avaliação), avaliação externa (*in loco*), Censo da Educação Superior, cadastro de cursos e instituições, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e avaliação dos cursos de graduação – que fica a cargo do INEP e do MEC. No caso da avaliação institucional, são utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, uma vez que as avaliações interna e externa consideram as dimensões:

- Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;
- Responsabilidade social da IES;
- Comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo;
- Organização de gestão da IES;
- Infraestrutura física;
- Planejamento de avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira

A integração dos instrumentos avaliativos permite a atribuição de alguns conceitos, que são ordenados, numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. Os dados das avaliações são divulgados pelo INEP através dos informativos referentes aos dados do censo, do cadastro da instituição, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC), que compõem resultados quanto aos conceitos das avaliações para os atos de Renovação de Reconhecimento e de Recredenciamento (parte do ciclo trienal do SINAES, com base nos cursos contemplados no Enade a cada ano).

A partir dos dados avaliativos, é possível verificar como as instituições pertencentes aos grandes grupos foram avaliadas no ano de 2017, conforme Tabela 2. Para chegar ao valor do IGC (faixa), é realizada uma média ponderada envolvendo as notas contínuas dos Conceitos

Preliminares de Curso (CPC) dos cursos de graduação e dos conceitos Capes dos cursos de Programas de Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado acadêmico) das instituições. Desta maneira, o INEP considera, no cálculo do IGC, as seguintes informações: NCPC referentes aos cursos de graduação avaliados no triênio 2015-2016-2017 (no caso da Tabela 2) conceitos dos cursos de mestrado e doutorado concedido pela Capes na última avaliação disponível e o número de matrículas nos cursos de mestrado e doutorado (no caso específico, os estudantes matriculados e titulados em 2017) (INEP,2018).

Por sintetizar o conceito das instituições em um único instrumento avaliativo, o IGC permite visualizar o quão uma instituição se aproxima ou se distancia dos parâmetros de qualidade estipulados pelo MEC. O índice tem seu resultado expresso em valores contínuos (que vai de uma escala de 0 a 500) e também em faixas (de 1 a 5). Notas obtidas entre as faixas 1 e 2 são consideradas insatisfatórias; nota 3 é considerada satisfatória; com nota acima (4 e 5), a instituição estaria em níveis superiores de qualidade. Como se observa na Tabela 2, as instituições estão em grande parte em nível considerado satisfatório de qualidade, cabendo destacar que apenas a Universidade Nove de Julho, com nota 4, é instituição privada sem fins lucrativos, dentre as instituições apresentadas.

Tabela 2 – Resultado IGC (2017)

Instituição	Grupo	UF da IES	Nº de Cursos com CPC no Triênio	Conceito médio da Graduação	Conceito Médio do Mestrado	Conceito Médio do doutorado	IGC (Contínuo)	IGC (Faixa)
Universidade Paulista	UNIP	SP	718	2,763947267	4,682222222	4,738095238	2,768652243	3
Universidade Pitágoras Unopar	Kroton	PR	56	2,530809443	4,438073394	4,797619048	2,533987634	3
Universidade Anhanguera	Kroton	MS	45	2,256142128	4,244897959	4,5	2,258598625	3
Universidade Estácio de Sá	Estácio	RJ	334	3,025895264	4,6203125	4,783625731	3,035679886	4
Centro Universitário Internaciona	Uninter	PR	30	2,800613835	4,316513761	0	2,802960164	3
Universidade Nove de Julho	Uninove	SP	162	3,118373655	4,634963768	4,899068323	3,146786248	4
Centro Universitário Leonardo Da Vinci	Uniasselvi	SC	32	2,702533432	0	0	2,702533432	3
Centro Universitário de Maringá - Unicesumar	Unicesumar	PR	53	3,190458041	4,327137546	0	3,200052912	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados CES (INEP, 2018).

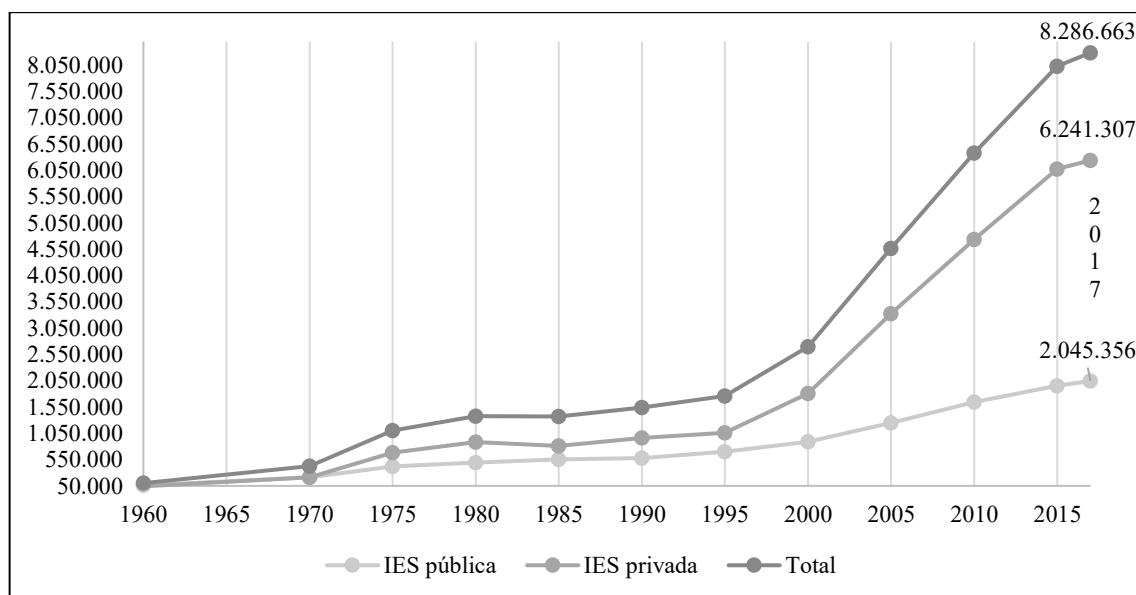
Apesar de um resultado intermediário no processo avaliativo, o maior impacto da concentração de matrículas por estes grupos seria a proporção destas que eles recebem, acumulando mais de 35% (trinta e cinco por cento) dos estudantes do ensino superior (INEP, 2018), o que, para Sampaio (2016), é preocupante, em razão dos efeitos na cultura deste nível de ensino. Estes

grupos adotam o estabelecimento de uma gestão profissionalizada, em que boa parte dos gestores não possui experiência efetivamente educacional, sendo oriundos de instituições financeiras. Na verdade, como ressalta a autora, entre os grandes grupos, naqueles que estão no mercado de ações, há grande participação de instituições financeiras e bancárias, inclusive internacionais, que trazem outra perspectiva de gestão, a qual focaliza o lucro. Neste sentido, há uma caracterização predominante nas instituições administradas pelos grandes grupos educacionais: padronização pedagógica e de conteúdos; combinação de gestão estratégica centralizada – que se desvincula do corpo acadêmico – e de gerências táticas descentralizadas, que comporiam o papel do coordenador de curso; pauta na diminuição de custos que impacta no valor médio das mensalidades (SAMPAIO, 2015). À vista disto, mesmo que as matrículas no ensino superior privado estejam concentradas em universidades, há uma cultura diferenciada na administração e no ensino em relação à cultura da universidade pública, tradicionalmente tida como referencial de qualidade.

Os dados sobre as matrículas também permitem identificar o crescimento do ensino superior privado, considerando o volume de estudantes recebido. O Gráfico 2 ilustra a evolução da expansão do ensino superior, alavancado principalmente pelo número de matrículas no setor privado. Em quase seis décadas, houve um aumento de menos de quinhentos e cinquenta mil estudantes matriculados no ensino superior para quase oito milhões e trezentos mil, com o setor privado detendo um pouco mais de 75% (setenta e cinco por cento) das matrículas em 2017.

Os dados tornam mais evidentes os ciclos de expansão do ensino superior no país, de um crescimento mais tímido, de 1960 a 1980, devido à Reforma Universitária, dos anos 1990 ao início dos anos 2000, com visto aqui, efeito da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e da LDB (BRASIL, 1996), a uma explosão, a partir de 2004/2005, com as novas políticas de expansão. No período entre 2005 e 2016, as instituições privadas apresentaram um crescimento de 45,18% (quarenta e cinco vírgula dezoito por cento) nas matrículas e as instituições públicas apresentaram um crescimento de 37,35% (trinta e sete vírgula trinta e cinco por cento).

Gráfico 2 - Evolução das matrículas no Ensino Superior segundo categoria administrativa 1960-2017



Fonte: elaboração própria, a partir dos resumos técnicos da Educação Superior/INEP.

As IES privadas ofertaram, em 2017, mais de vinte e cinco mil cursos, sendo predominante a oferta nas áreas de “Ciências Sociais, Negócios e Direito”, “Engenharia, Produção e Construção” e “Saúde e Bem-estar Social”. Esta distribuição impactou no número de ingressos em cada área, no mesmo período: mais de 43% (quarenta e três por cento) dos estudantes ingressaram na área de “Ciências Sociais, Negócios e Direito”, em seguida estaria a área de “Educação”, com 17,6% (dezessete vírgula seis por cento) de ingressos, e “Saúde e Bem-estar Social”, com 17,2% (dezessete vírgula dois por cento).

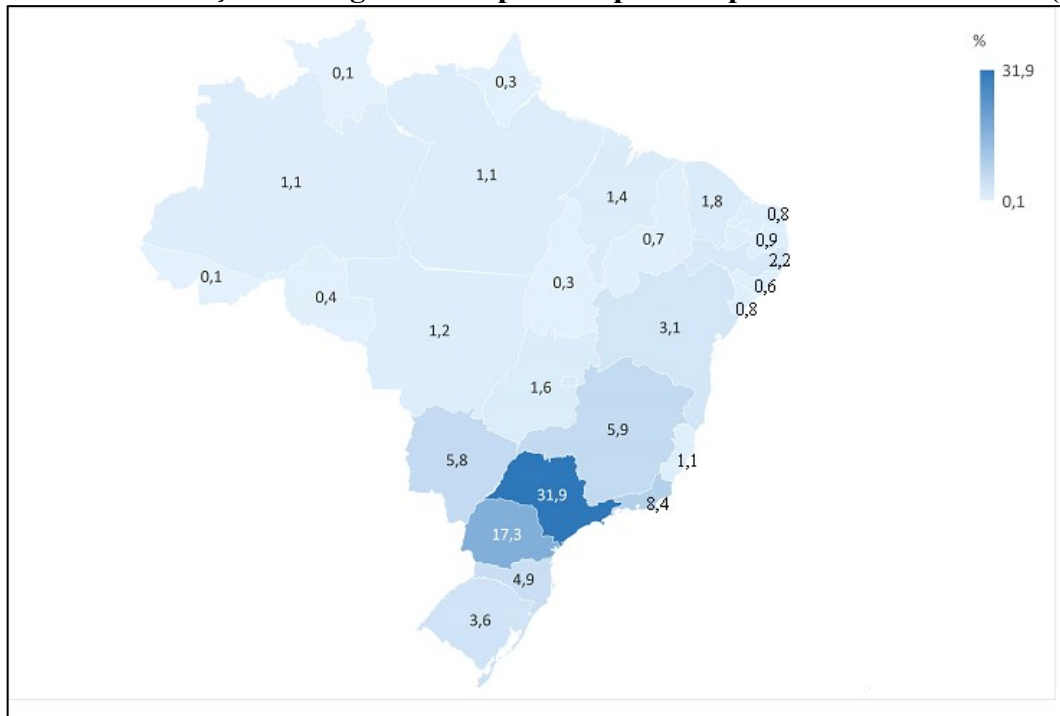
Tabela 3 – Oferta de cursos das IES privadas segundo área geral OCDE (2017)

Área Geral OCDE	Número de cursos	%
Ciências sociais, negócios e direito	8.976	35,9
Engenharia, produção e construção	4.081	16,3
Saúde e bem estar social	3.893	15,6
Educação	3.496	14,0
Ciências, matemática e computação	2.150	8,6
Humanidades e artes	1.027	4,1
Serviços	917	3,7
Agricultura e veterinária	469	1,9
Total	25.011	100,0

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados CES (INEP, 2018).

2.2.1 Perfil do alunado das instituições privadas

Figura 4 – Distribuição dos ingressantes por IES privada por unidade federativa (2017)

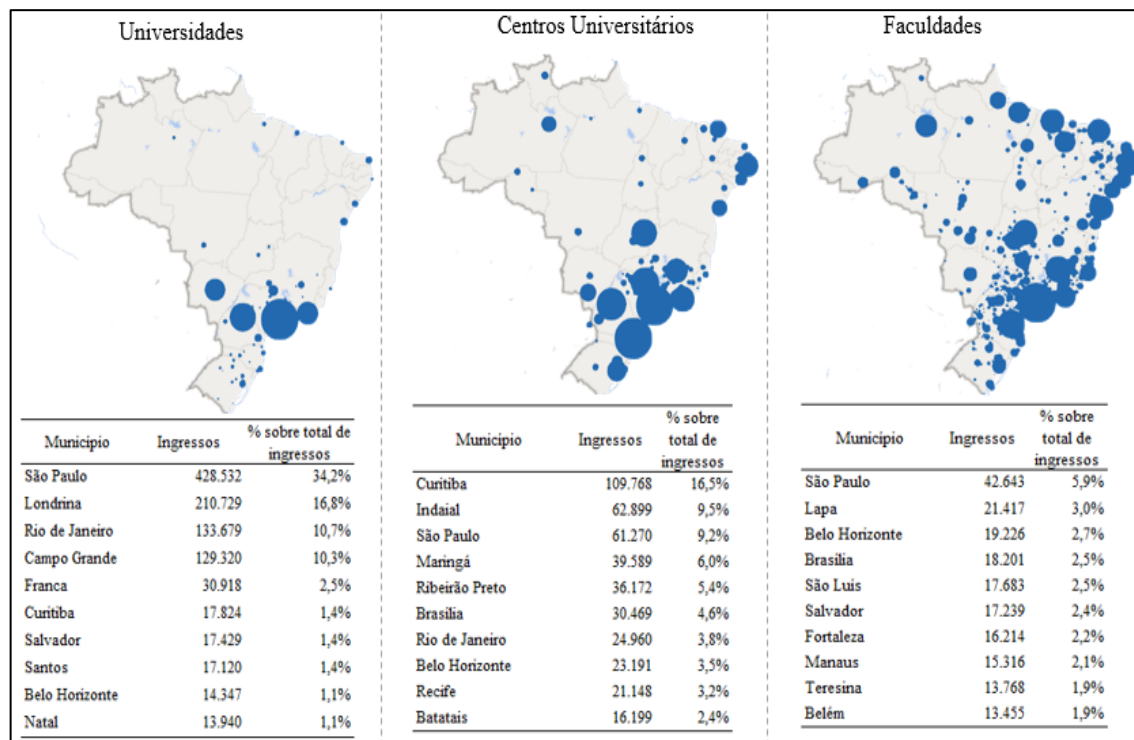


Legenda: Total de ingressos 2.637.146

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES (INEP, 2018).

Como já identificado, as instituições seguem uma distribuição pela qual se concentram nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, estando mais presentes nos grandes centros urbanos, apesar de haver maior contingente de interiorização, quando o setor privado é comparado ao setor público. A distribuição dos estudantes segue esta mesma tendência, conforme pode ser visto na Figura 1,: em 2017, os estudantes estavam em maior parte na Região Sudeste, com o estado de São Paulo absorvendo 32% (trinta e dois vírgula dois por cento) do total de ingressantes, seguido do Paraná (17,3% – dezessete vírgula três por cento) e do Rio de Janeiro (8,4% – oito vírgula quatro por cento). Os estados com menor número de ingressantes foram Roraima e Acre, com menos de quatro mil ingressantes no Sistema Privado cada um deles.

Figura 5 - Distribuição dos ingressantes em instituições privadas segundo organização acadêmica (2017)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES (INEP, 2018).

Dentre os ingressantes de 2017, o acesso a universidades foi maior (47,5%), vindo em seguida o acesso a faculdades (27,4% – vinte e sete vírgula quatro por cento) e a centros universitários (25,2% – vinte e cinco vírgula dois por cento). Considerando os estudantes que ingressaram em universidades, 55,7% (cinquenta e cinco vírgula sete por cento) estavam matriculados naquelas com fins lucrativos. Já entre os ingressantes em faculdades, 70,9% (setenta vírgula nove por cento) deles se concentram naquelas com fins lucrativos.

A Figura 5 ilustra como os ingressos em IES privadas, em 2017, se distribuía pelo país, segundo a organização acadêmica. As Regiões Sudeste e Sul concentraram o maior número de estudantes nas três categorias (universidades, centros universitários e faculdades). Entretanto, o ingresso na universidade é dominante nestas regiões, principalmente, nas grandes capitais. As faculdades foram estabelecimentos que se dispersaram e se encontraram mais interiorizadas pelo país, estando os estudantes mais distribuídos neste caso.

Tabela 4 - Distribuição ingressantes no Ensino Superior privado segundo características sociodemográficas e acadêmicas

Variável		%
Sexo	Feminino	56,7
	Masculino	43,3
Cor/Raça	Aluno não quis declarar cor/raça	28,9
	Branca	37,3
	Preta	5,6
	Parda	25,6
	Amarela	1,7
	Indígena	0,8
Idade	Até 18 anos	11,3
	19 anos	10,6
	20 anos	8,5
	21 anos	6,8
	22 anos	5,6
	23 anos	4,9
	24 anos	4,4
	De 25 a 29 anos	16,8
Acima de 30 anos	31,2	
Origem escolar (Ensino Médio)	Pública	75,6
	Privada	24,3
Grau Acadêmico	Bacharelado	61,6
	Licenciatura	17,5
	Tecnólogo	20,9
Modalidade de ensino	Presencial	62,6
	Curso a distância	37,4
Turno	Matutino	15,7
	Vespertino	1,6
	Noturno	42,6
	Integral	2,7
	Não aplicável (Ead)	37,4
Financiamento estudantil	Não	60,2
	Sim	39,8
Atividade extracurricular	Não	88,0
	Sim	12,0
Total ingressantes		2.637.146

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES INEP (2018).

A maior participação das mulheres no Ensino Superior brasileiro se atrelou ao próprio movimento de lutas, o qual foi iniciado nos anos 1970, por mais direitos e participação em áreas diversas da sociedade, incluindo a educação (ASSUMPCÃO, 2014). Com isto, as mulheres passaram a ocupar maior espaço nas políticas públicas de inclusão, com mais acesso à educação e com taxas mais regulares de progressão escolar (ROSEMBERG, 2001), o que explicaria a predominância feminina no Ensino Superior. O fato de o sexo feminino se configurar como maioria no Ensino Superior se atrela à própria questão de também ser este o sexo predominante

no Ensino Médio, uma vez que as mulheres repetiriam menos de ano, tenderiam a evadir menos e a concluir a Educação básica em maior proporção (BARROS; MOURÃO, 2018).

Os estudantes que se declararam brancos eram maioria, em seguida, os negros (pretos e pardos). Quanto à idade dos ingressantes, os maiores percentuais se concentravam nas idades mais superiores, sendo representativo aqueles com idades acima de vinte e cinco anos. Quanto à origem escolar, os estudantes eram majoritariamente oriundos do ensino público, o que é uma característica preponderante do ensino superior privado.

Dentre os ingressantes, a maioria se direcionou aos cursos de bacharelado, vindo em seguida os cursos de tecnólogos e licenciatura. Os cursos presenciais receberam o maior percentual de estudantes no mesmo ano e, no que se refere ao turno de estudos, os estudantes se concentravam no turno noturno. A maioria dos estudantes não recebia nenhum tipo de financiamento estudantil e não participava de atividades extracurriculares (estágio não obrigatório, extensão, monitoria, pesquisa). No decorrer dos anos 2.000 a educação a distância passou a adquirir mais espaço no Ensino Superior, apresentando uma expansão significativa, principalmente no setor privado. Os dados do INEP (2018) demonstram que as instituições privadas oferecem 1.646 cursos na modalidade a distância.

Sobre financiamento estudantil, a maioria dos estudantes não recebia nenhum tipo de financiamento e, assim como ocorre na participação de atividades extracurriculares.

Sexo/Cor/Raça x Idade/ Origem escolar/ Grau Acadêmico/ Modalidade de Ensino/ Turno (2017)

Com base nos dados apresentados acerca do perfil do corpo discente, é possível realizar cruzamentos entre variáveis que ajudam a refinar o quadro dos ingressantes no setor privado. Dentre os estudantes do sexo feminino e masculino que declararam sua cor/raça é possível identificar a seguinte distribuição:

- Mulheres brancas – 30,8% (trinta vírgula oito por cento);
- Mulheres negras – 25,6% (vinte e cinco vírgula seis por cento);
- Homens brancos – 23,7% (vinte e três vírgula sete por cento);
- Homens negros – 19,9% (dezenove vírgula nove por cento);

A partir destes dados, os cruzamentos abaixo foram realizados para identificar diferenças ou aproximações entre os grupos listados acima.

Tabela 5 – Distribuição dos ingressantes do ensino superior privado segundo sexo/cor/raça e idade (2017)

Sexo/Cor	idade em faixas				Total
	Até 18 anos	De 19 a 24 anos	De 25 a 30 anos	Acima de 30 anos	
Mulheres brancas	14,1%	41,2%	35,1%	9,7%	100,0%
Mulheres negras	10,8%	42,0%	38,0%	9,1%	100,0%
Homens brancos	11,6%	41,9%	36,9%	9,6%	100,0%
Homens negros	8,5%	41,6%	40,3%	9,7%	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES (INEP, 2018).

Tabela 6 – Distribuição dos ingressantes no ensino superior privado segundo sexo/cor/raça e dados acadêmicos (2017)

Variável	Sexo/ Cor			
	Mulheres brancas	Mulheres negras	Homens brancos	Homens negros
Bacharelado	61,6%	60,5%	66,5%	63,8%
Licenciatura	21,5%	22,7%	9,4%	11,6%
Tecnólogo	16,8%	16,7%	24,0%	24,6%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Presencial	65,5%	63,4%	68,2%	65,2%
Curso a distância	34,5%	36,6%	31,8%	34,8%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Matutino	17,3%	17,2%	14,4%	13,7%
Vespertino	1,7%	2,3%	1,3%	1,8%
Noturno	41,7%	41,8%	48,5%	48,0%
Integral	4,7%	2,1%	4,0%	1,7%
Não aplicável (Ead)	34,5%	36,6%	31,8%	34,8%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP,2018).

Cabe destacar, inicialmente, a diferença de idades entre os ingressantes a partir da relação entre sexo e cor/raça. Conforme demonstra a Tabela 5, as mulheres brancas ingressaram mais novas comparando com os demais. Já os homens negros teriam uma trajetória escolar/acadêmica menos regular, acessando o Ensino Superior um pouco mais velhos. As mulheres negras também apresentaram aspectos de idade próximos ao dos homens negros, com maior percentual quando verificada a idade de ingresso com até dezoito anos. Sobre a origem escolar, a partir da categoria sexo/cor, os homens brancos apresentaram maior percentual (32,6% – trinta e dois vírgula seis por cento) de proveniência da rede privada de Ensino Médio, em seguida vêm as mulheres brancas (29,0% – vinte e nove por cento), os homens negros (23,9% – vinte e três vírgula nove por cento) e as mulheres negras (21,1% – vinte e um vírgula um por cento).

Já na escolha dos cursos, o bacharelado foi predominante entre os homens brancos, mas estes se igualaram ao percentual de homens negros quando se tratava de cursos tecnológicos. As mulheres, de maneira geral, optaram mais por cursos de bacharelado e licenciatura. Embora as mulheres negras tenham se dirigido menos para os cursos presenciais e mais para os cursos a distância, no que se refere à modalidade de ensino, os percentuais foram aproximados para mulheres brancas e homens negros, com um valor um pouco mais elevado para os homens brancos. Quanto ao turno escolhido, não houve grandes diferenciações, mulheres, em relação aos homens, independentemente da cor/raça, apresentaram maior direcionamento ao turno matutino. Os homens por sua vez, se dirigiram, predominantemente, para o turno noturno. Entretanto, quando verificado o turno integral, as mulheres negras e os homens negros se direcionaram menos para esse turno.

Ao longo deste capítulo, apresentamos o desenvolvimento e as características essenciais do ensino superior privado no Brasil. Resgatou-se o histórico, desde o primeiro ciclo de expansão do ensino superior, na década de 1960, para se chegar à compreensão de como o setor privado se constituiu e adquiriu preponderância neste nível de ensino. Este primeiro momento de expansão teve impactos sobre o processo de desenvolvimento de uma dualidade entre ensino público e privado, sendo que o primeiro se manteve dentro do ideário de universidade estabelecido pela Reforma de 1968 (BRASIL, 1968) e o segundo seguiu por um caminho de atendimento de demanda e de mercado, afastando-se da perspectiva de um lugar de formação acadêmica intimamente associada à pesquisa.

As grandes mudanças no Sistema de ensino superior brasileiro tiveram como base a implementação de políticas, seja para seu regulamento, seja na tentativa de sua democratização, o que impactou diretamente no setor privado que se adequou para ampliar a oferta de cursos e de vagas, resultando na massificação deste nível de ensino e na sua pluralidade de formas e funções em todo sistema, como coloca Sampaio (1991). A heterogeneidade tem sido uma característica marcante do setor privado. Trata-se de um sistema com diferentes e diversificados estabelecimentos, abrangendo, de maneira geral, o território do país, inclusive, nos locais mais interiorizados.

Para além da expansão do ensino superior como um todo e do ensino privado, em particular, percebe-se que este processo, principalmente nos últimos vinte anos, contribuiu para o acesso de jovens oriundos de grupos sociais que antes não tinham oportunidade de ingressar na universidade. O ProUni e o Fies foram responsáveis por promover tal acesso. Mesmo que as universidades públicas tenham passado por um processo de ampliação e de políticas de ações

afirmativas, o setor privado é o principal agente responsável por receber o maior contingente de estudantes. Tal qual como demonstrado, 75% (setenta e cinco por cento) das matrículas no ensino superior se concentram no setor privado e, no ano de 2017, quase 77% (setenta e sete por cento) dos ingressantes eram oriundos do Ensino Médio público, demonstrando a relevância deste setor para o acesso das camadas populares neste nível de ensino.

Embora o setor privado tenha tamanha participação no ensino superior, o que os pesquisadores do tema vêm se questionando é se esse acesso tem se dado efetivamente de forma democrática, principalmente, pelo ao acesso maior de estudantes às instituições de caráter mercantilizado, que apresentaria menores conceitos nas avaliações que medem a qualidade das instituições e cursos de ensino superior. Além disso, outra crítica se atrela ao fator do financiamento público assegurar toda sua expansão. Em nível territorial, as instituições privadas seguem uma tendência de se estabelecer em maior número nos grandes centros urbanos, assim como as grandes universidades. Mas, o setor privado apresenta maior capilaridade territorial em relação ao setor público. Embora as IES privadas tenham como característica maior distribuição no território brasileiro, os jovens que vivem em locais mais interiorizados e em cidades menores só contam com instituições do tipo das faculdades isoladas e de pequeno porte, que não figuram entre as mais bem avaliadas pelos sistemas de avaliação governamental e entre as de maior prestígio.

De modo que – e segundo a teoria bourdieusiana - mesmo estando incluídos no Sistema Universitário, os estudantes de camadas pobres estariam em condição de desvantagem, em razão do valor econômico e simbólico do diploma que recebem ao ingressar nessas instituições. Já os jovens pertencentes às camadas mais favorecidas têm a possibilidade de se dirigir a instituições mais prestigiosas e de arcar com seus custos. Ou seja, grupos, antes excluídos, permaneceriam excluídos, mas agora “no interior”. Os dados nos mostraram que mulheres e homens negros estariam nas condições mais desvantajosas: acessariam o ensino superior mais velhos; se direcionariam em maior número para cursos de menor prestígio (licenciatura e tecnólogos); estudariam em menor número em cursos de período integral que, geralmente, demandam dedicação quase exclusiva aos estudos (geralmente associados à área da Medicina).

Assim, apesar da desconcentração geográfica da oferta, do aumento do acesso em regiões historicamente desguarnecidas, da diversificação de cursos e de carreiras (SAMPAIO, 2015), o ensino superior privado ainda é palco de expressivas desigualdades sociais.

CAPÍTULO 3

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI)

A elaboração deste capítulo subsidiou-se nos documentos oficiais que dão conta do processo de constituição do ProUni, pelo Governo Federal, e também nas informações contidas no Censo da Educação Superior. Tanto os documentos quanto os dados do Censo foram essenciais para delinear o cenário do ProUni em diferentes níveis de análise. Inicialmente serão apresentadas algumas considerações relevantes sobre o programa em âmbito nacional para, em seguida, serem apontados elementos voltados para suas características em Minas Gerais e aqueles relativos à situação do ProUni em Belo Horizonte. Salienta-se que o foco no Estado de Minas Gerais e na Capital Mineira se orienta pela escolha do objeto de análise: o ProUni no contexto da PUC – Minas.

Este capítulo se organiza em três seções: na primeira serão abordados a constituição e o modo de organização do ProUni; na segunda seção, serão discutidos os dados relativos ao ProUni, de modo a relacioná-los com aqueles já apresentados no capítulo anterior e, assim, serão realizados apontamentos relativos a convergências e divergências existentes; na terceira seção serão discutidos aspectos relacionados ao contato com os candidatos pré-selecionados pelo programa e aos impactos do ProUni sob o ponto de vista das gestoras da PUC Minas entrevistadas.

3.1 Constituição e organização do Programa Universidade para Todos

O ProUni, como é de conhecimento, consiste na concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (50%) para estudantes de Instituições de ensino superior privadas (com ou sem fins lucrativos), de cursos de graduação ou sequenciais, de formação específica (BRASIL, 2005). O ProUni se iniciou como o programa de governo do então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Ele foi apresentado como Projeto de Lei nº 3.582, em 18 de maio de 2004 (BRASIL, 2004), e foi instituído pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005).

Conforme exposto na legislação referente ao programa, para a obtenção da bolsa, o candidato não pode ter concluído anteriormente um curso superior; ademais, deve ser atestada uma renda familiar mensal de até um salário mínimo e meio *per capita* (para bolsa integral) e renda familiar mensal de até três salários mínimos *per capita* (para bolsa parcial). Além destas características, consideradas basilares, o candidato deve atender a pelo menos um dos seguintes requisitos:

- a) Ter cursado Ensino Médio em escola da rede pública;
- b) Ter cursado Ensino Médio em instituições privadas com bolsa integral;
- c) Ser pessoa com deficiência;
- d) Ser professor que atua na Rede Pública de Ensino e que concorra a vagas de formação em licenciatura. Neste caso, o critério de renda não se aplica.

O Programa também conta com uma política de cotas para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas e para pessoas com deficiência, as quais devem se enquadrar nos demais critérios de seleção. A reserva de bolsas destinadas aos cotistas deve seguir o percentual igual ao percentual de autodeclarados pretos, pardos e indígenas no último censo do IBGE, por unidade da federação.

O Programa realiza duas seleções por ano: a primeira, no início do primeiro semestre, e a segunda, no início do segundo semestre. A seleção ocorre em duas etapas: regular e processo de ocupação das vagas remanescentes. Para participar da etapa regular, o estudante deve: ter realizado a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano anterior à seleção; ter obtido no mínimo a média de quatrocentos e cinquenta pontos nesta prova; e não ter obtido nota zero na prova de redação do ENEM. Já na etapa de ocupação das bolsas remanescentes, podem-se candidatar professores da Rede Pública de Ensino, para bolsas em cursos de licenciatura ou candidatos que tenham realizado o ENEM, a partir da edição de 2010, que atendam aos mesmos requisitos quanto à pontuação e que não tenham sido aprovados no processo regular.

Os candidatos são pré-selecionados, a partir da nota obtida no ENEM e de seu perfil socioeconômico. A etapa seguinte de seleção, que se configura como etapa final, é reservada à instituição de ensino superior a qual recebe os candidatos pré-selecionados e os avalia. Caso a instituição tenha estabelecido critérios específicos, é de sua responsabilidade desta aferir as informações apresentadas pelo candidato.

Por fim, cabe ainda salientar que a legislação prevê, para os casos de estudantes beneficiados com bolsa integral e que estejam matriculados em cursos de turno integral, a Bolsa Permanência, instituída em 2006 e regulamentada pela Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011 (BRASIL, 2011). Tal subsídio se constitui como um benefício com valor máximo equivalente ao praticado pela Política Federal para Bolsas de Iniciação Científica e se destina ao custeio de despesas educacionais do estudante. O processo de seleção dos estudantes aptos a receber a Bolsa Permanência é realizado automaticamente pelo sistema do ProUni, mas, para isto ocorrer, é necessário haver disponibilidade orçamentária do Ministério da Educação.

Quanto à oferta de bolsas pela instituição, a legislação do ProUni prevê que a instituição privada de Ensino Superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que

aderir ao programa deve oferecer bolsa integral para cada 10,7 estudantes pagantes e “devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior” (BRASIL, 2005), ou – como exemplifica Sampaio (2016) – a cada 107 estudantes pagantes, a instituição deve ofertar 10 (dez) bolsas integrais. Outro item importante sobre a oferta de bolsas é o que consta no § 4 do mesmo art. 5º, que estipula que a instituição, em substituição ao requisito anterior, pode oferecer uma bolsa integral para cada vinte dois estudantes pagantes e devidamente matriculados, desde que ofereça de forma adicional um número de bolsas parciais em uma proporção em que a soma das bolsas concedidas alcance o equivalente a 8,5% (oito vírgula cinco por cento) da receita anual dos períodos letivos em que já havia bolsistas do ProUni.

Para as entidades educacionais beneficentes, a oferta de bolsas pelo ProUni regula, otimiza e confere a efetividade da atividade filantrópica destas instituições e, conforme aborda Faceira (2009), é também proposta do ProUni organizar a Lei da Filantropia – Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009). No caso das instituições filantrópicas, as regras de oferta de bolsas se diferenciam das IES não beneficentes, sendo as principais: i) somente oferta de bolsas de estudos na graduação ou sequencial de formação específica regulares (salvo bolsas integrais e parciais para pós-graduação *stricto sensu*) são consideradas atividades filantrópicas; ii) oferta de uma bolsa integral (no mínimo) para cada nove alunos pagantes; iii) oferta de bolsa integral em todos os cursos e em todas as unidades.

O ProUni traz interessantes vantagens para as instituições privadas que aderem ao programa, uma vez que, além do preenchimento de vagas, que muitas vezes ficam ociosas, há a isenção de uma série de impostos e de contribuições tributárias para a instituição durante o período de vigência da adesão, conforme explicitado no artigo 8º (BRASIL, 2005). A isenção recai sobre:

- a) Imposto de Renda Pessoas Jurídicas;
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – destinada ao financiamento da seguridade social, é tributo federal que incide sobre todas as pessoas jurídicas domiciliadas no país, acompanha a forma de tributação do lucro adotada para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, com alíquotas previstas de 9% (nove por cento) ou 15% (quinze por cento) dependendo da classificação da pessoa jurídica;
- c) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – também destinada ao financiamento da seguridade social, é um tributo federal que incide sobre o faturamento mensal, assim considerado a receita bruta obtida pela atividade da organização;

- d) Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) – tributo federal que incide sobre a receita bruta da pessoa jurídica, sua alíquota varia entre 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) ou 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento), dependendo do regime de apuração.

Cabe expor que, ao aderir ao ProUni, a instituição se compromete a permanecer no programa por um período de dez anos, podendo ser renovada a permanência por igual período. Entretanto, em uma mesma instituição, os cursos podem ser desvinculados do programa em caso de desempenho considerado insuficiente, segundo critérios estabelecidos pelo SINAES.

A supervisão e fiscalização do ProUni fica a cargo do MEC. No caso de fraudes por parte de algum bolsista, a Portaria Normativa nº 8, de 26 de abril de 2013 (BRASIL, 2013), define os procedimentos de supervisão e comunicação com as instituições, denunciante e estudante beneficiário. Anteriormente, em 30 de janeiro de 2006, pela Portaria nº 301 (BRASIL, 2006), o MEC instituiu a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni (CONAP), que é um órgão colegiado com atribuições consultivas, vinculado à Secretaria de Educação Superior. As principais atribuições do CONAP consistem no acompanhamento e no controle social dos procedimentos operacionais relacionados à concessão de bolsas do Programa, na interação com a sociedade civil para recebimento de queixas e denúncias para repasse à Secretaria de Educação Superior. Em 02 de dezembro de 2009, o MEC também criou a Portaria nº 1.132 (BRASIL, 2009), que dispõe sobre a instituição das Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do ProUni (COLAP). Neste caso, cabe à instituição aderida ao ProUni estabelecer a comissão local, com o objetivo de promover a articulação entre o CONAP e a comunidade acadêmica. Suas atribuições são, praticamente, as mesmas da comissão nacional, com ações em âmbito institucional. A comissão local deve ser composta por um representante discente bolsista do ProUni, um representante do corpo docente, um representante da direção e um representante da sociedade civil, todos eleitos por seus pares, em processo direto de escolha, sob divulgação e coordenação da instituição de ensino.

Desde sua instituição e até o ano de 2017, o ProUni concedeu mais de dois milhões e duzentas mil bolsas, segundo os Dados Abertos disponibilizados pelo MEC¹⁰. Considerando os mesmos dados, 1.223 (um mil duzentas e vinte e três) Instituições de Ensino Superior ofereceram bolsas pelo ProUni, ou seja, 50% (cinquenta por cento) das instituições privadas existentes no país aderiram a ele.

¹⁰ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/229-noticias/1524145942/73081-balanco-do-segundo-dia-contabilizamaismais-de-1-2-milhao-de-inscricoes>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

3.1.1 O sistema de seleção do ProUni: um jogo de escolhas?

Como já mencionado, a seleção para ingresso no Ensino Superior com bolsa do ProUni ocorre em duas etapas: a primeira, via sistema *online*, na qual o candidato faz a escolha do curso; e a segunda, por intermédio da instituição que ofertou a bolsa pelo programa, assim a segunda etapa do processo seletivo ocorre na instituição de ensino superior.

O Ministério da Educação realiza duas seleções do ProUni no decorrer do ano, no início de cada semestre. Para tanto, o candidato deve efetuar sua inscrição na página do ProUni que se utiliza das informações prestadas no ato de inscrição para o ENEM. As informações socioeconômicas são colhidas, no ato de inscrição do ProUni, pela qual o candidato preenche um questionário sobre a composição familiar e a situação de renda de cada um dos integrantes do grupo familiar. O candidato que se autodeclarar indígena, preto, pardo, ou com deficiência pode selecionar a opção para concorrer a bolsas destinadas às cotas.

Embora o sistema de inscrição seja satisfatoriamente intuitivo, a última etapa do processo pode se caracterizar de forma mais complexa. Em razão de ser a etapa em que o candidato escolhe a instituição, o curso e a modalidade de bolsa, é preciso ter certo domínio de usuário para indicar na tela de busca o nome do município, da instituição ou do curso, para o qual se tem interesse. Quando se opta por fazer uma busca por município, o sistema retorna com uma lista cursos, por ordem alfabética, ofertados na região escolhida; o candidato faz então sua escolha, consultando os cursos e bolsas disponíveis. Na busca por instituição, o candidato tem acesso aos cursos e tipos de bolsas disponíveis no estabelecimento indicado. No caso da busca por curso, o sistema retorna com uma lista indicando o curso por instituição e a bolsa disponível. Nas três formas de busca, além das informações do curso e instituição, o candidato pode visualizar a quantidade de bolsas disponíveis para ampla concorrência e cotas, para cada modalidade (integral ou parcial). Quando o candidato faz a escolha do curso, o sistema apresenta a nota de corte do curso e a nota obtida no ENEM.

A parte intrincada do processo de escolha do curso é compreender todo o sistema de seleção, já que o candidato pode fazer duas opções de escolha, em ordem de preferência, as quais podem ser alteradas durante o período de inscrições que, normalmente, fica disponível por quatro dias. Trata-se de um sistema eficiente, no sentido de minimizar os custos de uma seleção que demandaria contato presencial (ocasionando despesas com deslocamento e documentação para os candidatos), e por centralizar toda a oferta de maneira que o candidato possa consultar e selecionar o curso de interesse de forma ágil e com acompanhamento do processo

seletivo, no qual, a partir da nota de corte, torna possível avaliar se o curso selecionado está a seu alcance ou não.

O sistema de seleção do ProUni é muito semelhante ao sistema de seleção do SiSU – que teve seu modo de organização inspirado ProUni. Assim tanto o ProUni como o Sisu, desde sua implementação, realizam seleção informatizada, considerando a nota do ENEM e o critério da nota de corte, o qual, basicamente, funciona como um mecanismo de *matching* (ABREU; CARVALHO, 2014; ALMEIDA *et al.*, 2016; NOGUEIRA *et al.*, 2017). Este mecanismo funcionaria como um sistema de pareamento entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes e os candidatos interessados em ocupar tais vagas. Para o SiSU, pode-se utilizar a mesma descrição de Abreu e Carvalho (2014), quanto ao mecanismo de *matching* aplicado no processo seletivo para ingresso no Ensino Superior público:

- Etapa 1 – “Jogo de sinalização”: consiste na etapa de inscrição no sistema e escolha das duas opções de curso de interesse dos candidatos. Neste caso, é possível fazer a alteração da escolha, a qualquer momento, até o encerramento da inscrição. Ao longo do período de inscrição, o sistema faz uso das informações sobre as escolhas realizadas pelos candidatos para fazer simulações, divulgando a nota de corte de cada curso e, assim, o candidato pode ter uma ideia da probabilidade de aprovação ou não¹¹.
- Etapa 2 – “Procedimento de *matching*”: etapa em que o candidato faz sua escolha definitiva no sistema, sinalizando as duas opções de curso no encerramento do processo de inscrição. O sistema, então, computa “um *matching* com base na última lista de preferências anunciada por cada estudante e, com base neste *matching* realiza ofertas aos estudantes” (ABREU; CARVALHO, 2014, p. 11), ou seja, divulga a aprovação ou não, no que é chamado de “primeira chamada”.
- Etapa 3 – “Ajuste de *matching*”: as vagas não ocupadas são ofertadas novamente, por meio da “segunda chamada” ou “lista de espera”.

Nogueira *et al.* (2017) e Ariovaldo (2018) indicam o desenvolvimento de uma escolha mais estratégica como possível efeito deste modo de seleção, uma vez que, com o acesso prévio sobre suas chances, os candidatos podem “jogar” com as possibilidades. Entretanto, esses au-

¹¹ Conforme o MEC, “Diariamente o sistema do ProUni calcula a nota de corte (menor nota para ficar entre os potencialmente pré-selecionados) de cada curso, com base no número de bolsas disponíveis e no total de candidatos inscritos no curso, por modalidade de concorrência” (PORTAL PROUNI, 2020). O MEC também deixa claro que a nota de corte não é calculada em tempo real e que não é garantia de pré-seleção.

tores alertam para os limites desta conduta estratégica de escolha do curso, pois como a Sociologia da Educação tem corroborado, há um peso das desigualdades sociais e escolares no processo de escolha. No caso do candidato ao ProUni, sua origem social já está dada, o que pode condicionar tanto seu desempenho no ENEM quanto os aspectos do capital informacional para lidar com o “jogo” no sistema.

3.2 Os dados do ProUni: traçando um panorama no Brasil, Minas Gerais e Belo Horizonte

Mesmo com a disponibilização do MEC de um conjunto de dados sobre as bolsas concedidas pelo ProUni, através do Portal de Dados Abertos, o material se configurou como insuficiente para uma análise mais elaborada. Desta forma, optou-se por utilizar os dados do CES do INEP que permitem estabelecer comparações com os dados do Ensino Superior privado como um todo.

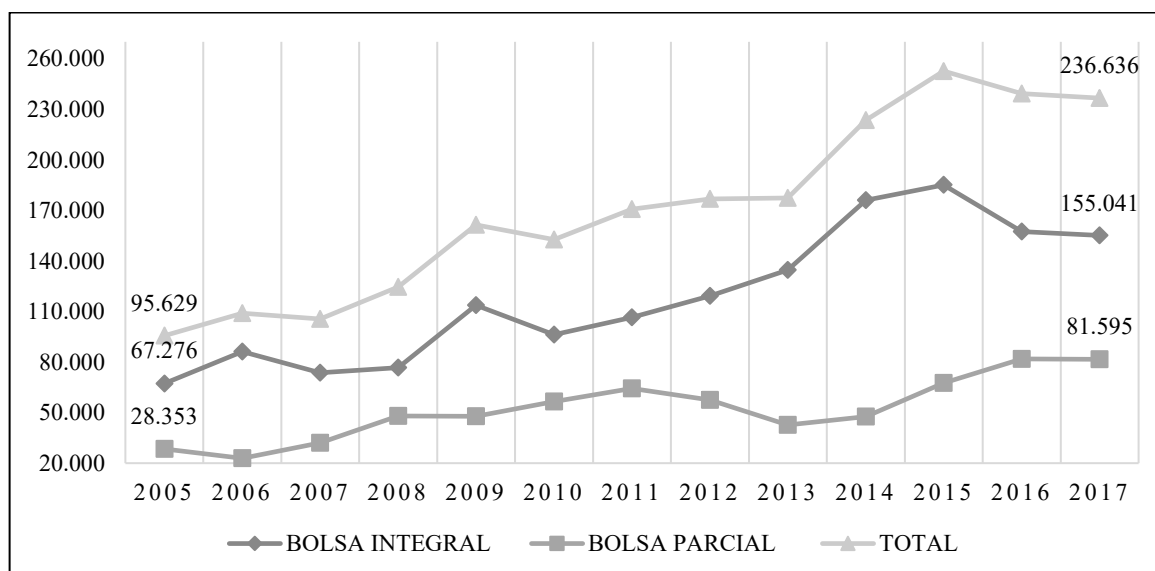
Outro desafio no processo da investigação se referiu à localização por meios oficiais de informações sobre bolsas ofertadas e bolsas não ocupadas. Tal informação se mostrou relevante para que fosse possível verificar a taxa de ocupação das vagas ofertadas via bolsas. Outra lacuna encontrada se referiu às informações sobre o Sistema de Cotas. Não há informações disponibilizadas pelo MEC sobre o seu uso, ou seja, não é possível verificar quantitativamente beneficiários que se valeram das cotas. Trata-se de um aspecto muito relevante para a produção de dados que permitiriam avaliar o grau de efetividade da política de cotas no ProUni, tornando significativo o aprimoramento na coleta e divulgação desta informação. Salienta-se que, mesmo havendo campo para preenchimento de tal informação no CES, observa-se a ausência de preenchimento ou o preenchimento inconsistente e/ou incompleto por parte das instituições.

Embora a ausência de disponibilização de dados específicos sobre o ProUni seja um impasse relatado por pesquisadores que tem se dedicado a estudar o programa (CATANI *et al.*, 2006; SEGENREICH, 2009; ALMEIDA, 2015), não é possível perceber, por parte do MEC, um movimento com o intuito de aperfeiçoar o preenchimento, a divulgação e o acesso a tais dados.

3.2.1 O ProUni no Brasil

Desde sua criação, o ProUni esteve em crescimento quanto ao número de estudantes beneficiários. No Gráfico 3, é demonstrada a evolução de estudantes com bolsa, ocorrendo, ao que parece, prioridade na oferta de bolsas integrais, com maior crescimento em relação às bolsas parciais. O gráfico evidencia: um movimento de crescimento da oferta total de bolsas nos quatro primeiros anos do programa; um período estacionário (entre 2010 e 2013); e um abrupto crescimento em 2014 e 2015 que pode ser o efeito do estabelecimento, em 2014, de regras mais rígidas de financiamento do Fies, o que, por sua vez, pode ter levado as instituições a recorrerem mais ao ProUni para manter o “equilíbrio” da receita.

Gráfico 3 - Evolução do número de beneficiários do ProUni no Brasil



Fonte: elaboração própria a partir dos dados abertos do ProUni/MEC.

Número de bolsistas, instituições e organização acadêmica

Utilizando microdados do CES (INEP, 2018), identifica-se um total de 180.256 (cento e oitenta mil, duzentos e cinquenta e seis)¹² beneficiários do Programa, em 2017. Quanto à

¹² É possível identificar divergência entre os dados disponibilizados pelo Portal do ProUni, os Dados Abertos do MEC e aqueles que são disponibilizados no Censo da Educação Superior. A hipótese é de que, nos Dados Abertos (que constam no gráfico), não haja uma atualização das informações após sua produção, uma vez que pode haver desistências de bolsistas ao longo do processo seletivo. Deixamos aqui as informações, porque um dado pode representar efetivamente a quantidade de estudantes que obtiveram uma Bolsa do ProUni e o outro o quantitativo de estudantes que ingressaram no ano.

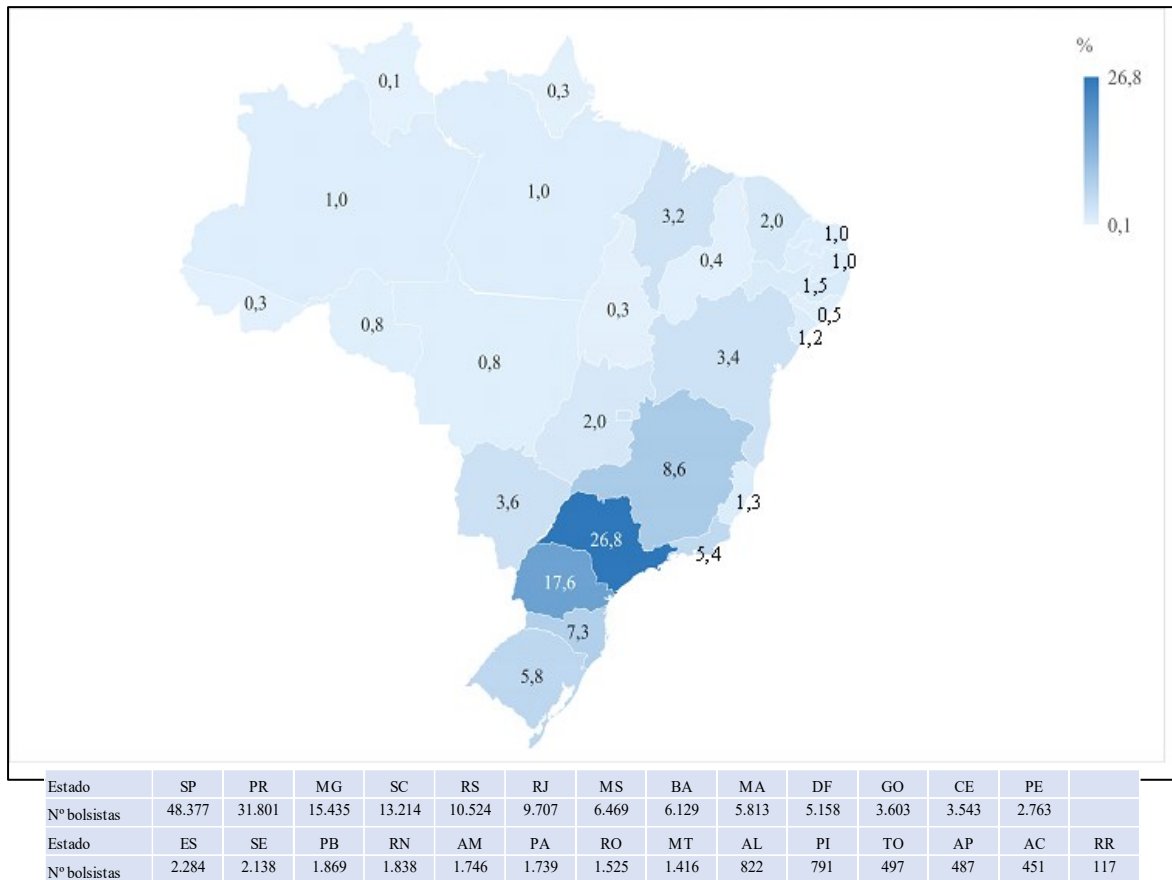
organização acadêmica, 45% (quarenta e cinco por cento) dos estudantes bolsistas frequentavam universidades, 27,9% (vinte e sete vírgula nove por cento) centros universitários e 27,2% (vinte e sete vírgula dois por cento) faculdades.

Em relação às regiões onde estão alocadas as ofertas de bolsas, observa-se que destacam-se pela quantidade de bolsistas as Regiões Sudeste (42,1% – quarenta e dois vírgula um por cento) e Sul (30,8% – trinta vírgula oito por cento), o que já era esperado tendo em vista que tais regiões incorporaram a maior parte das instituições privadas do país.

De maneira geral, pode-se dizer que a maior quantidade de bolsas foi ofertada em instituições do estado de São Paulo, o qual – como já exposto – concentra um número elevado de estudantes do ensino superior privado. Contudo, cabe apontar que há mudanças ocorridas ao longo do tempo, de maneira que as instituições da Região Sul do país passaram a ofertar maior número de bolsas, correspondendo a um crescimento de cerca de 157% (cento e cinquenta e sete por cento), de 2010 para 2017. As regiões Centro-Oeste e Norte sempre mantiveram menores percentuais de beneficiários do ProUni, embora tivessem um crescimento de bolsistas do programa.

No que diz respeito às regiões do país, destacam-se pela quantidade de bolsistas as Regiões Sudeste (42,1% – quarenta e dois vírgula um por cento) e Sul (30,8% – trinta vírgula oito por cento).

Figura 6 - Distribuição bolsistas ProUni segundo unidades da federação (2017)



* Total de bolsistas 180.256

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

Considerando a organização acadêmica, 59,3% (cinquenta e nove vírgula três por cento) dos bolsistas ingressaram em instituições privadas com fins lucrativos, em 2017, o que segue a tendência do Ensino Superior privado como um todo. Na Tabela 7 estão identificadas as quinze instituições com maiores percentuais de estudantes com bolsa do ProUni, concentradas na Região Sudeste.

Tabela 7 – Distribuição dos beneficiários do ProUni segundo IES (2017)

Instituição	Categoria administrativa	Frequência	%
Universidade Pitágoras Unopar	Privada com fins lucrativos	10.902	6,0
Universidade Paulista	Privada sem fins lucrativos	9.943	5,5
Centro Universitário Internacional	Privada com fins lucrativos	8.078	4,5
Universidade Anhanguera	Privada com fins lucrativos	5.236	2,9
Universidade Nove de Julho	Privada sem fins lucrativos	4.440	2,5
Universidade Estácio de Sá	Privada com fins lucrativos	4.405	2,4
Centro Universitário Leonardo Da Vinci	Privada com fins lucrativos	4.069	2,3
Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR	Privada com fins lucrativos	3.808	2,1
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Privada sem fins lucrativos	3.626	2,0
Universidade de Ceuma - UNICEUMA	Privada sem fins lucrativos	2.976	1,7
Universidade Luterana do Brasil	Privada sem fins lucrativos	2.722	1,5
Universidade São Judas Tadeu	Privada com fins lucrativos	2.661	1,5
Universidade do Sul de Santa Catarina	Privada sem fins lucrativos	2.145	1,2
Universidade do Oeste Paulista	Privada sem fins lucrativos	1.852	1,0
Centro Universitário Euro-Americano	Privada sem fins lucrativos	1.800	1,0

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

Cursos

Tabela 8 - Distribuição dos beneficiários do ProUni por área de conhecimento (2017)

Área geral OCDE	Frequência	%
Ciências sociais, negócios e direito	75.939	42,1
Saúde e bem estar social	28.719	15,9
Educação	28.469	15,8
Engenharia, produção e construção	24.324	13,5
Ciências, matemática e computação	10.912	6,1
Serviços	4.880	2,7
Humanidades e artes	4.169	2,3
Agricultura e veterinária	2.824	1,6
Total	180.256	100,0

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

Ao todo, foram ofertados 287 (duzentos e oitenta e sete) cursos com bolsa do ProUni. Quanto às áreas de conhecimento (classificadas, pelo INEP, segundo a OCDE), há uma concentração de bolsistas na área “Ciências Sociais, Negócios e Direito”, em seguida, “Saúde e Bem-estar Social” e “Educação”. Este quadro difere parcialmente daquele do Ensino Superior privado, em que “Engenharia, Produção e Construção” ocupava uma posição de segunda área

com maior número de estudantes, no mesmo período, e a área de “Saúde e Bem-estar Social” ocupava a terceira posição.

Os bolsistas

Tabela 9 - Distribuição ingressantes com ProUni no Brasil segundo características sociodemográficas e acadêmicas (2017)

	Variável	%
Sexo	Feminino	55,3
	Masculino	44,7
Cor/raça	Branca	36,6
	Parda	31,6
	Preta	8,0
	Amarela	1,5
	Indígena	0,3
	Aluno não quis declarar cor/raça	22,1
Idade	até 18	17,9
	19 anos	15,8
	20 anos	11,3
	21 anos	8,4
	22 anos	6,6
	23 anos	5,4
	24 anos	4,5
	25 a 29 anos	14,2
Grau acadêmico	Acima de 30 anos	15,8
	Bacharelado	65,9
	Licenciatura	15,8
Modalidade de ensino	Tecnólogo	18,3
	Presencial	73,0
Turno	Curso a distância	27,0
	Noturno	51,3
	Matutino	16,9
	Integral	2,7
	Vespertino	2,2
Tipo de bolsa	Não aplicável (Ead)	27,0
	Integral	74,3
Atividades extracurriculares	Parcial	25,7
	Não	82,6
	Sim	17,4
Total de bolsistas		180.256

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

Os bolsistas do ProUni possuem características que, ora se aproximam do público geral presente no setor privado, ora se distanciam deste público. É possível observar que as mulheres, assim como no ensino privado em geral, também são maioria entre os bolsistas do programa,

correspondendo a 55,3% (cinquenta e cinco vírgula três por cento). Quanto à cor/raça, os bolsistas que se declararam como brancos estariam em maior percentual e, quando consideradas as categorias preto e pardo individualmente, somadas estas duas categorias, chega-se a um percentual de 39,6% (trinta e nove vírgula seis por cento). Neste caso, o resultado encontrado diferiu daquele do Ensino Superior privado como um todo, no qual os negros estavam em maior número quando se tratava dos bolsistas do ProUni. Os indígenas apresentaram menor participação. É de se observar que, mesmo o programa prevendo política de cotas, há um percentual considerável de bolsistas que não se declaram quanto ao seu pertencimento étnico-racial, possivelmente este campo tem maior atenção por aqueles que pretendem fazer o uso das cotas. Quanto à idade, os bolsistas ingressam, em geral, mais jovens, principalmente, com idade até vinte anos, o que demonstra uma característica que os diferencia do quadro de ingressantes do Ensino Superior privado. Nas idades mais altas, “prounistas” apresentaram quadro inverso, quer seja, menor percentual.

Quanto ao grau acadêmico, os cursos de bacharelado correspondiam ao maior percentual de estudantes ingressantes, vindo em seguida os cursos tecnólogos e de licenciatura. Os cursos presenciais foram majoritários na escolha dos bolsistas. Cabe destacar, entretanto, que houve um aumento na oferta de bolsas nos cursos a distância; em 2010, assim, por exemplo, os ingressos nos cursos a distância correspondiam 13,3% (treze vírgula três por cento). Assim como ocorre no ensino privado como um todo, conforme demonstrado, os bolsistas do ProUni, que ingressaram em 2017, optaram pelo turno noturno em sua maioria.

Tabela 10 - Distribuição de bolsistas do ProUni em cursos presenciais (2017)

Curso	Grau acadêmico	Frequência	%
Direito	Bacharelado	15.704	11,9
Administração	Bacharelado	12.735	9,7
Engenharia civil	Bacharelado	7.150	5,4
Ciências contábeis	Bacharelado	6.908	5,3
Enfermagem	Bacharelado	6.574	5,0
Psicologia	Bacharelado	5.610	4,3
Educação física	Licenciatura	5.419	4,1
Pedagogia	Licenciatura	4.671	3,6
Fisioterapia	Bacharelado	3.985	3,0
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	3.794	2,9
Nutrição	Bacharelado	3.013	2,3
Engenharia de produção	Bacharelado	2.939	2,2
Gestão de Recursos Humanos	Tecnólogo	2.888	2,2
Engenharia Mecânica	Bacharelado	2.751	2,1
Farmácia	Bacharelado	2.571	2,0

Fonte: elaboração própria a partir do CES INEP (2018).

Tabela 11 – Distribuição de bolsistas ProUni em cursos a distância (2017)

Curso	Grau acadêmico	Frequência	%
Pedagogia	Licenciatura	8.975	18,4
Administração	Bacharelado	5.053	10,4
Educação física	Licenciatura	3.559	7,3
Ciências contábeis	Bacharelado	3.114	6,4
Gestão de recursos humanos	Tecnólogo	2.995	6,1
Serviço social	Bacharelado	2.250	4,6
Processos gerenciais	Tecnólogo	1.535	3,1
Análise e desenvolvimento de sistemas	Tecnólogo	1.474	3,0
Logística	Tecnólogo	1.367	2,8
História	Licenciatura	1.330	2,7
Gestão pública	Tecnólogo	1.231	2,5
Gestão financeira	Tecnólogo	1.185	2,4
Matemática	Licenciatura	1.123	2,3
Marketing	Tecnólogo	923	1,9
Gestão comercial	Tecnólogo	884	1,8

Fonte: elaboração própria a partir do CES INEP (2018).

Quando observada a distribuição dos bolsistas, segundo o curso e o grau acadêmico, identificou-se que, nos cursos presenciais, os maiores percentuais de bolsistas se encontravam

no bacharelado, conforme a Tabela 11, a qual demonstra os quinze cursos com maior participação destes. Entre os cursos de bacharelado, os destaques foram Direito e Administração.

No caso dos cursos a distância, entre os quinze cursos que concentravam maiores percentuais de bolsistas do ProUni, houve uma grande diversidade quanto ao grau acadêmico. Entre estes cursos, os estudantes de licenciatura estavam em maior número.

No que se refere ao tipo de bolsa concedida, predominou a modalidade integral. Contudo, os estudantes com bolsas parciais podem recorrer a outros financiamentos estudantis. Analisando outras formas de financiamento de bolsistas parciais, foi possível chegar aos seguintes dados:

- 4,8% (quatro vírgula oito por cento) possui financiamento do Fies;
- 4,7% (quatro vírgula sete por cento) possui financiamento não reembolsável de programa da própria IES
- 0,6% (zero vírgula seis por cento) possui financiamento reembolsável de programa da própria IES
- 0,4% (zero vírgula quatro por cento) possui financiamento com outras entidades

Os bolsistas do ProUni também podem contar com apoio social – como apoio para moradia, transporte, material didático e bolsas (permanência/trabalho). Em 2017, 8,8% (oito vírgula oito por cento) dos bolsistas eram beneficiados por algum tipo de apoio social.

Mesmo que o banco de dados proveniente do CES de 2017 ofereça variáveis relacionadas às atividades extracurriculares, não foi possível fazer uma análise mais minuciosa sobre como os estudantes bolsistas tinham se distribuído em tais atividades. Isso ocorreu, porque os campos que as especificam não foram preenchidos pelas instituições. De todo modo, os dados do censo nos permitiram inferir que os bolsistas tinham maior participação nas atividades extracurriculares, quando comparados aos estudantes do ensino privado como um todo.

Embora os dados divulgados pelo MEC não permitam verificar aspectos relativos à desistência da bolsa no processo seletivo, há no censo uma variável que revela a posição do estudante quanto a sua permanência no curso – a variável “situação do aluno”. Na Tabela 12, observa-se que existe um número considerável de casos de trancamento e desvinculação (considerando, inclusive, aqueles que se mantiveram na instituição, mas trocaram de curso).

Tabela 12 – Distribuição dos bolsistas segundo situação acadêmica (2017)

Situação do aluno	Frequência	%
Matriculado	158.780	88,1
Desvinculado do curso	12.765	7,1
Matrícula trancada	7.567	4,2
Transferido para outro curso da mesma IES	590	0,3
Formado	546	0,3
Falecido	8	0
Total	180.256	100

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

Tabela 13 – Situação acadêmica dos bolsistas ProUni segundo tipo de bolsa (2017)

Situação do aluno	Tipo de bolsa	
	Integral	Parcial
Matriculado	88,8%	86,0%
Matrícula trancada	3,8%	5,3%
Desvinculado do curso	6,8%	8,0%
Transferido para outro curso da mesma IES	0,3%	0,4%
Formado	0,3%	0,3%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

O cruzamento das variáveis sobre a situação dos alunos e o tipo de bolsa, as quais são referentes ao ano de 2017, trouxe uma informação de grande relevância, porque evidenciou que não houve significativas diferenças quanto ao trancamento de matrícula e evasão, o que nos pareceu algo curioso, já que se tende a esperar uma maior evasão entre os pagantes. Verificase que aqueles que obtiveram bolsas de 50% (cinquenta por cento) tiveram o percentual de 8,4% (oito vírgula quatro por cento) de evasão e de 5,3% (cinco vírgula três por cento) de trancamento de matrícula. Já entre os bolsistas integrais, houve um percentual de evasão do curso de 7,1% (sete vírgula um por cento) e de trancamento de 3,8% (três vírgula oito por cento). Apesar de o percentual de evadidos com bolsa parcial ter sido maior, o percentual daqueles com bolsa integral foi muito próximo, sugerindo que, mesmo obtendo um financiamento total do curso, há outros aspectos que influenciam na permanência ou não dos estudantes. Por fim, o percentual de estudantes bolsistas que evadiram foi inferior ao do ensino privado quando considerado sua totalidade (17,8% – dezessete vírgula oito por cento).

3.2.2 O ProUni em Minas Gerais

Em 2017, em Minas Gerais, o ProUni contava com um total de 15.425 (quinze mil, quatrocentos e vinte e cinco) bolsistas, distribuídos entre 170 (cento e setenta) instituições e em 109 (cento e nove) cursos. O ingresso dos bolsistas ocorreu em maior percentual nas faculdades (40,6% – quarenta vírgula seis por cento), em seguida, nas universidades (29,8% – vinte e nove vírgula oito por cento) e nos centros universitários (29,6% – vinte e nove vírgula seis por cento), o que demonstrou que o quadro de Minas Gerais se diferenciava do quadro nacional, no qual o acesso às universidades foi maior. Como toda oferta do ProUni em dimensão nacional e do próprio ensino privado, a distribuição dos estudantes se centralizou na Capital Mineira e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em razão da localização das instituições, conforme já apontado.

Tabela 14 – Distribuição dos bolsistas ProUni por município de Minas Gerais (2017)

Município	Frequência	%
Belo Horizonte	8.454	54,8
Uberaba	675	4,4
Juiz de Fora	633	4,1
Uberlândia	575	3,7
Contagem	483	3,1
Betim	436	2,8
Montes Claros	408	2,6
Sete Lagoas	361	2,3
Governador Valadares	282	1,8
Conselheiro Lafaiete	217	1,4
Bom Despacho	209	1,4
Muriaé	202	1,3
Patos de Minas	171	1,1
Manhuaçu	168	1,1
Ipatinga	143	0,9

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

Tabela 15 – Dez instituições com maior número de bolsistas ProUni em Minas Gerais (2017)

Instituição	Frequência	%
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	3.626	23,5
Centro Universitário Una	1.303	8,4
Centro Universitário de Belo Horizonte	1.226	7,9
Universidade de Uberaba	620	4
Centro Universitário Unihorizontes	486	3,1
Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte	363	2,4
Faculdade UNA de Betim	312	2
Faculdade Una de Contagem	269	1,7
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora	245	1,6
Faculdade de Minas BH	212	1,4

Fonte: elaboração própria a partir do CES INEP (2018).

A Tabela 15, lista as dez instituições que receberam os maiores percentuais de bolsistas; nas demais, os estudantes estiveram distribuídos de maneira mais dispersa. Grande parte dos bolsistas se direcionou para os estabelecimentos com fins lucrativos (52,0% – cinquenta e dois por cento), em 2017. No caso de Minas Gerais, as instituições localizadas em Belo Horizonte receberam maior quantidade de bolsistas, com destaque para a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais que também ficou evidenciada em âmbito nacional, vindo, em seguida, o Centro Universitário UNA e o Centro Universitário de Belo Horizonte.

Quanto à área de conhecimento, os bolsistas se concentravam em “Ciências Sociais, Negócios e Direito” (41,2% – quarenta e um vírgula dois por cento), “Engenharia, Produção e Construção” (20,8% – vinte vírgula oito por cento) e “Saúde e Bem-estar Social” (17,2% – dezessete vírgula dois por cento), distribuição análoga àquela do ensino privado, de maneira geral, mas diferente do quadro de bolsistas no Brasil.

*Os bolsistas de Minas Gerais***Tabela 16 – Distribuição bolsistas ProUni de Minas Gerais segundo características sociodemográficas e acadêmicas (2017)**

	Variável	%
Sexo	Feminino	55,0
	Masculino	45,0
Cor/raça	Branca	31,6
	Preta	11,6
	Parda	43,2
	Amarela	1,3
	Indígena	0,1
	Aluno não quis declarar cor/raça	12,2
Idade	até 18	14,6
	19 anos	21,5
	20 anos	14,6
	21 anos	10,1
	22 anos	7,4
	23 anos	5,7
	24 anos	4,3
	25 a 29 anos	12,2
	Acima de 30 anos	9,5
Grau acadêmico	Bacharelado	82,6
	Licenciatura	7,9
	Tecnólogo	9,5
Modalidade de ensino	Presencial	96,5
	Curso a distância	3,5
Turno	Matutino	19,7
	Vespertino	4,1
	Noturno	69,2
	Integral	3,6
	Não aplicável (Ead)	3,5
Tipo de bolsa	Integral	58,7
	Parcial	41,3
Atividade extracurricular	Não	83,2
	Sim	16,8
Total de bolsistas		15.435

Fonte: elaboração própria a partir do CES INEP (2018).

Em Minas Gerais, as mulheres representavam a maioria do quadro de bolsistas do ProUni. No caso da cor/raça, os bolsistas autodeclarados brancos estavam em maior percentual (31,6% – trinta e um vírgula seis por cento), contudo, considerando a união das categorias “parda” e “preta” como negros, estes passavam para um valor próximo a 55% (cinquenta e cinco por cento). Esse dado diferiu muito daquele do ensino privado como um todo, e até

mesmo no caso do ProUni no país. Cabe também destacar que o percentual de bolsistas que não quiseram declarar sua cor/raça não foi tão elevado como nas demais situações já apresentadas. Sobre a idade dos bolsistas, os mais jovens se configuraram como maior público, apresentando percentuais maiores em relação ao público de bolsistas em âmbito nacional. Nas idades mais elevadas, também foi observado menores percentuais em relação ao contexto brasileiro de bolsistas.

No que se referia ao grau acadêmico, em 2017, predominantemente, os bolsistas optaram por cursos de bacharelado, estando posicionados, em seguida, em números percentuais, os cursos tecnólogos e cursos de licenciatura. Quanto à modalidade de ensino, foi predominante a escolha dos bolsistas por cursos presenciais, com um percentual bastante superior àquele demonstrado em âmbito nacional, e a opção pelo turno noturno também foi maior. Assim como em todo país, o número de bolsas integrais foi maior que o de bolsas parciais. Os bolsistas do estado apresentaram um percentual próximo àquele dos bolsistas do país e, quando observada a variável atividade extracurricular, os bolsistas que realizaram estas atividades correspondiam a um percentual de 16,8% (dezesseis vírgula oito por cento), em 2017.

Os cursos presenciais aos quais os bolsistas mineiros se dirigiram, em 2017, foram predominantemente aqueles de grau acadêmico bacharelado, estando os maiores percentuais de bolsistas nos cursos de Direito (11,8% – onze vírgula oito por cento) e Administração (9,8% – nove vírgula oito por cento). No caso dos cursos na modalidade a distância, aqueles de licenciatura e tecnólogo foram mais expressivos, com destaque para o curso de Pedagogia (38,8% – trinta e oito por cento). Os cursos tecnólogos voltados para a gestão foram os que mais receberam bolsistas na categoria de cursos superiores de tecnologia. No caso brasileiro, a diversidade de cursos é maior. Entretanto, comparando os dois cenários, Minas Gerais e Brasil, verifica-se uma tendência no direcionamento de cursos nas duas modalidades de ensino.

Tabela 17 – Dez cursos presenciais e a distância que receberam mais bolsistas ProUni em Minas Gerais (2017)

	Curso	Grau acadêmico	Frequência	%
Modalidade presencial	Direito	Bacharelado	1.758	11,8
	Administração	Bacharelado	1.454	9,8
	Engenharia Civil	Bacharelado	917	6,2
	Ciências Contábeis	Bacharelado	865	5,8
	Psicologia	Bacharelado	705	4,7
	Enfermagem	Bacharelado	654	4,4
	Engenharia de Produção	Bacharelado	492	3,3
	Engenharia Mecânica	Bacharelado	468	3,1
	Educação Física	Licenciatura	427	2,9
	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	420	2,8
Modalidade a distância	Pedagogia	Licenciatura	207	38,8
	Administração	Bacharelado	62	11,6
	Gestão de Recursos Humanos	Tecnólogo	44	8,3
	Ciências Contábeis	Bacharelado	41	7,7
	Gestão Comercial	Tecnólogo	23	4,3
	Processos Gerenciais	Tecnólogo	19	3,6
	Matemática	Licenciatura	14	2,6
	Química	Licenciatura	13	2,4
	História	Licenciatura	12	2,3
	Letras - Português e Inglês	Licenciatura	11	2,1

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

Com relação à situação acadêmica dos bolsistas mineiros, há uma aproximação com os dados do contexto nacional. Do total de bolsistas, 89,2% (oitenta e nove vírgula dois por cento) estavam cursando, 71,1% (setenta e um vírgula um por cento) havia evadido do curso e 3,4% (três vírgula quatro por cento) havia trancado a matrícula.

Considerando os dados sobre outros financiamentos obtidos por estudantes com bolsa parcial, identifica-se a seguinte distribuição:

- 11,5% (onze vírgula cinco por cento) possuíam financiamento do Fies;
- 8,2% (oito vírgula dois por cento) possuíam financiamento não reembolsável de programa da própria IES
- 0,2% (zero vírgula dois por cento) possuía financiamento reembolsável de programa da própria IES
- 0,3% (zero vírgula três por cento) possuía financiamento com outras entidades.

Tais dados demonstram que, no caso de Minas Gerais, os percentuais de bolsistas que possuíam financiamentos, tais como o Fies ou outros, de programas institucionais, eram maiores quando comparados com valores do programa no âmbito nacional. No que tange à variável

de apoio social, Minas Gerais ficava para trás, apresentando apenas cerca de 1,1% (um vírgula um por cento) de estudantes que recebem algum tipo de apoio.

3.2.3 O ProUni em Belo Horizonte

Belo Horizonte foi a cidade de Minas Gerais que mais concentrava bolsistas do ProUni, em 2017, totalizando 8.454 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro) beneficiários, em trinta e uma instituições e em oitenta e sete cursos vinculados ao programa. Na cidade, a maioria dos bolsistas frequentava uma instituição com fins lucrativos (52,8% – cinquenta e dois vírgula oito por cento) e se distribuía entre universidades (42,9% – quarenta e dois vírgula nove por cento), centro universitários (40,2% – quarenta vírgula dois por cento) e faculdades (16,9% – dezesseis vírgula nove por cento). As instituições que receberam maior número de bolsistas foram as mesmas apresentadas na seção anterior, para onde se dirigem a maioria dos estudantes do ProUni no estado. A tabela abaixo mostra a distribuição, considerando as dez instituições que receberam mais bolsistas.

Tabela 18 – Dez IES que mais receberam bolsistas ProUni em Belo Horizonte (2017)

Instituição	Frequência	%
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	3.626	42,9
Centro Universitário Una	1.303	15,4
Centro Universitário de Belo Horizonte	1.226	14,5
Centro Universitário Unihorizontes	486	5,7
Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte	363	4,3
Faculdade de Minas BH	212	2,5
Centro Universitário Newton Paiva	203	2,4
Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte - Estácio BH	177	2,1
Faculdade Pitágoras	162	1,9
Faculdade de Ensino de Minas Gerais	140	1,7

Fonte: elaboração própria a partir do CES INEP (2018).

Quanto à área de conhecimento, como nos demais casos já apresentados, no ano de 2017, os bolsistas se concentravam nas áreas de “Ciências Sociais, Negócios e Direito” (44,4% – quarenta e quatro vírgula quatro por cento); “Engenharia, Produção e Construção” (17,6% – dezessete vírgula seis por cento) e “Saúde e Bem-estar Social” (16,9% – dezesseis vírgula nove por cento).

*Os bolsistas de Belo Horizonte***Tabela 19 – Distribuição dos bolsistas ProUni em Belo Horizonte, segundo características sociodemográficas e acadêmicas (2017)**

Variável		%
Sexo	Feminino	54,8
	Masculino	45,2
Cor/Raça	Branca	30,4
	Preta	13,8
	Parda	46,9
	Amarela	1,7
	Indígena	0,1
	Aluno não quis declarar cor/raça	7,0
Idade	até 18	13,3
	19 anos	21,4
	20 anos	15,2
	21 anos	10,9
	22 anos	7,3
	23 anos	5,8
	24 anos	4,5
	25 a 29 anos	12,1
Acima de 30 anos	9,4	
Grau acadêmico	Bacharelado	83,5
	Licenciatura	6,3
	Tecnólogo	10,2
Modalidade de ensino	Presencial	99,0
	Curso a distância	1,0
Turno	Matutino	28,3
	Vespertino	7,1
	Noturno	61,6
	Integral	2,1
	Não aplicável (Ead)	1,0
Tipo de bolsa	Integral	50,8
	Parcial	49,2
Atividade extracurricular	Não	81,3
	Sim	18,7
Total de bolsistas		8.454

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

Quanto às características dos bolsistas de Belo Horizonte, as mulheres também estavam em maior número e, no que se refere à cor/raça, os estudantes negros (pretos e pardos) novamente constituíam o público predominante entre os bolsistas (60,7% – sessenta vírgula sete por cento), vindo, em seguida, os brancos.

A variável idade dos estudantes bolsistas correspondia a valores muito próximos do que foi apresentado no quadro de Minas Gerais, o que demonstrou que, na Capital Mineira e no estado de Minas Gerais, os bolsistas que ingressaram, em 2017, se referiam a um público mais jovem que aquele do quadro brasileiro, como um todo.

Sobre os cursos de bacharelado recaiu a preferência do maior número de bolsistas de Belo Horizonte, como em todos os contextos já analisados, mas adquirindo aqui maior destaque. Observou-se também, na Capital Mineira, direcionamento maior para os cursos tecnológicos e outro, significativamente menor, para os cursos de licenciatura. Quanto à modalidade de ensino, a Educação a Distância apresentou um número ínfimo de estudantes, muito diverso do cenário geral do país. O turno noturno foi o mais frequentado e o turno matutino também se diferenciava dos resultados encontrados para o ensino privado brasileiro e mineiro.

A tabela a seguir mostra os cursos que receberam mais bolsistas do ProUni, destacando-se os cursos Direito, Administração e Ciências Contábeis. Entretanto, ao agruparmos todos os cursos de Engenharia, observou-se que esta área recebe um número maior de estudantes.

Tabela 20 – Distribuição de bolsistas ProUni em Belo Horizonte por curso (2017)

Curso	Frequência	%
Direito	932	11
Administração	795	9,4
Ciências contábeis	503	5,9
Engenharia civil	388	4,6
Psicologia	378	4,5
Engenharia de produção	358	4,2
Enfermagem	330	3,9
Engenharia mecânica	294	3,5
Sistemas de informação	239	2,8
Fisioterapia	231	2,7
Arquitetura e urbanismo	195	2,3
Engenharia elétrica	170	2
Medicina veterinária	160	1,9
Comunicação social - publicidade e propaganda	158	1,9
Nutrição	156	1,8

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

No caso dos bolsistas de Belo Horizonte, a variável situação do aluno revelou que a frequência da evasão se aproximava daquela da esfera estadual: 7,0% (setenta por cento) dos bolsistas que ingressaram em 2017 não permaneceram no curso e 88,7% (oitenta e oito vírgula sete) continuaram na situação de cursando.

A modalidade de bolsa que mais beneficiou estudantes foi a integral (50,8% – cinquenta vírgula oito por cento). Neste caso, a distribuição de bolsas se deu de maneira equilibrada, diferentemente dos dados do estado de Minas Gerais e do país, onde o número de bolsas integrais foi maior. Com relação ao financiamento complementar destinado aos estudantes com bolsa parcial, obtivemos os seguintes dados para o ano de 2017:

- 13,9% (treze vírgula nove por cento) possuíam financiamento do Fies;
- 9,4% (nove vírgula quatro por cento) possuíam financiamento não reembolsável de programa da própria IES
- 0,1% (zero vírgula um por cento) possuía financiamento reembolsável de programa da própria IES
- 0,4% (zero vírgula quatro por cento) possuía financiamento de outras entidades

Os dados demonstraram que os estudantes de Belo Horizonte recorreram mais a outras formas de financiamento, para além do próprio ProUni, o que ocorreu pelo fato de, na Capital Mineira, haver, no período analisado, número menor de bolsistas beneficiados com bolsa integral. Quanto à variável “apoio social”, não havia registro de bolsistas com este tipo de auxílio. Já no que se referia ao percentual de estudantes que realizavam atividades extracurriculares, esta era considerável (18,7%– dezoito vírgula sete por cento), se comparada ao mesmo dado para os níveis nacional e estadual.

3.3 O ProUni na PUC Minas

Este tópico se dedica a analisar as entrevistas realizadas com gestoras da PUC Minas, a partir dos aspectos relacionados à oferta de bolsas, aos primeiros contatos com os candidatos selecionados e aos impactos da implementação do ProUni na instituição e no ensino superior de modo geral. Inicia-se o tópico com uma breve apresentação de informações e de dados da instituição, afim de caracterizá-la antes de seguirmos para a análise das entrevistas.

A PUC Minas

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – Minas) se configura como uma das instituições mais tradicionais do estado de Minas Gerais. Foi fundada em dezembro de 1958, em um local que antes abrigara um seminário (Seminário Coração Eucarístico de Jesus).

A iniciativa de se constituir uma instituição católica de ensino superior partiu de Dom Cabral¹³, uma vez que outros estados do país já contavam com universidades católicas. Atualmente, Dom Walmor Oliveira de Azevedo é o grão-chanceler da PUC Minas, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães é o reitor da instituição. Em breves palavras, a instituição pode ser definida como: “uma universidade comunitária, confessional, filantrópica e privada, de caráter público não estatal. A sua mantenedora é a Sociedade Mineira de Cultura, através do decreto Lei n.º 45.046, de 12 de dezembro de 1958” (CPA¹⁴, 2017).

Atualmente, a PUC– Minas possui unidades em diversos municípios de Minas Gerais: Arcos; Belo Horizonte; Betim; Contagem; Poços de Caldas; Serro; Guanhães; e Uberlândia. Estes municípios se localizam nas regiões Central, Centro- Oeste, Sul do estado, como também no Triângulo Mineiro. No caso de Belo Horizonte, a instituição conta com unidades nos bairros: Barreiro; Coração Eucarístico (sede); Praça da Liberdade; e São Gabriel. Assim, elas estão localizadas em quatro das nove regiões da cidade: Barreiro; Centro-Sul; Nordeste; e Oeste. A Figura 7 ilustra a distribuição destas unidades no estado de Minas Gerais e em Belo Horizonte, assim como a quantidade de cursos de graduação existentes em cada uma delas.

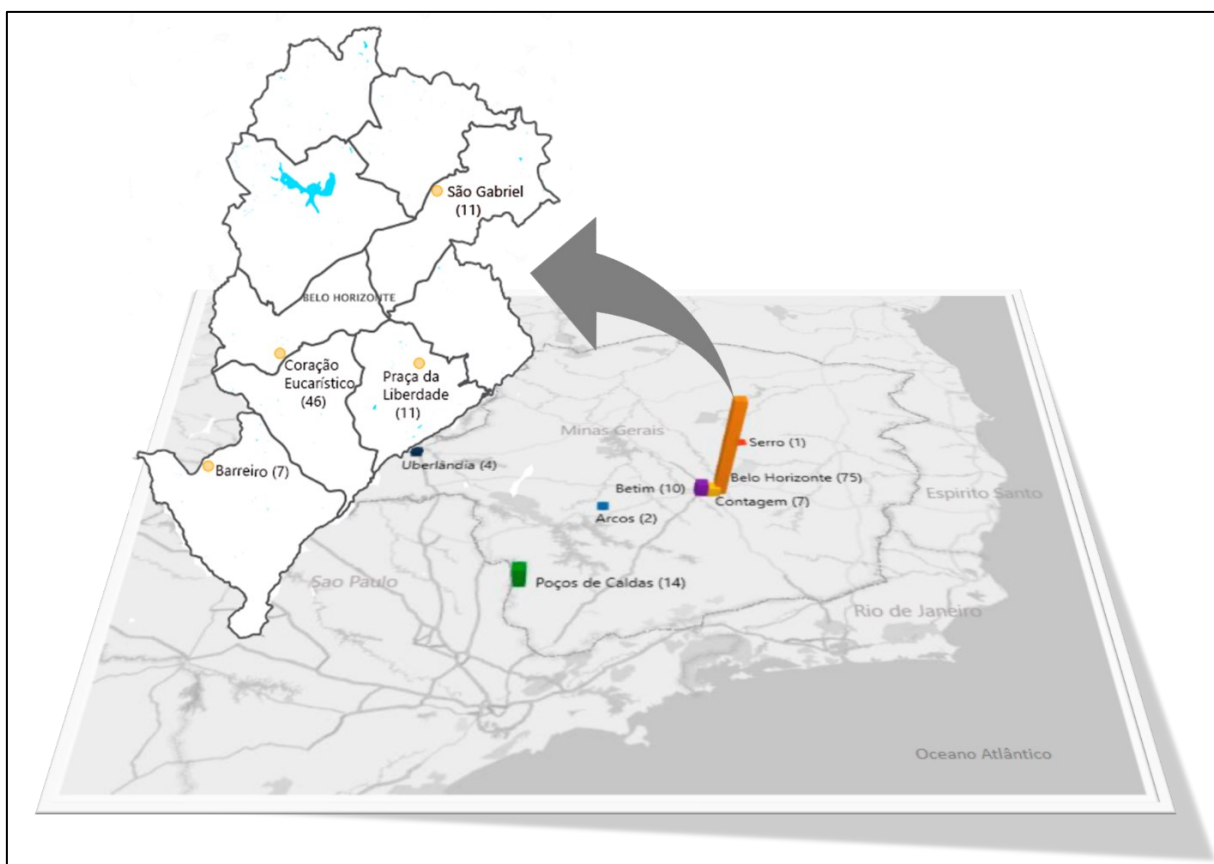
O relatório de atividades referente ao ano de 2018 (PUC MINAS, 2019), publicado pela instituição, reúne informações sobre a infraestrutura e a comunidade acadêmica. Nele se lê que a PUC Minas é composta por 252 (duzentos e cinquenta e dois) prédios, cobrindo quase 300 mil m² (trezentos mil metros quadrados). Sua infraestrutura abrange: laboratórios; bibliotecas; museu; produtora; escola de teatro; polos de ensino a distância; salas-multimídia; teatros; auditórios; hospitais veterinários; fazendas experimentais; serviço de assistência jurídica; e diversas clínicas (Enfermagem; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Nutrição; Odontologia; e Psicologia). Neste mesmo ano, a comunidade acadêmica contou com mais de 77 mil (setenta e sete mil) pessoas, sendo, aproximadamente: 73 (setenta e três) mil alunos matriculados (28.165 na pós-

¹³ Dom Antônio dos Santos Cabral (1884-1967) nasceu em Propriá/ Sergipe. Ingressou em 1849 no Seminário Arquiepiscopal de Santa Teresa. Recebeu seu ordenamento em 1907, em Salvador, e foi nomeado como bispo de Natal em 1917. Foi transferido para Belo Horizonte, em 1922, e se tornou o primeiro Arcebispo Metropolitano da Capital Mineira. É reconhecido por edificar as bases da Arquidiocese de Belo Horizonte e, estando à frente dela, adquiriu terrenos na cidade e, em um deles, fundou o seminário, na época tido como o maior da América Latina, assim como as faculdades que se tornaram posteriormente a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

¹⁴ Comissão Própria de Avaliação, órgão responsável pela Autoavaliação Instituição da PUC– Minas. Em suas atribuições, a CPA realiza processos avaliativos de diferentes formas: autoavaliação institucional; avaliação docente; e acompanhamento dos cursos de graduação. O órgão foi instituído para atender a Lei 10. 861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

graduação *lato sensu* e 1.698 na pós-graduação *stricto sensu*) e 4.584 (quatro mil, quinhentos e oitenta e quatro) funcionários, entre técnicos administrativos e docentes. Em relação ao corpo docente, 96,1% (noventa e seis vírgula um por cento) possuíam titulação de mestre e/ou doutor. Sobre a oferta de cursos no mesmo período, a instituição ofereceu: 115 (cento e quinze) cursos de graduação e 29 (vinte e nove) cursos regulares de pós-graduação *stricto sensu* (sendo dezesseis no mestrado e doze no doutorado).

Figura 7 – Distribuição das unidades da PUC Minas (2019)



Legenda: (N)= números de cursos de graduação

Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponibilizados em <www.pucminas.br>. Consulta em 30 nov., 2019.

Segundo dados do Censo da Educação Superior do INEP (2017), a instituição neste ano:

- i. Ofertou 130 (cento e trinta) cursos de graduação;
- ii. Ofertou 17.066 (dezessete mil e sessenta e seis) vagas em cursos de graduação;
- iii. Teve mais de 12 (doze) mil ingressantes.

Atualmente, além do ProUni, que consiste na forma de financiamento de estudos mais significativa na instituição¹⁵, os estudantes matriculados e não beneficiários do programa podem aderir a financiamentos próprios da PUC – Minas, por meio de programas de financiamento estudantil, os quais são voltados para oferecer descontos nas mensalidades, com diferentes opções que variam de acordo com o perfil do estudante: existência de mais de um membro familiar matriculado na instituição; agentes pastorais; estudantes que trabalham em instituições conveniadas; destaque acadêmico; egressos de cursos de graduação da instituição; pessoas com mais de 40 (quarenta) anos de idade. Existe também a opção de financiamento de estudos pela própria instituição, em que o estudante paga a metade da mensalidade durante o curso e o restante do valor é quitado ao término da graduação, mas, neste caso, há cobrança de juros.

Ao longo dos últimos seis anos, a instituição manteve uma média de 11.877 (onze mil, oitocentos e setenta e sete) ingressantes na graduação. O Tabela 21 situa a PUC Minas no contexto em que se destacam as dez instituições de Minas Gerais, em termos numéricos e em oferta de cursos, de matrículas e ingressos, no qual a instituição se sobressai nos três aspectos apresentados, dado o considerável volume de estudantes de graduação na instituição.

¹⁵ Antes de aderir ao ProUni, a instituição já tinha seu próprio Programa de Bolsas, o qual conferia descontos entre 20% (vinte por cento) e 80% (oitenta por cento) nas mensalidades, que variavam de acordo com a condição socioeconômica do estudante. Segundo a Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários (SECAC), até 2005, aproximadamente 14 (quatorze) mil estudantes eram beneficiados por este meio.

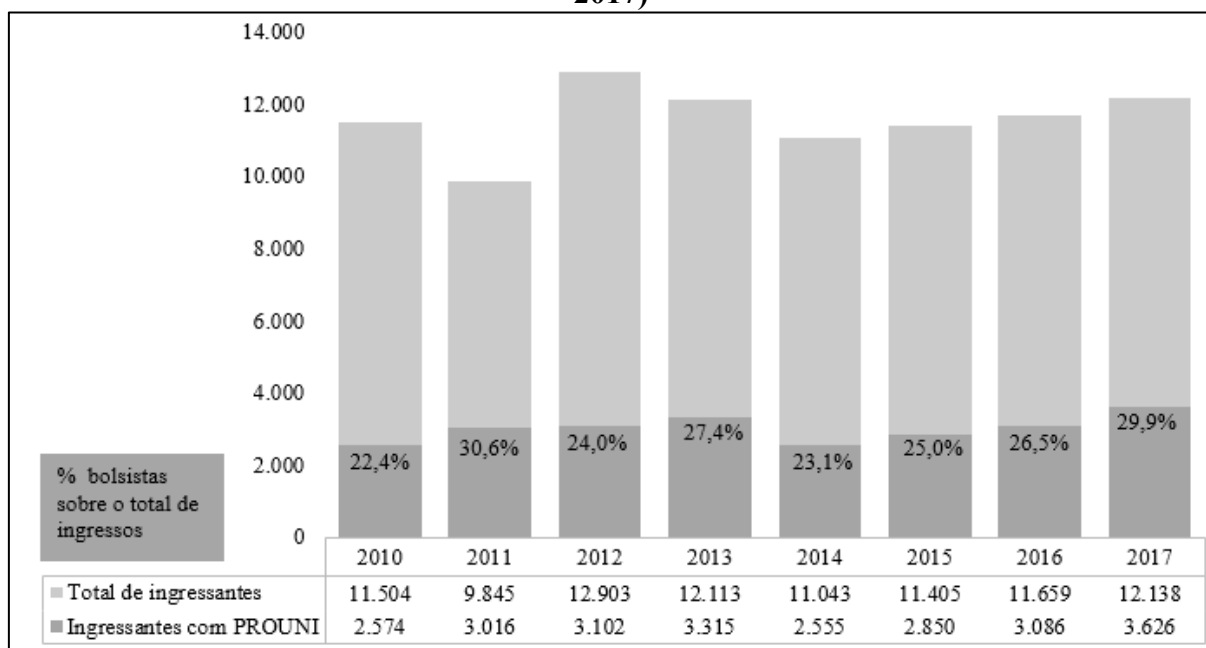
Tabela 21 - Lista das dez instituições de Ensino Superior situadas em Minas Gerais com maior oferta de cursos, de matrículas e ingressantes (2017)

	Instituições de Ensino Superior	Total
Total cursos	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	130
	Centro Universitário Una	117
	Universidade Federal de Uberlândia	105
	Universidade Federal de Juiz de Fora	97
	Universidade Federal de Minas Gerais	95
	Universidade Estadual de Montes Claros	65
	Universidade de Uberaba	62
	Universidade Federal de São João Del Rei	50
	Universidade Federal de Ouro Preto	50
	Universidade Fumec	50
Total de Matrículas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	45.879
	Universidade Federal de Minas Gerais	31.609
	Universidade de Uberaba	27.927
	Universidade Federal de Uberlândia	22.130
	Universidade Federal de Juiz de Fora	21.010
	Centro Universitário Una	20.130
	Universidade Federal de São João Del Rei	12.472
	Universidade Federal de Ouro Preto	12.136
	Centro Universitário Newton Paiva	11.454
	Universidade Federal de Lavras	10.904
Total ingressos	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	12.138
	Universidade de Uberaba	11.336
	Centro Universitário Una	9.259
	Universidade Federal de Minas Gerais	7.523
	Universidade Federal de Uberlândia	5.039
	Universidade Federal de Juiz de Fora	4.464
	Universidade Federal de São João Del Rei	3.594
	Universidade Federal de Lavras	3.466
	Universidade Federal de Ouro Preto	3.191
	Universidade Federal Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	3.020

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP, 2018).

A PUC Minas aderiu ao ProUni em 2005 e deste então a universidade ofertou 42.828 bolsas do Programa até o primeiro de semestre de 2018. Nos últimos anos o número de ingresso de bolsistas pelo Programa ocorreu de forma inconstante, tendo períodos de crescimento e períodos de queda, mantendo crescimento a partir do ano de 2015, o que acompanha o movimento de ingressos totais. Em média os estudantes bolsistas do ProUni corresponderam a 26% do alunado da instituição de 2010 a 2017.

Gráfico 4 – Evolução ingressantes geral e beneficiários do ProUni na PUC Minas (2010-2017)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES/INEP (2011-2018a).

3.3.1 Os relatos da gestão sobre os candidatos, desafios e impactos do ProUni

Oferta, remanejamento e ociosidade das bolsas

A partir daquilo que é estabelecido pela legislação do ProUni, em âmbito nacional, cada IES faz o planejamento do número de vagas que oferecerá em cada semestre e do número de bolsas do ProUni para cada curso, em cada turno.

No decorrer do processo seletivo do programa, há desistências por parte dos candidatos, não entrega de documentos e candidatos com documentação desaprovada. A entrega e a avaliação têm um prazo para cada etapa do processo seletivo. Se, no prazo de cada etapa, não houver ocupação da bolsa, ela retorna para o MEC e lá permanece até que seja preenchida na etapa de vagas remanescentes. Caso, ainda assim, não seja selecionado candidato algum, a bolsa retorna para o MEC. No processo de vagas remanescentes, a instituição pode transferir bolsas para cursos de áreas afins, atendendo a pré-requisitos estipulados pelo próprio Ministério da Educação.

Outro aspecto relevante na oferta de bolsas é que a instituição recebe do MEC listagem contendo: informações sobre o curso para o qual o candidato foi selecionado; renda e familiares por ele declarados; dados pessoais de identificação; se ele concorre para cotas ou não; e os contatos pessoais dele. A lista traz a classificação dos candidatos, a qual deve ser seguida,

para fins entrega de documentos e entrevista. Se, por um lado, não gerir a classificação dos candidatos à bolsa dá maior transparência ao processo seletivo, por outro lado, este aspecto provoca um desconforto para as assistentes sociais que lidam com os candidatos. Situações que podem, inclusive, ocasionar ociosidade de bolsa, mesmo havendo candidatos. A entrevistada B explica como a desistência do candidato pode ocasionar ociosidade de bolsa, dependendo do momento em que ocorrer a desistência do processo seletivo:

Se for a última etapa e acontece isso, de alguém desistir ou ir para outra (instituição), ou outro curso, a bolsa é perdida, aí, não consegue mais colocar ninguém para receber essa bolsa [...] (Entrevistada B)

Tem que ir pela classificação do aluno, então, às vezes tem quatro bolsas, o primeiro colocado vem e não traz a documentação faltante e o quinto está doido querendo entrar. Esse quinto colocado fica “em cima da gente”, perguntando se tem chance, mas a gente tem que respeitar a classificação e [se] esse que tem que trazer o documento não trouxer, dentro do prazo, aí, a gente perde a bolsa e o outro, o candidato que estava em quinto lugar, também perde. (Entrevistada B)

A entrevistada B, ressaltou que o SiSU também interfere no processo de ocupação de bolsas do programa, porque muitos candidatos a bolsas do ProUni participavam igualmente da seleção do SiSU, a qual normalmente ocorre antes da seleção do programa. As chamadas da lista de espera do SiSU podem ocorrer concomitante com o processo de seleção do ProUni. Assim, os candidatos que são chamados pelo Sisu podem optar pela matrícula em IES públicas e, neste caso, a bolsa do ProUni para qual foi selecionado fica ociosa, caso a instituição não consiga contactar outro candidato até o encerramento da etapa seletiva.

Apesar de não ter fornecido dados a este respeito, a assistente social declarou que havia perda de um grande número de bolsas, devido a todas as situações acima citadas. A instituição não recebia do MEC dados referentes à demanda de candidatos por curso, contudo, uma lista contendo o quantitativo de candidatos pré-selecionados, considerando todas as etapas, foi disponibilizada pela PUC Minas a nós. Nela foi possível observar que o número de candidatos era bastante superior ao número de bolsas.

Tabela 22 – Oferta de bolsas e candidatos ao ProUni pré-selecionados na PUC Minas (2017)

Unidade	Bolsas PROUNI 1º sem. 2017		Bolsas PROUNI 2º sem. 2017	
	Total de bolsas	Total Pré - selecionados	Total de bolsas	Total Pré - selecionados
Unidade Arcos	27	75	38	111
Unidade Barreiro	254	813	263	852
Unidade Betim	160	946	186	713
Unidade Coração Eucarístico	667	2252	772	1566
Unidade Contagem	183	498	163	452
Unidade Guanhães	1	3	1	3
Unidade Praça da Liberdade	201	673	205	651
Unidade Poços de Caldas	218	715	279	803
Unidade São Gabriel	290	948	313	998
Unidade Serro	7	45	12	61
Uberlândia	19	54	12	29
Total geral	2027	7022	2245	6241

Fonte: elaboração própria com dados cedidos pela PUC Minas (2019).

Recepção e documentação dos candidatos

Quando relacionamos o número de candidatos pré-selecionados com o número de bolsas ofertadas, o discurso da entrevistada B demonstrou que o filtro se iniciava já na tentativa de se contactar os estudantes. A entrevistada alegou que o primeiro contato era “custoso”, difícil, pois, não raras vezes, as formas de comunicação desatualizadas impediam que se pudesse entrar em contato com os candidatos. Quando um candidato é selecionado, o sistema do ProUni informa para ele o contato da instituição e o prazo final para a entrega da documentação. Todavia, de acordo com a Entrevistada B, é comum que os candidatos não entrem em contato e as assistentes sociais do SECAC buscam localizá-los para que compareçam à entrevista e entreguem a documentação exigida. Além disto, alguns declaram que não tinham interesse, que só participaram da seleção por curiosidade; outros, desistem, segundo a entrevistada, principalmente, no caso de bolsas parciais, com a alegação de que não teriam condições de arcar nem com 50% (cinquenta por cento) da mensalidade. Ainda ocorrem casos em que os candidatos desistem quando são chamados na última etapa e o curso já estava em andamento. A entrevistada apontou que só podiam ser transferidas para o semestre seguinte as bolsas no caso em que o candidato corresse o risco de ser reprovado em alguma disciplina, devido o número de ausências. Vejamos alguns trechos da entrevista:

Então, para mim, a parte mais trabalhosa do ProUni é essa agora: chamar o “povo”

(a entrevistada utilizou o termo “agora”, pelo fato da entrevista ter sido realizada em período da Primeira Chamada do ProUni)

[...]então esses primeiros dias é só telefonando, telefone na mão, para contato com esses candidatos. [...]a gente telefona, manda *e-mail*, passamos SMS[...]

Aqui a gente adora quando a lista sai na sexta, porque, aí, a gente trabalha no sábado, porque, no sábado, tem mais gente em casa... Às vezes dia de semana é mais difícil de falar [...]

Às vezes tem gente que fala que só para ver como era o processo seletivo e não quer, não tem interesse, não[...]

(Entrevistada B)

De acordo com as regras do programa, cabe à instituição conferir a autenticidade das informações prestadas pelos candidatos, seja sobre a renda, ou sobre grupo familiar, o que situa outras dificuldades enfrentadas não somente pelos candidatos, na comprovação das informações, por meio de documentos, mas também pela própria instituição, na exigência e na conferência a partir do que o estudante declara e daquilo que é aceito pelo MEC como documentação. Neste sentido, as regras estabelecidas pelo MEC sobre a documentação poderiam se constituir como um mecanismo de exclusão, se não considerados os aspectos que não atendiam à normatividade e à normalidade social quanto à concepção de família.

A entrevistada B declarou que um dos maiores problemas na apresentação de documentos se situa naquilo que é entendido como grupo familiar. A questão recai sobre o que Bruschini e Ridenti (1994) colocam sobre a importância de se dissolver o conceito natural, quando se trata de constituição familiar, pois, no momento em que se estuda um tema relacionado à família, é necessário esclarecer o que se entende por família, o que também é válido para as políticas públicas. Fonseca (2005) destaca que família possui significados diferentes, de acordo com o contexto social, para o caso de famílias de camadas populares, as quais são visadas pelo programa. cujo conceito de família se volta para as atividades do cotidiano doméstico e para as redes de ajuda mútua.

É comum que os candidatos declarem outros entes como constituintes de seu grupo familiar, sem que haja uma comprovação formal da relação. Com efeito, a Entrevistada B destacou a inclusão de avós, tios, tias e até de amigos que os candidatos “interpretam” como grupo familiar, o que não deixa de corresponder à realidade e ao que a literatura vem colocando sobre as configurações familiares contemporâneas. Caso também comum, citado pela Entrevistada B,

diz respeito às relações conjugais não formalizadas com documentos, principalmente, nas relações homoafetivas. A entrevistada disse que o complicador é a ausência de documentos que comprovem as relações, o que acabava por dificultar a aprovação do candidato para a bolsa. Inclusive, seus relatos dizem da importância da documentação correta e do quanto o MEC era rigoroso no que se referia a tal aspecto:

[...] o MEC determina quem é o grupo familiar [...] e hoje você sabe que, nas configurações familiares, é muito comum avó, avô.

A gente aceita para ajudar o aluno, quando a gente vê que é verdade, até uma declaração do posto de saúde que a pessoa se trata.

Alguns candidatos abrem processo judicial contra nós, quando é reprovado por questões sobre o grupo familiar.

Aceitamos declaração de união estável, para que ele possa colocar outra pessoa participante da família, tem um valor como se fosse um casamento.

(Entrevistada B)

O que foi possível perceber, por parte da entrevistada, é que são raros os casos em que os candidatos usam de estratégias para modificar a situação do quadro de integrantes do grupo familiar, para atender aos critérios do programa ou para tentar ludibriar a composição de renda familiar. Segundo a entrevistada B, há maior ocorrência de tentativas de apresentar documentos que comprovem renda que não correspondia à realidade do candidato, principalmente, quando a renda do candidato ultrapassava o que é estipulado pelo programa.

De mesma maneira, há considerável dificuldade de se identificar aqueles que já possuem diploma de graduação, já que, em um dos critérios do ProUni, o candidato não poderia possuir formação de curso superior. Para a Entrevistada B, neste aspecto, no que se refere aos documentos, não há como se fazer uma conferência, somente o MEC teria acesso para verificar a condição. E este é um tipo de caso recorrente entre os bolsistas, como veremos adiante.

O processo de avaliação do candidato selecionado consiste não somente na entrega dos documentos exigidos, mas também uma entrevista realizada pelas assistentes sociais. A entrevista é conduzida a partir de imprecisões na documentação apresentada, não havendo um roteiro específico sobre seu direcionamento, o que depende da situação de cada candidato. Mesmo perante tal processo, as tentativas de fraudes na documentação são recorrentes, principalmente quando existem informações que não são possíveis de se verificar pelas entrevistadoras, como ocorre nas situações em que o candidato já é portador de diploma de graduação. Neste caso, quando ocorre de um indivíduo ser beneficiário do ProUni, mesmo já possuindo diploma, somente via denúncia que se toma conhecimento da situação. De fato, a entrevistada B confirmou

que a instituição já havia se deparado com este tipo de ocorrência algumas vezes e que colegas de turma do bolsista tomaram conhecimento de tal fato e fizeram a denúncia.

[...]em denúncia anônima, um estudante afirmou que tinha um aluno na sala que já tinha diploma[...] a pessoa ligou na instituição e falou que a pessoa tinha o curso tecnólogo, e este vale como graduação [...] a pessoa tinha bolsa integral no curso de Arquitetura [...] (Entrevistada B)

[...] em um caso, no curso de Medicina, o estudante era formado em Ciências Biológicas e achou que poderia utilizar a bolsa do ProUni porque era formado em instituição Federal [...] (Entrevistada B)

O que parece é que as tentativas de fraude incidam mais em cursos mais prestigiosos, como no exemplo acima, Medicina e Arquitetura, que são cursos que ocupam uma posição de maior valorização na hierarquia de cursos.

No caso das cotas, a ocorrência de tentativa de fraudes é menor, segundo as entrevistadas, o que deve ocorrer, em razão de o candidato passar por entrevista, a qual, em tese, desencoraja atitudes que causam complicações no processo de seleção. Contudo, a Entrevistada B destacou que ocorrem casos em que pessoas que não seriam tidas como negras, devido a seu fenótipo, tentam ingressar com bolsa como cotista. Para a assistente social, isso tende a ocorrer em razão da autodeclaração racial.

De modo geral, percebemos que as fraudes são detectadas, não pela instituição ou pelo MEC, mas sim graças a denúncias de terceiros, geralmente colegas de turma do portador da bolsa do programa, mediante a suspeita da adulteração de documento, ou de falsa declaração. Um aspecto a considerar é que instituição não revela a identidade de quem é bolsista do ProUni, ou seja, a identidade de beneficiário do programa se dá no contato entre os estudantes.

[...]no caso dos negros é o seguinte: já tivemos muitos problemas[...] eles assinam uma autodeclaração e a gente já viu o caso de uma pessoa loira do olho azul falando que era negra [...], mas isso não está acontecendo muito, porque os próprios estudantes fiscalizam um ao outro[...]. (Entrevistada B)

Por que os alunos controlam os próprios alunos. Um aluno que conseguiu uma bolsa de 100%, por alguma situação em que se comprovou baixa renda, e, por exemplo, vem com “carrão”, ele cria uma situação que acaba sendo quase que constrangedora para ele mesmo [...] (Entrevistada A)

O ProUni, como elemento de qualificação do estudante, e seus impactos como política educacional. (Entrevistada A)

Ainda que o processo seletivo para obter a bolsa do programa sofra críticas por autores que investigam o ProUni (COSTA; FERREIRA, 2017), o mérito também condiciona os bolsistas no âmbito da permanência, seja para os distinguir enquanto aqueles que superam as dificuldades, apesar das circunstâncias, seja para dignificá-los como estudantes. Assim, na maioria dos estudos sobre o desempenho dos bolsistas e como estes são vistos pela instituição, é enfatizada a questão de que representam um corpo discente qualificado (FACEIRA, 2009; FILHO, 2011; KRAMES, 2010; PAIVA, 2020), um discurso também presente na fala das entrevistadas.

Isso se mostrou, com o tempo, ao contrário, em nenhum curso, um indicativo de que o ProUni tem diminuído a qualidade, ao contrário, porque às vezes, a disputa e a nota de corte dele, ele é maior do que o vestibular [...]
(Entrevistada A)

Então, na verdade o ProUni qualifica a universidade [...] dado o próprio processo seletivo é mais competitivo que o processo de seleção interno da universidade, embora a nota do ENEM também é utilizada na seleção para ingresso na instituição. (Entrevistada A)

[...] é aquele que agarra a chance. (Entrevistada A)

[...] ele é um bom aluno, tem nota boa (Entrevistada A)

Para universidade foi uma surpresa esses estudantes, [pois] esperavam que esse programa não ia dar certo, que iria puxar o nível da instituição para baixo.
(Entrevistada B)

O ProUni, enquanto política, também foi bem avaliado pelas entrevistadas. A Entrevistada A fez uma avaliação do programa, para além dos aspectos intrínsecos à instituição, considerando que sua criação teve como objetivo central a expansão do acesso ao ensino superior, o que também favoreceu mudanças no sistema como um todo. O ProUni se tornou referência para a seleção do Ensino Superior público, influenciou na qualificação do ENEM e no estabelecimento de sistemas de avaliação das instituições e cursos. Aspectos que suscitam uma perspectiva otimista do programa, que é alvo de grandes críticas por pesquisadores do ensino superior, que o analisam pelo ponto de vista do financiamento público no setor privado.

Eu acho que ele trouxe um impacto muito grande em toda a política educacional. Um dos grandes impactos do ProUni é que ele também vai ser um grande influenciador do sistema de avaliação da Educação Superior [...] daí todos os indicadores que vão vir um pouquinho mais à frente: como CPC, Enade, o próprio IGC institucional: é que vão dar garantia para Universidade da sustentabilidade dentro do sistema. (Entrevistada A)

Outra influência do ProUni é que ele transforma o ENEM [...] que tinha 100 mil, 150.000, ele começa a crescer já em 2005, já vai passar 400.000, depois

já vai para 700 mil, e daí, quando chega em 2009 [...] o Ministro, ainda Fernando Haddad, com o REUNI que já estava bem mais estruturado [...] ele tenta, de uma certa forma, forçar que as universidades públicas também, não só as universidades públicas, mas todos os institutos federais, a fazer adesão ao Enem, inspirado no ProUni. [...] Então, usa-se ProUni como modelo para criar o SiSU” (Entrevistada A)

Existe ainda o reconhecimento das mudanças ocasionadas na instituição com a implementação do programa. As entrevistadas relataram o receio inicial de alguns professores e gestores na adesão ao ProUni, o qual se relacionava com inquietações sobre a perda da qualidade da instituição, com o novo perfil de estudantes, ou com a descrença na configuração e na organização da distribuição de bolsas, pois acreditava-se que o sistema de bolsas já existente na PUC Minas era mais eficiente e melhor estruturado.

Acho que o ProUni mudou o perfil do alunado, o perfil de uma maneira geral [...] é visível em algumas áreas [...], mas, ele também, acredito, que influencia o ambiente, alguns cursos não tinham tantos alunos com esse perfil socioeconômico, então, ele traz um outro valor. (Entrevistada A)

[...] em princípio nós ficamos assustados, porque nosso programa funcionava muito bem redondinho, o nosso como a bolsa variava de 20% a 60%, mais pessoas eram atendidas [...] quando ProUni chegou, a gente sabe que é 50% ou 100% e, se você não tiver perfil para 100%, eles não darão 50%, porque o candidato se inscreve para aquele perfil [...], em 2005, quando a gente teve essa resistência sobre a programa, era mais [em] relação a isso, sobre isso do controle e da distribuição de bolsas, hoje a gente tem a visão muito cara de que o ProUni é um programa de inclusão social [...] é a chance que ele tem que melhorar na vida e eles dedicam muito nos estudos, as vezes é somente ele da família que tá estudando e outros cinco estão trabalhando para ele poder estudar (Entrevistada B)

Na pesquisa de Gentilini *et al.* (2016), que abordou a perspectivas com gestores da PUC Minas sobre o ProUni (N=12), o Programa é reconhecido pelos mesmos como uma política pública importante de inclusão social. Entretanto, somente 50% aprovaram totalmente o Programa quando indagados sobre o grau de aprovação do mesmo, embora o autor não mencione os motivos deste resultado, pode-se aferir que embora o ProUni represente uma política importante para inserção de estudantes mais pobres, ainda existem aspectos a serem melhorados. Não obstante, Gentilini *et al.* (2016) concluem que os gestores percebem que o Programa inclui quem realmente precisa, contribuindo para a diminuição da desigualdade social.

Já as assistentes sociais da pesquisa Siqueira (2016), também realizada na PUC Minas, em maioria, aprovam o Programa, sendo que 67% das respondentes também reconhecem a inclusão social promovida pelo ProUni. Contudo, as assistentes sociais também consideram não ser suficientes os dispositivos disponibilizados para validação das informações e documentos

dos candidatos à bolsa, o que vai ao encontro do relato da gestora por nós entrevistada. Por fim, é relevante colocar o resultado de Siqueira (2016) quanto à avaliação das assistentes sociais sobre a diminuição das desigualdades sociais via o ProUni, 50% consideraram parcialmente que o Programa exerceria esse papel.

A partir dos dados examinados neste capítulo, ficou evidente o papel do ProUni como política pública voltada para um público que enfrenta grandes dificuldades para ingressar no Ensino Superior. Ao longo dos anos e desde sua instituição, o programa passou por aprimoramento visando qualificá-lo tanto do ponto de vista da oferta de bolsas quanto da elaboração de mecanismos de controle contra fraudes e desqualificação de instituições e cursos. Mesmo com seu caráter inclusivo, o ProUni não rompe totalmente com a lógica meritocrática, visto que o modo de seleção de bolsistas, baseado no desempenho no ENEM, acaba por hierarquizar os estudantes, desconsiderando outros aspectos que poderiam englobar os estudantes aptos a serem bolsistas. O uso do ENEM pode se configurar como um sistema que reproduziria desigualdades diante de um contexto da Educação Básica pública, de debilitada qualidade e que recebe as famílias carentes.

Existe ainda a desconsideração ao tipo de estabelecimento frequentado durante a Educação Básica, visto que o programa incorpora, além de estudantes do setor público, àqueles declaradamente bolsistas no setor privado. No setor privado de Educação Básica, existe também hierarquização quanto ao grau de prestígio das instituições, que diz respeito à qualidade do ensino propiciada para os estudantes. Desta forma, um candidato que frequentou uma instituição com determinado nível de qualidade, possivelmente, terá um desempenho no ENEM mais satisfatório, diferente daquele que estudou em uma escola pública debilitada.

Sabe-se que, no Brasil, há diferenças nos tipos de estabelecimentos públicos de Ensino Médio como, por exemplo, as escolas federais que recebem maior investimento que as escolas estaduais, refletindo na qualidade do ensino oferecido. Com isso, os estudantes que frequentaram as escolas federais teriam também um desempenho superior no ENEM, tendo condições de escolher entre os cursos que exigiriam notas de corte mais altas. No entanto, o processo de seleção praticado pelo ProUni ainda consiste em uma “caixa preta”, em razão de seus dados não serem publicizados, diferentemente do que acontece nos processos de ingresso nas universidades públicas. De fato, não se conhece, por meios formais, as notas de corte dos cursos, a classificação daqueles mais concorridos, ou o número de candidatos pré-selecionados que de-

sistiram. Também não há como conhecer a ocupação das bolsas reservadas para negros, indígenas e pessoas com deficiência. Todos estes fatores acabam por interferir na produção de análises mais refinadas sobre o programa.

Os dados disponíveis evidenciaram a existência de distinções relevantes na composição dos beneficiários, se analisados nos diferentes contextos (nacional, de Minas Gerais e Belo Horizonte), mesmo que o ProUni priorize um público específico, tido como homogêneo do ponto de vista dos critérios exigidos para concessão de bolsa. Com efeito, a distribuição e o perfil dos bolsistas, ora se aproximam do contexto do ensino privado, ora se divergem dele. Belo Horizonte é um exemplo de singularidades na composição do público bolsista.

Os aspectos que podem ser considerados mais marcantes no perfil dos bolsistas seriam aqueles relacionados à idade e à autodeclaração racial. O ensino superior privado, de modo geral, demonstrou, no ano de 2017, um quadro maior de estudantes mais velhos, enquanto que os bolsistas ingressaram mais jovens, mais próximos da idade tida como adequada para o ingresso no Ensino Superior. Os estudantes do ensino privado também se mostraram mais brancos, ao passo que, entre os bolsistas, os negros estavam em maior número.

No que se refere aos cursos para os quais os bolsistas se direcionaram, os cursos de bacharelado presenciais estavam em maioria e, no caso, de Minas Gerais e de Belo Horizonte, eram mesmo predominantes. Além disto, em um contexto em que havia um crescimento de oferta de cursos a distância, as bolsas do programa não apresentaram a mesma tendência: no caso de Belo Horizonte, menos de 1% (um por cento) dos bolsistas ingressou nesta modalidade de ensino. Por fim, os bolsistas apresentaram menores percentuais de evasão, se comparados com a rede privada em geral.

No que se refere ao papel da instituição no processo seletivo, notou-se um esforço para se ocuparem as bolsas e para amparar os candidatos quanto à documentação exigida pelo MEC. No discurso das entrevistadas, a adesão ao ProUni trouxe relevantes mudanças na instituição, principalmente quanto ao perfil de estudantes que passaram a frequentá-la. Os “prounistas” foram caracterizados pelas entrevistadas como esforçados e bons alunos, diferentemente, das projeções dadas por aqueles que não concordavam com a adesão da instituição ao programa quando este foi implementado. Desta forma, mesmo diante das dificuldades relatadas, o ProUni foi percebido pelas entrevistadas como importante política para propiciar o acesso de estudantes menos favorecidos ao ensino superior.

CAPÍTULO 4

OS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS PROUNI NA PUC MINAS

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar o perfil e a trajetória estudantil dos estudantes beneficiários do ProUni que ingressaram na PUC Minas. Neste sentido, foram utilizados os dados do CES, dados concedidos pela própria instituição e aqueles colhidos das entrevistas realizadas com a gestoras.

O presente capítulo foi estruturado em três subtópicos. O primeiro abordará a evolução do perfil do quadro de ingressantes da instituição, para que possam ser estabelecidas comparações com o quadro de bolsistas do ProUni na instituição. O segundo subtópico tratará em específico do perfil sociodemográfico e acadêmico dos “prounistas”, buscando debater sobre as aproximações ou se distanciamentos entre o perfil dos bolsistas e contexto da instituição. O terceiro subtópico abarcará uma discussão sobre a trajetória dos bolsistas na universidade. Por fim, encerrar-se-á o capítulo com considerações gerais acerca dos resultados encontrados.

4.1 O Perfil dos ingressantes da PUC Minas

Esse tópico examinará o perfil do total dos estudantes que ingressaram na PUC Minas, numa série histórica que vai de 2010 a 2017. O quadro abaixo exhibe a distribuição dos estudantes, de acordo com um conjunto de variáveis anteriores à entrada na universidade e relativas ao acesso e à permanência na instituição.

Tabela 23 – Distribuição dos ingressantes na PUC Minas segundo características sociodemográficas e acadêmicas (2010 – 2017)

Variável		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
		(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Sexo	Feminino	54,2	53,4	53,4	53,8	53,7	53,3	51,5	50,5
	Masculino	45,8	46,6	46,6	46,2	46,3	46,7	48,5	49,5
Cor/raça	Branca	1,5	1,5	0,4	41,7	48,1	51,5	52,2	51,6
	Parda	0,5	0,8	0,2	30,1	36,0	35,7	34,2	34,7
	Preta	0,2	0,1	0,0	8,4	9,3	8,7	9,0	8,9
	Amarela	0,1	0,1	0,0	2,4	2,2	2,1	2,0	1,8
	Indígena	0,0	0,0	0,0	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
	Não declarado	92,5	94,0	98,5	14,5	4,1	1,9	2,5	2,7
	Não dispõe da informação	5,2	3,4	1,0	2,5	0,0	-	-	-
Idade	Até 18	15,5	13,6	17,5	18,4	22,0	19,5	17,0	15,8
	19 anos	20,8	18,4	20,5	22,5	24,5	24,2	23,4	23,1
	20 anos	13,3	14,2	13,5	13,3	14,4	14,3	13,7	15,1
	21 anos	8,3	8,6	9,1	8,9	7,9	9,0	8,4	8,6
	22 anos	6,4	6,6	6,5	6,1	5,1	5,4	5,8	5,6
	23 anos	4,8	5,6	5,0	4,5	4,0	4,4	4,2	4,7
	24 anos	4,3	4,6	4,0	3,9	3,3	3,2	3,4	3,7
	25 a 29 anos	13,0	14,1	12,0	11,5	9,0	9,3	10,8	10,3
Acima de 30 anos	13,6	14,3	11,7	10,9	9,8	10,6	13,3	13,1	
Origem escolar (Ensino Médio)	Pública	-	-	-	63,5	59,5	57,2	55,9	56,8
	Privada	-	-	-	36,3	40,5	42,7	44,1	43,2
	Não dispõe da informação	100,0	100,0	100,0	0,3	0,0	0,1	-	-
Grau acadêmico	Bacharelado	89,8	91,0	93,1	93,3	92,5	92,8	93,0	93,0
	Licenciatura	7,4	6,1	3,9	4,0	4,6	5,2	4,9	5,3
	Tecnológico	2,8	2,9	3,0	2,7	2,9	2,0	2,1	1,7
Modalidade de ensino	Presencial	97,7	97,4	97,8	98,1	98,4	96,6	94,5	95,2
	Curso a distância	2,3	2,6	2,2	1,9	1,6	3,4	5,5	4,8
Turno	Matutino	35,2	35,6	36,1	38,3	37,1	37,7	36,8	38,5
	Vespertino	12,0	10,6	9,8	8,6	10,1	11,4	12,0	11,7
	Noturno	52,8	53,8	51,9	51,2	46,5	42,3	38,8	38,2
	Integral	-	-	-	-	4,7	5,2	6,8	6,9
	Não Aplicável (cursos EaD)	-	-	2,2	1,9	1,6	3,4	5,5	4,8
Financiamento estudantil	Não	48,2	42,8	43,0	39,6	41,2	48,8	44,1	42,9
	Sim	51,8	57,2	57,0	60,4	58,8	51,2	55,9	57,1
Atividade extracurricular	Não	-	-	92,1	89,4	86,7	76,2	71,2	67,6
	Sim	-	-	7,9	10,6	13,3	23,8	28,8	32,4
Total de ingressantes		11.504	9.845	12.903	12.113	11.043	11.405	11.659	12.138

Fonte: elaboração própria a partir dos dados CES (INEP, 2018).

Observa-se que, ao longo dos anos apresentados, a distribuição de mulheres e homens alterou de maneira que o sexo feminino deixou de ser predominante na instituição, ocorrendo, assim, uma distribuição semelhante entre os sexos.

A direção que segue o público de estudantes da PUC Minas, no que se refere ao aumento do quantitativo de homens no ensino superior, pode se relacionar à própria oferta de cursos característicos na escolha realizada por este público. Observa-se, na Tabela 23 que o público

masculino apresentava maior crescimento a partir do ano de 2015, período de mudanças importantes na infraestrutura e na oferta de cursos da instituição. Nele, a PUC – Minas inaugura a unidade “Praça da Liberdade”, que abrangia uma estrutura de sete prédios localizados no Circuito da Liberdade¹⁶, situado na Região Centro-Sul da cidade de Belo Horizonte. Com a inauguração desta unidade, ampliou-se a oferta de cursos, tais como: Administração; Arquitetura e Urbanismo; Direito; Engenharia Civil; Engenharia de Produção; Engenharia de *Software*; Engenharia Mecânica; Medicina Veterinária; Publicidade e Propaganda; Relações Internacionais; e Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais. Além disto, a instituição passou a oferecer novos cursos no mesmo ano: Engenharia Aeronáutica (unidade São Gabriel); Engenharia de *Software* (unidade Praça da Liberdade); e o Superior de Tecnologia em Manutenção Industrial (unidade Contagem). Neste contexto, notou-se uma prioridade em cursos relacionados às engenharias e às tecnologias, áreas tidas como masculinas.

O quadro abaixo demonstra a distribuição dos estudantes a partir da seleção dos dez cursos com maior predominância masculina e dos dez cursos com maior predominância feminina na PUC– Minas, no ano de 2017. É possível notar que os homens localizavam-se em maior número naqueles cursos relacionados às engenharias e às tecnologias, o que motivou a instituição em aumentar a oferta.

Quadro 3 - Dez cursos com maior participação masculina e com maior participação feminina na PUC Minas (2017)

Maior participação masculina		Maior participação feminina	
Curso	%	Curso	%
Engenharia de software	88,5%	Fonoaudiologia	100,0%
Engenharia eletrônica e de telecomunicações	88,4%	Pedagogia	85,4%
Teologia	87,8%	Enfermagem	84,5%
Ciência da computação	87,2%	Letras - língua portuguesa	82,5%
Engenharia mecânica	86,3%	Nutrição	81,6%
Engenharia elétrica	83,7%	Fisioterapia	81,0%
Jogos digitais	82,8%	Arquitetura e urbanismo	77,7%
Engenharia de computação	82,5%	Serviço social	75,5%
Sistemas de informação	82,3%	Psicologia	74,8%
Engenharia aeronáutica	81,8%	Letras - Português e Inglês	74,6%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados CES (INEP, 2018).

¹⁶ Complexo cultural no qual se reúnem espaços diversos do setor cultural da cidade, com a participação de instituições públicas e privadas. Foi idealizado na década de 1990 e concretizado em 2010 como projeto do governo do estado. Este complexo é composto por museus, centros de cultura e de formação.

Ao longo do período demonstrado, na Tabela 23, observou-se o aumento do número de estudantes brancos dentre aqueles que ingressaram na PUC – Minas. A partir de 2015, o número de estudantes que se declararam brancos se tornou superior a 50% (cinquenta por cento) do público ingressante, uma vez que, anteriormente, entre 2013 e 2014, o percentual de negros (pretos e pardos) se aproximava do percentual de brancos. Embora a mudança do percentual de negros tenha apresentado pouca alteração, o ingresso deste público apresentou resultado decrescente no período apresentado. O número maior de estudantes brancos na PUC Minas é característico quando se leva em consideração o quantitativo daqueles oriundos de instituições privadas em âmbito nacional, contudo, a alteração na composição racial dos estudantes da instituição pode se associar às mudanças ocorridas no ensino superior público, principalmente, após a implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012). O público branco que se direcionou para a PUC Minas pode ser correspondente aos candidatos que não conseguiram ingressar nas instituições federais. Conforme Nonato (2018), no caso da UFMG, cursos mais prestigiosos tinham maior número de brancos na composição de seu alunado anteriormente à implementação da Lei de Cotas (BRASIL, 2012).

A partir de 2014, as informações sobre cor/raça passaram a ser fornecidas de maneira mais fidedigna no CES, permitindo identificar a composição étnico-racial dos ingressantes. O número elevado de estudantes sem informações quanto à declaração étnico-racial, em anos anteriores a 2014, pode se justificar pelo que explicita Senkevics (2018). O autor indica que tal fato se deva em razão da tendência das instituições em preencher os campos “não dispõe da informação” e “não declarada” no censo, quando não dispunham dos dados dos estudantes.

Para a compreensão deste quadro de preenchimento dos dados raciais no Censo da Educação Superior, cabe traçar um breve panorama. A questão racial passou a ser abordada no CES a partir de 2009 e seguiu o padrão do IBGE de identificação racial (branca, parda, preta, indígena e amarela), adicionando duas outras opções, para quando não houvesse registro da auto-declaração do ingressante (“não dispõe da informação”; e “não declarada”). Ocorria que muitas instituições não se detinham a coletar tal informação, dando abertura para que houvesse um direcionamento maior para a marcação destas duas últimas opções. A partir de 2013, o MEC pressionou as instituições para que as informações raciais fossem mais bem preenchidas e, em 2014, foi alterado o campo “não declarada” para “aluno não quis declarar a cor/raça”. Houve também maior exigência, por parte do próprio MEC, para que a opção “não dispõe da informação” não fosse preenchida, (ficando esta opção desabilitada, a partir de 2014), o que foi compensado, na falta de informação, na opção que informava “não declarada” (SENKEVICS, 2018). Com estas alterações, o MEC visou melhor detalhamento sobre a composição racial dos

estudantes que ingressavam no Ensino Superior. para que houvesse maior abrangência no preenchimento das informações raciais dos ingressantes e, a partir de 2013, fosse possível examinar melhor como o público de ingressantes era composto, especificamente, em relação ao aspecto racial. Desta forma, identificou-se um crescente número de estudantes autodeclarados brancos e a composição de pardos e pretos também apresentou crescimento, contudo, de menor escala.

Quanto à idade dos ingressos da instituição, esta não sofreu significativas mudanças. Nota-se inconstâncias nos percentuais, principalmente, no caso de ingressantes com idade até dezoito anos e nas faixas de idade acima de vinte e cinco anos. De modo geral, os estudantes da PUC Minas ingressavam mais jovens, se comparados aos estudantes do ensino privado, como um todo, como também era menor o percentual de estudantes com idades mais avançadas.

Quanto ao preenchimento dos dados sobre a origem escolar, o processo é parecido ao que ocorreu com a variável cor/raça. Nos dados anteriores ao ano de 2013, a instituição deveria informar se o estudante concluiu o Ensino Médio em escola pública, dando as seguintes opções “não”, “sim” e “não dispõe da informação”. No caso da PUC Minas, o preenchimento deste dado majoritariamente pela opção “não dispõe da informação” ocorreu com frequência, mas, a partir de 2013, mesmo mantendo a pergunta no questionário, já se obteve uma informação mais completa sobre a origem escolar dos ingressantes. A partir de 2014, o MEC mudou a questão no formulário e a informação sobre a origem escolar já contava com uma abordagem diferente, na qual pedia-se para informar o tipo de escola em que o aluno concluiu o Ensino Médio, havendo as opções “pública”, “privada” e “não dispõe da informação”. A mudança permitiu o preenchimento mais efetivo sobre a origem escolar dos estudantes que ingressavam na instituição.

É possível observar uma mudança no tipo de escola frequentada no Ensino Médio, ao longo do período demonstrado na Tabela 23, uma vez que ocorreu um crescimento do público oriundo de escola de Ensino Médio particular e, conseqüentemente, houve a diminuição dos estudantes vindos de escolas públicas. Outro aspecto que pode ser relacionado foi a implementação da Lei de Cotas (BRASIL, 2012), que previa reserva de ingressantes na graduação, os quais tivessem cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública (observando também aspectos tais como: renda familiar; cor/raça; e pessoas com deficiência).

O estado de Minas Gerais contava com dezesseis instituições federais que ofertavam cursos superiores e, com a implementação da Lei de Cotas (BRASIL, 2012), aquele público, os estudantes oriundos de instituições privadas de Ensino Médio – público que se dirigia principalmente para a instituições públicas –, passou a concorrer em vagas de ampla concorrência e a

ocupar um número menor de vagas. No caso de Belo Horizonte, quanto à UFMG, aqueles candidatos, que cursaram o Ensino Médio em escolas particulares, uma vez não tendo obtido êxito em ingressar no Ensino Superior federal, possivelmente tenha recorrido às instituições privadas, principalmente, para aquelas mais tradicionais, que oferecem diplomas que podem proporcionar maior retorno simbólico e econômico. Neste sentido, a PUC Minas atenderia a tal possibilidade. Desta forma, reunir aspectos sobre cor/raça e tipo de escola frequentada no Ensino Médio permite interpretar que a implementação de políticas de acesso e de ações afirmativas nas instituições públicas de ensino superior nos últimos anos podem ter contribuído para que um público com condições socioeconômicas mais favoráveis deslocasse seu interesse em ingressar nestas instituições para o ingresso em outras com igual prestígio ou próximo dele.

Sobre os dados que integravam a trajetória acadêmica, observou-se que os estudantes que ingressaram na instituição majoritariamente se direcionavam aos cursos de grau bacharelado. Já os cursos de licenciatura e tecnólogo passaram a receber menos estudantes, principalmente, quando comparados os períodos de 2010 e 2017. Quanto à modalidade de ensino, a PUC Minas, iniciou a oferta de cursos a distância, nos anos 2000, tendo criado um Núcleo de Educação a Distância, em 2009, para atuação específica da instituição na modalidade tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação *latu sensu*. A oferta de cursos de graduação na modalidade a distância não ocorreu de forma constante ao longo dos anos apresentados na Tabela 23, a instituição ofertou o curso de Administração e Ciências Contábeis. Neste período, o total de ingressantes correspondia a 576 (quinhentos e setenta e seis), sendo o curso de Ciências Contábeis o detentor de maior número dos estudantes (59,0% – cinquenta e nove por cento). Um aspecto a ser destacado sobre a oferta de cursos a distância pela PUC Minas se refere à opção da instituição em ofertar cursos somente de grau bacharelado. Em âmbito nacional, os cursos de licenciatura são predominantes na oferta de modalidade a distância.

Quando se trata do turno em que os ingressantes optaram ao longo dos anos, estes passaram a se distribuírem mais entre os turnos, ocasionando, inclusive, um aumento na entrada de estudantes no turno matutino. Um evento que também diferencia a PUC Minas do âmbito nacional, no qual há predominância de ingressos no turno noturno. O caso do turno, também consiste em algo revelador, quando atrelamos a isto as mudanças ocorridas no Superior Público (como colocado sobre a implementação de políticas de acesso e ações afirmativas). Estaria um público mais privilegiado ingressando na PUC Minas, o qual teria melhores condições de permanecer em cursos diurnos?

Sobre o financiamento estudantil, o Tabela 23 demonstra uma evolução irregular no uso de financiamentos estudantis. Entretanto, de 2010 para 2017, observou-se que o número de

estudantes que recorreram a algum tipo de financiamento aumentou, contudo, correspondeu a um percentual menor que o quadro geral do ensino privado.

Por fim, os ingressantes da PUC Minas apresentaram considerável participação em atividades extracurriculares, superior, inclusive, ao percentual nacional. Além disto, houve um crescimento considerável no percentual de estudantes que participavam destas atividades, de 2010 para 2017. Por se tratar de uma universidade, é papel desta exercer ações para além de atividades de ensino, pesquisa e extensão, para tanto, a instituição adota como princípio a prática de estabelecer as atividades de pesquisa e extensão como conteúdo obrigatório em disciplinas específicas, as quais são contabilizadas como horas de atividades complementares de graduação (COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO, 2017). Esta prática pode contribuir como incentivo para estudantes para a participação em atividades extracurriculares.

De modo geral, observamos que a PUC Minas manteve, ao longo de 2010 a 2017, o número de ingressantes sem grandes alterações, entretanto, este grupo, em seu interior, apresentou mudanças significativas, as quais podem se atrelar ao próprio conjunto de mudanças que vem ocorrendo no ensino superior no Brasil nos últimos anos. Elas favoreceram, no caso da PUC Minas, as modificações na estrutura e na modalidade de oferta dos cursos, passando pelo perfil destes “novos” estudantes e atingindo aspectos sobre suas trajetórias acadêmicas. Estas mudanças poderiam se configurar como uma elitização do público atendido pela instituição: (i) aumento do sexo masculino; (ii) aumento do número de estudantes que se autodeclararam brancos; (iii) ingresso de estudantes mais novos; (iv) crescimento de estudantes provenientes de escolas particulares de Ensino Médio; (v) predominância na orientação por cursos de grau bacharelado e na modalidade presencial; e (vi) diminuição de estudantes nos cursos do turno noturno e aumento do número deles nos turnos matutino e integral.

4.2 O perfil sociodemográfico e educacional dos estudantes beneficiários do ProUni na PUC Minas

Neste subtópico será apresentado o perfil dos bolsistas do ProUni na PUC Minas. Estabeleceremos algumas comparações com o perfil do público geral que ingressou na instituição. O Tabela 24 fornece a estatística descritiva da distribuição dos estudantes, a partir de 2010¹⁷. A

¹⁷ É a partir desse ano que o CES começou a apresentar constância nos dados e variáveis mais específicas sobre o perfil dos estudantes de graduação.

série histórica, de 2010 a 2017, permite visualizar mudanças e permanências no perfil dos “prounistas” na instituição, segundo as características anteriores à entrada na universidade.

Tabela 24 – Distribuição dos ingressantes ProUni na PUC Minas segundo características sociodemográficas (2010 – 2017)

Variável		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
		(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Sexo	Feminino	61,3	58,8	58,4	57,8	58,1	56,2	54,2	51,8
	Masculino	38,7	41,2	41,6	42,2	41,9	43,8	45,8	48,2
Cor/raça	Branca	0,8	0,7	0,3	31,5	35,0	36,1	35,2	34,5
	Parda	0,8	1,3	0,4	39,1	45,9	47,1	46,9	46,9
	Preta	0,3	0,2	0,1	13,0	13,7	14,1	13,7	14,2
	Não declarado	93,4	94,0	98,5	12,4	3,8	0,9	2,5	2,6
	Amarela	0,0	0,1	-	2,0	1,4	1,7	1,7	1,7
	Indígena	-	0,0	-	0,2	0,2	0,1	0,0	0,1
	Não dispõe da informação	4,7	3,7	0,7	1,8	-	-	-	-
Idade	Até 18	15,9	16,3	17,8	18,3	22,3	20,3	18,7	17,2
	19 anos	19,7	18,1	18,8	21,4	22,9	23,4	25,3	25,9
	20 anos	13,5	13,3	13,7	13,3	13,8	14,7	15,2	16,9
	21 anos	8,9	9,2	10,4	9,9	8,7	10,4	9,5	9,9
	22 anos	8,2	6,9	7,1	6,6	6,1	5,5	6,6	6,2
	23 anos	5,7	6,1	5,8	4,6	4,1	4,5	4,8	4,7
	24 anos	4,3	5,2	4,0	4,7	3,2	3,5	3,4	3,9
	25 a 29 anos	13,9	14,5	12,6	12,3	9,2	9,7	9,6	9,1
	Acima de 30 anos	9,9	10,4	9,7	8,9	9,6	7,9	7,0	6,3
Origem escolar (Ensino Médio)	Privada	-	-	-	5,3	6,8	7,6	9,5	9,8
	Pública	-	-	-	94,7	93,2	92,4	90,5	90,2
	Não dispõe da informação	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-	-
Total de ingressantes		2.574	3.016	3.102	3.315	2.555	2.850	3.086	3.626

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES (INEP, 2011-2018).

a) Sexo

Entre os bolsistas do ProUni, as mulheres se configuravam como maioria na instituição, ocorrendo, no entanto, ao longo do período analisado, uma queda da participação feminina em favor do aumento da participação dos homens.

Rosemberg e Madsen (2011, p. 419) afirmam que “o ProUni parece ter sustentado mais o acesso de mulheres ao Ensino Superior que as demais políticas”, que se confirma no caso da PUC – Minas. As mulheres constituíram a maioria dos beneficiários do programa na instituição, de 2010 a 2017. Entretanto, uma mudança é notável na distribuição dos homens, a qual apresentou uma variação positiva, resultando em uma diferença de 10% (dez por cento) de 2010 para 2017. Este aspecto demonstrou uma tendência de aproximação no que se referiu à distribuição dos sexos na instituição, o que já ocorre entre os ingressantes, de maneira geral.

É um fenômeno que marca diferencialmente a instituição em relação ao que ocorre, inclusive, com os ingressantes “prounistas” no contexto brasileiro. Em uma pesquisa conduzida

na PUCPR, identificou-se que o sexo feminino representava 58,5% (cinquenta e oito vírgula cinco por cento) dos bolsistas na instituição (INCERTI *et al.*, 2018). Paiva (2017) também identifica a predominância do sexo feminino, ao analisar o perfil dos estudantes bolsistas e não bolsistas a partir dos dados do ENADE; neste caso, em média, 72% (setenta e dois por cento) dos estudantes beneficiários declararam ser do sexo feminino no período analisado pelo autor (2010-2017). Tais dados demonstraram que as mulheres têm se configurado como grupo majoritário no Ensino Superior e também entre os bolsistas do ProUni, estando os bolsistas da PUC Minas em um movimento divergente.

Ao comparar os índices de crescimento de matrículas de mulheres e homens no ensino superior, nos períodos de 2003 e 2009, Rosemberg e Madsen (2011) já identificavam maior crescimento de matrículas masculinas e um crescimento mais intenso, no ensino privado, no caso feminino. As autoras interpretam este fenômeno como sendo influenciado pelas políticas governamentais, como os programas de ações afirmativas, de expansão da rede federal e sua interiorização e a expansão do Enem. Já o ProUni, para as autoras, estaria favorecendo as matrículas das mulheres. Contudo, as pesquisas pouco têm se voltado para os impactos do Programa nas matrículas femininas e masculinas, o que dificulta maior compreensão do fenômeno.

b) Cor/raça

Observa-se um percentual elevado de negros (pretos e pardos) na composição dos bolsistas, a qual tem apresentado crescimento desde 2013, chegando a cerca de 61%, (sessenta e um por cento) em 2017. No caso dos estudantes bolsistas, os negros constituíram a maioria de todo período focalizado na Tabela 24, diferentemente do público geral de ingressantes na instituição que apresentou maior número de brancos.

Além disto, enquanto a ocupação de vagas com bolsas do ProUni por autodeclarados negros seguiu uma tendência de crescimento, os bolsistas que se declararam brancos sofreram uma ligeira diminuição. Outro aspecto a se destacar é que o percentual de bolsistas negros na PUC Minas foi superior ao percentual apresentado no âmbito nacional, no ano de 2017. Estes dados evidenciam que o público negro ingressou na PUC Minas via ProUni, mesmo havendo um percentual considerável de negros entre os ingressos de maneira geral. Nas outras instituições privadas de Minas Gerais, as quais ofertaram bolsas do ProUni, há este mesmo tipo de ocorrência. No ano de 2017, os estudantes autodeclarados negros foram maioria entre os “pro-unistas” na UNA (66,3% – sessenta e três vírgula três), na UNI BH (65,8% – sessenta e cinco vírgula oito) e na Unihorizontes (70,8% – setenta vírgula oito por cento), demonstrando que o

programa tem cumprido um papel de oportunizar o ingresso no ensino superior para este grupo que antes era subrepresentado.

De acordo com Ricoldi e Artes (2016), o crescimento de estudantes brancos no ensino superior brasileiro, nos últimos anos, principalmente a partir da expansão deste nível de ensino e da implementação de políticas de ação afirmativa, se deu a uma taxa de 70% (setenta por cento), enquanto o público negro apresentou um aumento de 300% (trezentos por cento). Entretanto, a participação dos negros no ensino superior ainda é minoritária, mesmo que este grupo constitua 51% (cinquenta e um por cento) da população brasileira, segundo o último Censo Demográfico. No caso de bolsistas do ProUni, os negros são maioria, na PUC Minas, nas outras instituições mineiras de Ensino Superior que ofertaram maior número de bolsas e no âmbito nacional, o que reforça a importância do Programa para que este grupo étnico racial.

Tabela 25 – Distribuição dos ingressantes bolsistas do ProUni e público geral na PUC Minas, segundo sexo e raça/cor (2017)

	Mulheres brancas (%)	Mulheres negras (%)	Homens brancos (%)	Homens negros (%)	Frequência	Total
Ingressos						
Bolsistas	18,8	33,1	17,3	30,8	3.467	100,0
Geral	26,9	23,5	27,3	22,4	11.557	100,0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES (INEP, 2018).

No cruzamento das variáveis sexo e cor/raça, verificou-se que as mulheres negras consistiam nas maiores beneficiárias do programa na PUC Minas e os homens brancos estariam em menor percentual, em 2017. Quando analisada a distribuição de sexo/raça no que se referia ao público geral de ingressantes, os homens brancos estavam em maior número e os homens negros em situação contrária, conforme a tabela acima demonstra.

c) *Idade*

Quanto à idade dos bolsistas do ProUni na PUC Minas, observou-se que, ao longo do tempo, os bolsistas passaram a ingressar mais jovens na instituição, principalmente, no que se refere às faixas de idades até dezoito ou dezenove anos. No sentido contrário, os estudantes mais velhos passaram por um processo de diminuição em sua participação entre os bolsistas, sobretudo nas idades acima de vinte e cinco anos. Desta forma, a idade dos estudantes que

ingressaram com bolsa do programa na instituição seguiu tendência diferente daquela dos estudantes que ingressaram na instituição de modo geral, verificando-se uma propensão para o aumento de estudantes com idades mais elevadas, substancialmente nas faixas de vinte e cinco a vinte e nove anos e acima de trinta anos.

Tabela 26 – Distribuição dos beneficiários ProUni na PUC Minas, segundo sexo/cor idade (2017)

Idade	Mulheres	Mulheres	Homens	Homens
	brancas	negras	brancos	negros
Até 18 anos	21,4%	18,8%	16,0%	12,9%
19 anos	32,3%	27,4%	22,1%	22,7%
20 anos	18,1%	16,4%	15,6%	17,4%
21 anos	10,0%	11,0%	9,3%	9,4%
22 anos	4,5%	5,3%	7,7%	7,6%
23 anos	3,1%	3,9%	5,3%	6,2%
24 anos	1,8%	3,2%	5,8%	5,0%
De 25 a 29 anos	4,9%	7,1%	12,8%	11,2%
Acima de 30 anos	4,0%	7,0%	5,3%	7,7%
Total	651	1.148	601	1.067
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES (INEP, 2018).

Ao articular as variáveis sexo/raça e idade, observou-se que as mulheres brancas apresentaram maiores percentuais nas faixas de idades mais jovens, seguidas das mulheres negras. Nas faixas de idades mais elevadas, os homens apresentaram maiores percentuais. Contudo, entre os estudantes que ingressaram com idade acima de trinta anos notou-se percentual maior de mulheres e homens negros.

Ao comparar sexo e cor/raça, quanto ao aspecto distorção série-idade, Rosemberg e Madsen (2011) apontam que a taxa de distorção é alta para todos os subgrupos, mas é superior no caso dos homens em relação às mulheres, e isso tanto para negros como para brancos, sendo mais acentuada para os negros. As autoras citam estudos que indicam que a defasagem de idade entre meninos e meninas se relaciona mais com aspectos relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em que estão inseridos que com a participação precoce no mercado de trabalho, principalmente, no caso dos homens. A questão da construção de masculinidades representaria outro fator importante para contribuir nas interpretações sobre defasagem da idade-série dos homens.

Os dados sobre a relação entre as variáveis cor/raça e idade dos estudantes com bolsa e sem bolsa do ProUni permitiram inferir que a entrada, de maneira geral, tanto de mulheres negras e brancas quanto de homens negros e brancos ocorreu na faixa de idade considerada como adequada ou regular para o ingresso no Ensino Superior. Decerto, os homens negros pareceram estar em desvantagem, ao serem examinadas as faixas de idade mais altas, o que refletia seu pertencimento social que condicionava a um passado escolar mais irregular, por razões diversas e complexas. Outro aspecto a se destacar é que os jovens com trajetória mais linear na Educação Básica, principalmente as mulheres, haviam recorrido mais ao programa para ingressar na PUC Minas.

d) Origem escolar

Ainda que entre as condições do ProUni figure aquela de o requerente ter cursado o Ensino Médio em escola pública, está prevista também a possibilidade de ter ele cursado o Ensino Médio em escola particular como bolsista, isto é, como não pagante.

A esmagadora maioria dos bolsistas era proveniente de escolas públicas de Ensino Médio, o que não mudava ao longo do período apresentado na Tabela 24. Entretanto, observou-se um crescimento de estudantes provenientes de escolas privadas, com uma variação positiva de 85% (oitenta e cinco por cento), de 2010 para 2017.

Com o cruzamento de variáveis, a partir dos dados de 2017, identificou-se entre os estudantes oriundos de escola privada: (i) maior número de estudantes brancos (cerca de 12%–doze por cento – entre os que se declararam brancos); (ii) maior número de estudantes mais novos, com idade até dezoito anos (cerca de 19% – dezenove por cento – daqueles que ingressaram com até esta idade, eram provenientes de escolas privadas de Ensino Médio). Na proporção que os bolsistas ficavam mais velhos, menor era o percentual de estudantes vindos deste tipo de escola.

4.3 Trajetória acadêmica dos beneficiários do ProUni na PUC Minas

Quando analisados os dados sobre as condições de acesso aos cursos (grau acadêmico, modalidade de ensino, curso, turno frequentado, tipo de bolsa recebida e outros tipos de financiamento de estudos), foram identificadas distinções importantes, no caso dos ingressantes na

PUC Minas, com bolsa do ProUni e em relação ao quadro geral de ingressantes da instituição e do restante do país.

Tabela 27 – Distribuição dos ingressantes beneficiários do ProUni na PUC Minas, segundo dados acadêmicos (2010 – 2017)

Variável		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
		(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Grau acadêmico	Bacharelado	83,5	85,7	86,6	86,6	82,5	84,6	85,4	85,9
	Licenciatura	13,2	10,9	8,0	8,2	11,0	11,6	11,0	11,0
	Tecnólogo	3,3	3,4	5,4	5,2	6,5	3,8	3,7	3,1
Modalidade de ensino	Presencial	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0
	Curso a distância	-	-	-	-	-	0,1	-	0,0
Turno	Matutino	35,2	40,0	37,3	37,7	36,2	35,0	35,6	35,5
	Noturno	53,7	51,6	55,4	56,3	45,8	45,7	43,9	45,0
	Vespertino	11,2	8,4	7,4	6,0	15,9	16,8	17,4	16,3
	Integral	-	-	-	-	2,0	2,4	3,0	3,2
	Não aplicável (EaD)	-	-	-	-	-	0,1	-	0,0
Tipo de bolsa	Integral	39,0	40,6	51,1	48,2	70,2	66,0	65,1	59,8
	Parcial	61,0	59,4	48,9	51,8	29,8	34,0	34,9	40,2
Outro financiamento estudantil* (estudantes com bolsa parcial)	Não	46,9	43,7	31,9	34,2	6,0	32,0	20,4	20,9
	Sim	53,1	56,3	68,1	65,8	94,0	68,0	79,6	79,1
Atividade extracurricular	Não	-	-	88,5	86,6	82,1	74,9	71,3	61,2
	Sim	-	-	11,5	13,4	17,9	25,1	28,7	38,8
Total de ingressantes		2.574	3.016	3.102	3.315	2.555	2.850	3.086	3.626

Legenda: *Fies e financiamento não reembolsável de programa da IES
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES/INEP (2011-2018).

No que se refere ao grau acadêmico, a partir do quadro acima, identifica-se a predominância da escolha dos bolsistas por cursos de bacharelado, ao longo do período apresentado. Tal aspecto se associa com o próprio sistema de distribuição de bolsas do programa, no que tange à oferta de vagas nos cursos. Com efeito, em 2017, a PUC Minas ofertou 20.776 (vinte mil setecentos e setenta e seis) vagas em cursos de bacharelado, 1.182 (um mil, cento e oitenta e duas) vagas em cursos de licenciatura e 667 (seiscentos e sessenta e sete) vagas em cursos tecnólogos, o que explica as porcentagens encontradas. A maior opção por curso de bacharelado também acompanhava o que ocorria no ensino superior privado, de maneira geral e também no caso dos bolsistas do ProUni, em Minas Gerais e no Brasil.

Quanto à modalidade de ensino, evidenciou-se pouco investimento da PUC Minas no que se referia à oferta de cursos a distância, o que explicava a quase inexistência de bolsistas na modalidade.

No que concernia ao turno frequentado pelos bolsistas do ProUni, notou-se que, no caso da instituição, não havia uma concentração específica no noturno: os “prounistas” da PUC Minas estariam mais dispersos entre os turnos. Assim como ocorreu no quadro geral de ingressos,

houve uma participação mais elevada dos estudantes nos turnos matutino e vespertinos, quando comparada esta variante com o panorama do ensino superior privado brasileiro.

No caso da modalidade de bolsa, foi maior o percentual de beneficiários de bolsa integral, embora a distribuição dos estudantes entre as duas modalidades de bolsa se desse na instituição de maneira mais “equilibrada”, diferentemente do contexto nacional, em que bolsistas integrais chegaram a corresponder a pouco mais de 74% (setenta e quatro por cento), como já demonstrado. Os financiamentos para bolsistas se sobressaíram na instituição, o que poderia ser o reflexo do volume de bolsas parciais distribuídas. Por fim, o percentual de bolsistas que participaram de atividades extracurriculares foi elevado, se considerados os valores apresentados no contexto nacional.

4.3.1 Articulação de variáveis: identificando relações entre características dos bolsistas e dados de ingresso

Na literatura sobre estratificação educacional, os autores que discutem o acesso e a escolha de cursos de nível superior demonstram que, para além da classe social de origem, o gênero e a raça também se configuram como aspectos que contribuem para a desigualdade de acesso a este nível de ensino e, até mesmo, para sua estratificação horizontal (CAVALHAES; COSTA RIBEIRO, 2019). O perfil escolar e a idade também se configuram como variáveis associadas à tomada de decisão na escolha das carreiras (NOGUEIRA, 2013). Para identificarmos a existência de relações entre as características anteriores ao ingresso (sexo, cor/raça, idade e escola de origem) na PUC Minas e o grau acadêmico, realizaram-se cruzamentos entre estas variáveis e o teste estatístico Qui-quadrado de Pearson (X^2) (DANCEY, 2013), conforme é demonstrado na Tabela 28.

Os resultados dos cruzamentos também permitiram visualizar a distribuição dos estudantes, segundo as variáveis analisadas. O Qui-quadrado de Pearson é um teste estatístico que permite analisar a existência de uma associação entre duas variáveis categóricas, as quais sejam variáveis de escala nominal. No teste, as associações ou relações entre as variáveis foram testadas com um nível de significância de 5% (cinco por cento) para avaliar a hipótese nula de independência entre as variáveis, isto é, o teste é feito com 95% (noventa e cinco por cento) de confiabilidade quanto a existência de associação entre as variáveis apontadas.

Tabela 28 – Associação entre variáveis dos beneficiários do ProUni na PUC Minas (2017)

Variável		Grau acadêmico			Frequência	Total	Teste estatístico
		Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo			
Sexo	Feminino	85,8%	12,3%	1,9%	1.879	100,0%	$X^2 = 25,567$ $\alpha = 0,000$
	Masculino	85,9%	9,6%	4,5%	1.747	100,0%	
Cor/raça	Aluno não quis declarar	89,2%	5,4%	5,4%	93	100,0%	$X^2 = 37,255$ $\alpha = 0,000$
	Branca	89,5%	8,1%	2,4%	1.252	100,0%	
	Preta	82,3%	15,4%	2,3%	514	100,0%	
	Parda	84,0%	12,1%	3,9%	1.701	100,0%	
	Amarela	87,3%	12,7%	0,0%	63	100,0%	
	Indígena	100,0%	0,0%	0,0%	3	100,0%	
Idade	Até 18 anos	88,4%	9,3%	2,3%	622	100,0%	$X^2 = 25,567$ $\alpha = 0,028$
	De 19 a 24 anos	86,1%	11,0%	2,9%	2.446	100,0%	
	De 25 a 29 anos	83,6%	11,8%	4,5%	330	100,0%	
	Acima de 30 anos	80,3%	14,0%	5,7%	228	100,0%	
Escola Ensino Médio	Pública	85,2%	11,5%	3,3%	3.272	100,0%	$X^2 = 13,091$ $\alpha = 0,001$
	Privada	92,1%	6,8%	1,1%	354	100,0%	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES (INEP, 2018).

Os dados produzidos a partir do teste aplicado apresentaram dependência significativa, com 95% (noventa e cinco por cento) de confiabilidade ($\alpha < 0,05$) e mostraram que as variáveis sexo, cor/raça, idade e origem escolar se associavam ao grau acadêmico ao qual os bolsistas se direcionaram. O resultado do cruzamento entre idade e grau acadêmico apresentava um valor mais próximo de 0,05. Mesmo existindo uma associação entre essas duas variáveis, a idade se relacionaria em menor grau que as demais variáveis analisadas. Cabe ressaltar que tal análise pode indicar a associação estatística entre duas variáveis. Entretanto, não permite dizer as razões e nem a direção desta associação, ou seja, não permite análise de causalidade.

Na Tabela 28, também se observa, de modo geral, que os estudantes brancos bolsistas se direcionavam em maior percentual para os cursos de bacharelado, sendo a distribuição de estudantes do sexo feminino e masculino muito próximas. Ademais, os cursos de bacharelado receberam alunos mais novos e, em sua grande maioria (90% – noventa por cento), oriundos de escola privada de Ensino Médio.

Nos cursos de licenciatura, as estudantes do sexo feminino optavam pela formação em maior percentual, assim como os que se identificaram como pretos. Os cursos de licenciatura receberam estudantes mais velhos em relação ao bacharelado e maior percentual de estudantes oriundos do Ensino Médio público. Nos cursos tecnológicos, havia maior número de homens e, dentre os estudantes que autodeclararam sua cor/raça, os pardos representavam maior percentual neste grau acadêmico, apresentando também um percentual maior de estudantes acima de trinta anos e oriundos de escolas de Ensino Médio públicas.

Os resultados destes cruzamentos demonstraram que os estudantes bolsistas do ProUni na instituição seguiam a tendência apontada pela literatura sobre o direcionamento dos indivíduos nos cursos superiores, ou seja, as mulheres optavam mais por cursos de licenciatura que os homens, e os negros, estudantes mais velhos, iam para aqueles cursos de menor prestígio. Ribeiro e Shlegel (2014), em uma análise da trajetória da educação superior dos últimos cinquenta anos no Brasil, identificaram que, com o processo de democratização do Ensino Superior, houve um aumento relativo da participação de mulheres, pretos, pardos e indígenas. Segundo os autores, embora tenha havido uma expansão do acesso, este não representou um processo de inclusão igual em todas as carreiras, pois mulheres e negros se direcionavam mais intensamente para as áreas de menos prestígio no mercado. O acesso ao ensino superior de grupos menos privilegiados pareceu ocasionado a opção por carreiras menos prestigiosas e masculinas. Além disto, o padrão pela escolha dos cursos por grupos raciais em desvantagem social seria semelhante ao das mulheres (RIBEIRO; SHLEGEL, 2014).

4.3.2 Distribuição dos bolsistas por área de conhecimento e participação dos sexos

No que se refere às áreas de conhecimento, os bolsistas do ProUni, na PUC Minas, ingressaram em maiores percentuais nas “Ciências Sociais, Negócios e Direito” e “Engenharia, Produção e Construção”, em 2017.

Quadro 4 – Distribuição dos ingressantes na PUC Minas por área de conhecimento (2017)

Bolsistas ProUni		Ingressos geral	
Áreas OCDE	%	Áreas OCDE	%
Ciências sociais, negócios e direito	39,9	Ciências sociais, negócios e direito	50,5
Engenharia, produção e construção	26,1	Engenharia, produção e construção	22,1
Educação	11,0	Saúde e bem estar social	10,6
Saúde e bem estar social	10,8	Ciências, matemática e computação	6,8
Ciências, matemática e computação	9,9	Educação	5,3
Agricultura e veterinária	1,8	Agricultura e veterinária	3,3
Humanidades e artes	0,6	Humanidades e artes	1,5
Total	100,0	Total	100,0
Frequência	3.626	Frequência	12.138

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

Tabela 29 – Distribuição dos beneficiários do ProUni na PUC Minas, por grau acadêmico, área geral e curso de ingresso (2017)

Grau acadêmico	Área geral*	Curso**	Total ingressos	%
Bacharelado	Ciências sociais, negócios e direito	Direito	397	10,9
		Administração	369	10,2
		Engenharia, produção e construção	196	5,4
		Ciências, matemática e computação	187	5,2
		Engenharia, produção e construção	179	4,9
Licenciatura	Educação	História	61	1,8
		Pedagogia	52	1,4
		Física	48	1,3
		Geografia	47	1,5
		Matemática	46	1,3
Tecnólogo	Ciências, matemática e computação	Jogos digitais	50	1,4
		Ciências sociais, negócios e direito	39	1,1
		Ciências sociais, negócios e direito	24	0,7

Legenda:

* Área geral segundo OCDE

** Foram selecionados os cinco cursos de cada grau acadêmico com maior número de ingressantes

Fonte: elaboração própria a partir do CES/INEP (2018).

Conforme a apresentado no quadro acima, a distribuição dos bolsistas por área se diferia da distribuição do quadro geral de ingressos na instituição. Observou-se que os “prounistas” se dispersavam mais entre as áreas, enquanto, no quadro geral, havia maior concentração nas “Ciências Sociais, Negócios e Direito”. A “Educação” ocupava posição diferente quanto ao número de bolsistas: enquanto 11% (onze por cento) dos “prounistas” se direcionaram para esta área, 5,3% (cinco vírgula três por cento) dos estudantes que ingressaram na instituição optaram por ela.

Selecionando os cinco cursos com maior número de ingressantes bolsistas, nos três graus acadêmicos, observou-se que eles estavam predominantemente em cursos como Direito e Administração, sendo que os cursos de engenharias também correspondiam àqueles com número expressivo de bolsistas. Na PUC Minas, a escolha por bacharelado, por seus ingressos, foi marcante, em 2017, em que majoritariamente os estudantes se direcionavam para cursos de bacharelado e em menor grau para os cursos de licenciatura, demonstrando que, para o público pagante, este último grau acadêmico foi, praticamente, desprezado no processo de escolha.

Uma explicação para a menor opção por licenciatura pelos estudantes que ingressavam na instituição pode estar relacionada ao aumento da ocupação de vagas por estudantes oriundos de escolas privadas de Ensino Médio. As famílias que investem neste tipo de educação tendem a projetar o futuro acadêmico de seus filhos, dando preferência para cursos de maior prestígio

(social, simbólico) e retorno material, o que não é o caso das licenciaturas. Este aspecto se relaciona com o que afirma Nogueira (2018, p. 27), ao comentar sobre a escolha do curso superior e sua relação com as desigualdades sociais e carreiras universitárias: “cursos são hierarquizados do ponto de vista do retorno que oferecem e que os indivíduos se encontram em condições objetivamente muito diferentes ao decidirem por um curso superior, estão profundamente articulados”.

Para se verificar especificamente a escolha dos “prounistas” segundo o sexo, foram selecionados os 10 cursos com maior participação feminina e os 10 cursos com maior participação masculina, organizados no Quadro 5.

Quadro 5 – Distribuição dos bolsistas beneficiários do ProUni na PUC Minas, segundo sexo e curso (2017)

Cursos com maior participação feminina	%	Cursos com maior participação masculina	%
Fonoaudiologia	100,0%	Engenharia eletrônica e de telecomunicações	91,3%
Letras	100,0%	Engenharia de software	91,2%
Odontologia	92,9%	Ciência da computação	88,7%
Fisioterapia	83,1%	Engenharia elétrica	88,4%
Nutrição	82,7%	Sistemas de informação	82,9%
Engenharia química	82,1%	Engenharia de computação	82,6%
Letras - Língua Portuguesa	82,1%	Jogos digitais	82,0%
Enfermagem	81,0%	Engenharia mecânica	81,1%
Pedagogia	80,8%	Engenharia de controle e automação	77,8%
Psicologia	78,7%	Engenharia de energia	76,5%

Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2018).

No caso da PUC Minas, cursos como Letras e Fonoaudiologia receberam 100% (cem por cento) de bolsistas do sexo feminino. Os cursos de licenciatura se destacaram também pela maior presença de mulheres, como apontado no Quadro 5. No caso do sexo masculino, observou-se a predominância masculina em cursos relacionados às engenharias e à computação, o que demonstrou a forte relação entre carreiras e sexo, com as mulheres se dirigindo em maioria para cursos tidos como “femininos” (Fonoaudiologia, Letras, Odontologia, Fisioterapia, Enfermagem e Nutrição, por exemplo), e os homens seguindo mais carreiras “masculinizadas”, principalmente aquelas das engenharias e da área da Informática.

Esta característica da distribuição dos estudantes, influenciada pelo sexo, relaciona-se com a forma como os estereótipos de gênero demarcam áreas e carreiras como orientadas para determinadas “competências” que diferenciariam mulheres e homens. Nesta perspectiva, as mulheres se dirigiriam para áreas que remetem ao cuidado e ao papel da mulher na família, enquanto os homens tenderiam a se direcionar para áreas de Ciências e de Matemática, tidas

como mais masculinas, se caracterizando como um processo de autosseleção acadêmica (NOGUEIRA, 2013).

Os dados trazidos no Quadro 5 também revelaram que, mesmo bolsistas do sexo feminino estando em percentual maior nos cursos de bacharelado, estariam acessando carreiras menos prestigiadas. Os homens, por sua vez, estariam se dirigindo mais para as engenharias, ou seja, para a área que compõe carreiras “imperiais” (VARGAS, 2010) – Medicina, Direito e engenharias.

4.3.2.1 O lugar da licenciatura no ProUni da PUC Minas

Os bolsistas do ProUni que se direcionaram para os cursos de licenciatura na instituição representaram um percentual de 11% (onze por cento), considerando o total de daqueles que ingressaram no ano de 2017. Mesmo que tenham representado um grupo pequeno diante do número de estudantes que se direcionaram para os cursos de bacharelado, há uma particularidade na oferta de bolsas dos cursos de licenciatura, no caso da PUC Minas, pois a instituição se mobilizou e se mobiliza, no sentido de ofertar bolsas nestes cursos para além do que é estipulado pelo ProUni, desta forma, 62% (sessenta e dois por cento) dos estudantes dos cursos de licenciatura eram bolsistas do ProUni naquele ano. Salienta-se que, dentre os beneficiários do programa que ingressaram nestes cursos, 94% (noventa e quatro por cento) foram contemplados com bolsa integral. O quadro acaba por contribuir para a oferta de um número maior de bolsas na licenciatura, área que teria mais procura pelos candidatos ao ProUni e menor procura por estudantes pagantes, segundo as entrevistadas.

O trecho abaixo reproduz a fala de uma das gestoras da PUC Minas que participou desta pesquisa. Esta surgiu quando a entrevistada havia sido indagada sobre a oferta e a opção dos estudantes beneficiários do ProUni pelos cursos de licenciatura. Na perspectiva da Entrevistada A, os estudantes mais carentes, ou seja, que se candidatam às bolsas integrais, escolheriam a carreira, porque não se “identificariam” com outras profissões. Na sequência, reproduzimos o comentário da outra entrevistada sobre o assunto.

[...] todas as licenciaturas têm estudantes com maioria ProUni. É um perfil de aluno que procura licenciatura [...] porque esse aluno que procura é o aluno mais carente, que tem a condição de 100% do ProUni, que se vê professor [...] (era que eu estava falando como que se veem nas carreiras né?)
(Entrevistada A)

O número de bolsas varia para cada curso, no caso da licenciatura, a gente tem um enfoque muito grande. a PUC tem dado um incentivo maior para as licenciaturas, “carrega mão” nesses cursos, se a gente pode falar dessa forma (Entrevistada, B)

No quadro de notas dos ingressantes, pôde ser verificado que estas notas de corte¹⁸, dos cursos de licenciatura, eram inferiores às notas dos cursos de bacharelado. Ao se fazer esta comparação, torna-se possível dizer que os candidatos às bolsas do ProUni, os quais optaram por cursos de licenciatura na PUC Minas, poderiam estar condicionados a escolher os cursos pela nota obtida no ENEM, ou seja, aqueles que obtiveram notas mais baixas se direcionaram para os cursos em questão, por estes se configurarem como menos seletivos. Com base nos dados que possuíamos para análise, não foi possível fazer constatações acerca da competitividade dos cursos, uma vez que seria necessário conhecer a relação candidato por vaga. Branco *et al.* (2016) colocam que, em modos de seleção como este, o prestígio do curso se constitui do quanto maior for a relação candidato/vaga e do quanto maior for a nota mínima para se ingressar nele.

Contudo, Ariovaldo (2018) identificou que a competitividade poderia não se relacionar, necessariamente, com a seletividade do curso. No caso, a implementação do SiSU ocasionou mudanças na competitividade dos cursos e, no caso da instituição investigada pela autora, os cursos de licenciatura que historicamente demandaram baixa nota para ingresso e baixo número de candidatos/vagas, tiveram um aumento no número de candidatos, mas mantiveram as notas baixas para o ingresso. Desta forma, tais cursos se tornaram competitivos, mas o prestígio deles não sofreu modificação. Este fenômeno pode ser associado ao ocorrido na PUC Minas, de maneira que, através da fala da Entrevistada A, haja uma grande procura pelos cursos de licenciatura pelos candidatos ao ProUni, o que não modificaria sua seletividade (nota de corte). A grande procura por cursos de licenciatura pelos candidatos do ProUni na instituição ocasionaria em uma maior relação de candidato por vaga e, conseqüentemente, no aumento da competitividade por bolsas nestes cursos. Suas notas, entretanto, continuariam abaixo das notas de candidatos que se direcionavam para os cursos de bacharelado, por exemplo.

¹⁸ A nota de corte é a nota mínima para a aprovação no processo seletivo, tendo como referência a nota do último candidato classificado.

Quadro 6 - Notas de corte dos beneficiários do ProUni nos cursos de licenciatura na PUC Minas (2017)

Ingressantes 1º sem. 2017		Ingressantes 2º sem. 2017	
Curso	Nota de corte	Curso	Nota de corte
Educação Física - Licenciatura	519,32	História - Licenciatura	592,36
Filosofia - Licenciatura	507,58	Letras Português/Inglês	588,20
História - Licenciatura	489,74	Letras Português	587,24
Letras Português	487,84	Pedagogia	580,10
Letras Português/Inglês	478,76	Matemática	577,42
Matemática	474,74	Física	574,12
Geografia - Licenciatura	468,74	Ciências Biológicas - Licenciatura	574,10
Ciências Sociais - Licenciatura	464,50	Educação Física - Licenciatura	569,72
Pedagogia	459,80	Educação Física - Licenciatura	558,52
Ciências Biológicas - Licenciatura	454,32	Ciências Sociais - Licenciatura	511,44
Educação Física - Licenciatura	453,04	Geografia - Licenciatura	506,42
Física	452,78	Filosofia - Licenciatura	494,40

Fonte: elaboração própria a partir de dados cedidos pela PUC Minas (2019).

Quadro 7 – Notas de corte dos beneficiários do ProUni nos cursos de bacharelado na PUC Minas (2017)¹⁹

Ingressantes 1º sem. 2017				Ingressantes 2º sem. 2017			
Unidade	Curso	Turno	Nota de corte	Unidade	Curso	Turno	Nota de corte
Betim	Medicina Veterinária	Integral	690,41	Contagem	Engenharia Mecânica	Manhã	702,23
São Gabriel	Engenharia Aeronáutica	Manhã	680,71	Poços de Caldas	Engenharia Civil	Noite	700,21
Poços de Caldas	Direito	Manhã	669,32	Poços de Caldas	Administração	Noite	693,20
Poços de Caldas	Direito	Noite	669,18	Poços de Caldas	Relações Internacionais	Tarde	692,06
Contagem	Direito	Noite	663,30	Poços de Caldas	Engenharia de Produção	Manhã	687,09
Barreiro	Ciências Contábeis	Virtual	661,27	Contagem	Engenharia Mecânica	Noite	684,98
Coração Eucarístico	Direito	Tarde	659,52	Poços de Caldas	Engenharia Elétrica	Noite	678,87
Poços de Caldas	Engenharia Civil	Manhã	658,68	Coração Eucarístico	Teologia	Manhã	670,28
Contagem	Direito	Manhã	658,63	Poços de Caldas	Fisioterapia	Manhã	669,28
Poços de Caldas	Arquitetura e Urbanismo	Integral	657,77	Poços de Caldas	Direito	Noite	668,79

Fonte: elaboração própria a partir de dados cedidos pela PUC Minas (2019).

A baixa nota de corte dos ingressantes nas licenciaturas também pode revelar um contexto de segregação no sistema público de Educação Básica, pois, a depender do tipo de escola pública frequentada e da formação oportunizada por esta instituição, alguns candidatos estariam “aptos” a concorrer em cursos com notas de cortes mais elevadas, enquanto aqueles que estudaram em condições mais precárias se destinariam a cursos menos seletivos devido à baixa nota obtida no ENEM. Deste modo, é possível utilizar do argumento de que o ProUni contribuiria

¹⁹ Selecionados os dez cursos com as maiores notas de corte nas duas entradas.

para conservar desigualdades existentes na trajetória escolar dos candidatos, haja vista a existência de desigualdades no sistema escolar, as quais favoreceriam alguns indivíduos que tiveram oportunidade de estudar em escolas públicas ou mesmo privadas (como bolsista integral) com um diferencial de qualidade de ensino. Outros candidatos, os quais não tiveram a mesma oportunidade, teriam poucas condições de competir em igualdade pelas bolsas. Tal aspecto apareceu de maneira notável em trechos das entrevistas, quando as entrevistadas foram indagadas sobre o processo de escolha dos cursos pelos bolsistas e sobre o acesso a cursos mais seletivos.

O ProUni, então, é o contrário, primeiro é o mérito e depois que é verificada a questão socioeconômica [...] muitas vezes temos alunos com uma bolsa de 50%, por exemplo, porque que, pela nota, ele tá mais fraco, mas, pela renda, ele é mais pobre [...] entendeu? Isso é uma coisa que não tem como a gente mexer [...] Outra questão, por exemplo, é que o aluno tem que ter estudado em escola pública todo [o] segundo grau e você sabe que existem “escolas públicas” e “escolas públicas” (Entrevistada B)

Nas relações internacionais, sobra muita bolsa, porque pobre não se vê nesse curso. (Entrevistada B)

Se ele não entende muito bem o sistema, ele pode estar fazendo a opção [por] um curso menos concorrido, porque ele vê que consegue o que a nota dele permite, mas, por outro lado, será que ele não se vê também em outras áreas? (Entrevistada A)

[...] essa questão do perfil dos cursos que me preocupa, não que eu não acho bom que eles só venham mais para licenciatura [...], mas é preciso a existência de uma política que busque cobrir outras carreiras [...] atender também para cobrir esse aluno que não vai para o [curso de] Medicina [...] questão com alguns fatores que influenciam, como o capital social e cultural mesmo (Entrevistada A)

Segundo o que a Entrevistada A declara, a instituição adotou como política ofertar em maior número bolsas integrais do ProUni nos cursos de licenciatura, uma vez que um público mais carente se destinava para tais cursos. Porém, ponderamos que a oferta de bolsas de 50% (cinquenta por cento) para este público não condizia com a realidade, porque um número considerável de bolsistas não tinha condição de arcar com o restante da mensalidade e se manter na universidade.

De modo geral, o público de estudantes das licenciaturas pareceu compor o quadro de “prounistas” mais carentes e com uma trajetória escolar pregressa que o colocaria em desvantagem na concorrência por carreiras mais bem posicionadas na hierarquia de cursos, assim, a opção por licenciaturas se relacionaria à uma escolha pelo possível diante da nota obtida no ENEM. Felicetti (2018) indica não haver uma única resposta quanto à escolha dos “prounistas” pelas licenciaturas. Mesmo que muitos estudantes justificassem a escolha por afinidade ou por

habilidades relacionadas à área, não se descarta o fato de haver estudantes bolsistas que repou- sam suas justificativas no que se refere à baixa concorrência e ao acesso mais fácil ao curso. Já Oliveira e Bock (2016) também ressaltam a existência de diferentes razões dadas à escolha do curso e que, muitas vezes, por questões de valores do indivíduo, a verdadeira razão é ocultada, ou simplesmente acredita-se que a escolha dependeu exclusivamente dele, além disto, o reco- nhecimento de que as escolhas se relacionam com as condições sociais não é difundido entre os bolsistas.

4.3.3 Os desafios enfrentados na permanência e as características do percurso acadêmico dos bolsistas

Antes de abordar os resultados específicos obtidos na análise da coorte, é importante mencionar a questão das áreas territoriais em que as instituições se fazem presentes. Alguns estudos sobre a questão da permanência dos estudantes beneficiários do ProUni apontam este aspecto como importante na tomada de decisão pelos cursos e instituições, tratando-se também de uma dimensão que se associa à própria permanência no ensino superior. No caso da PUC Minas, a universidade se situa em localidades, principalmente na cidade de Belo Horizonte, de fácil acesso pelo público que a frequenta, seja pelo uso do transporte público, seja pelo acesso em transporte próprio.

Por se tratar de um público que tem como característica ser composto por estudantes- trabalhadores, o deslocamento entre local de residência/trabalho/universidade condiciona tanto o acesso quanto a permanência destes nos cursos (ABDAL; NAVARRA, 2014). Estudantes bolsistas do ProUni, na PUCPR, por exemplo, apontaram que uma das dificuldades para per- manecer no curso se referia ao tempo gasto com a mobilidade entre casa, trabalho e universi- dade, o que demandava pelo menos duas horas por dia, tempo tido como excessivo na jornada diária daqueles jovens (CORBUCCI, 2018). Neste sentido, a PUC Minas também reconheceu tal dificuldade dos bolsistas, buscando estabelecer estratégias na localização dos cursos, prin- cipalmente das licenciaturas – nas quais receberiam um público mais carente:

o que a gente faz é dar uma racionalidade nas atividades, da maneira que esse aluno possa aproveitar muito bem no deslocamento, que a gente sabe que pode ser pesado para ele. Agora nós temos um acesso muito bom [se referindo à unidade Coração Eucarístico, na qual estão centralizados os cursos de licenciatura]. Tem o metrô aqui e linhas de ônibus diversas [...] e os alunos também se organizam num sistema de caronas que é muito bom para eles [...] (Entrevistada A)

Nas entrevistas realizadas, outros aspectos se mostraram muito relevantes para a permanência dos estudantes bolsistas: as dificuldades na trajetória e o destaque acadêmico destes estudantes. As dificuldades apontadas iam desde problemas financeiros que afetavam o público de todos os cursos até aquelas sobre o acompanhamento dos cursos, em razão das insuficiências de um passado escolar mais frágil.

Um aluno não estava vindo muito na aula, ele tinha bolsa integral, e a gente foi entrar em contato com ele, ligando [...] aí ele foi e falou que estava passando fome em casa e não tinha nem como vir às aulas (Entrevistada B)

Uma moça aqui desistiu, porque não estava tendo como vir, ela tinha bolsa de 100% [...] ela estava desempregada e o marido também. Ela não tinha como permanecer e desistiu. (Entrevistada B)

Entretanto, de acordo com as falas das entrevistadas, o que pareceu ser o obstáculo maior para a permanência dos bolsistas foi a condição social, ou seja, a origem social dos estudantes não lhes permitia, muitas vezes, adquirir determinados capitais necessários para “transitar” pelo meio universitário.

Será que ele se viu como aquele profissional? Será que ele deu conta? Porque você imagina alguém que nunca tinha uma proficiência em inglês, que é uma língua mais complexa e que não tem nada a ver com sua raiz [...] não é fácil e ele tem até o final do curso [...] ele tem que passar por todas essas coisas, com dificuldades financeiras [...] (Entrevistada A, sobre dificuldades de estudantes bolsistas no curso de Relações Internacionais)

Sobre a permanência deles [...] no caso do aproveitamento escolar exigido pelo programa, acontece muito nas engenharias ou na Economia de estudantes perder a bolsa. (Entrevistada B)

[...] não conseguem aquele aproveitamento exigido pelo MEC para permanência [...] é uma característica das turmas de Ciência da Computação também. E um curso que tem muito disso, como nas engenharias principalmente, disciplinas de cálculos. [...] Direito também às vezes acontece, porque exige muita leitura. (Entrevistada B)

O desempenho dos “prounistas” tem se configurado como outro fator marcante na carreira acadêmica destes na instituição. As pesquisas que tratam do desempenho dos bolsistas do ProUni demonstram que estes estudantes apresentam rendimentos acadêmicos muitas vezes superior aos estudantes não beneficiários. A PUC Minas possui um programa de premiação no

que se refere ao desempenho estudantil, o qual é intitulado Destaque Acadêmico²⁰: o número de bolsistas contemplados se apresenta de maneira crescente, desde sua implementação na instituição. Na Tabela 30 e na Tabela 31 observa-se o crescimento do número de bolsistas premiados por unidade e os cursos com maior número de estudantes bolsistas contemplados com o prêmio. Para as entrevistadas, a perspectiva de que os “prounistas” são estudantes “dedicados” e “conscientes de sua oportunidade” surge como forma de distinção destes estudantes, sendo a obtenção do Destaque Acadêmico resultado disto. Quando foi indagada sobre desempenho dos bolsistas, uma das entrevistadas enfatizou:

[...] quantos destaques acadêmicos são do ProUni? Em algumas áreas é muito maior aluno ProUni do que não ProUni [...] O ProUni trouxe um aluno melhor não só academicamente, mais guerreiro, lutador [...] e além disso esse aluno virou destaque acadêmico, então, [o] quadro está ótimo, não pode ser melhor. O programa é vitorioso nesse sentido. (Entrevistada A)

Tabela 30 – Evolução no número de bolsistas do ProUni com destaque acadêmico na PUC Minas (2005 – 2018)

Unidades	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Campus Coração Eucarístico	3	15	27	40	43	40	50	49	62	46	52	55	43	579
Unid. Educ. São Gabriel	2	2	7	9	11	12	14	20	16	17	15	19	20	182
Campus Betim	1	6	14	13	11	12	12	9	15	16	16	16	18	172
Campus Poços de Caldas	0	5	7	11	11	9	14	11	13	13	16	14	16	153
Unid. Educ. Barreiro	0	2	6	7	7	10	12	12	15	16	15	15	15	146
Campus Contagem	2	5	5	6	8	11	5	10	10	7	12	12	7	108
Campus Arcos	0	2	7	6	11	11	8	6	5	8	0	3	4	76
Unid. Educ. Praça da Liberdade	0	0	1	3	0	0	0	0	2	1	7	9	10	33
Campus Ganhães	0	2	2	2	3	4	2	2	1	2	0	0	0	22
Campus Serro	0	1	2	0	2	3	0	1	0	2	0	2	0	15
Campus Uberlândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	8	40	78	97	107	112	117	120	139	128	133	145	134	1.487

Fonte: elaboração própria a partir dos dados cedidos pela PUC Minas (2019).

²⁰ O Destaque Acadêmico é um prêmio concedido pela instituição, com a finalidade de incentivar os alunos na dedicação aos estudos. A cada semestre, um aluno de cada curso (e turno) recebe o prêmio e também uma bolsa de estudo de 50% (cinquenta por cento) para o próximo período. Os requisitos requeridos são: obter o mínimo de oitenta pontos nas médias das notas finais; ter cursado, no mínimo, três disciplinas no semestre e ter sido indicado como Destaque da Disciplina pelo menos por um dos professores

Tabela 31 – Quinze cursos com maiores números de Destaque Acadêmico na PUC Minas (2005 a 2018)

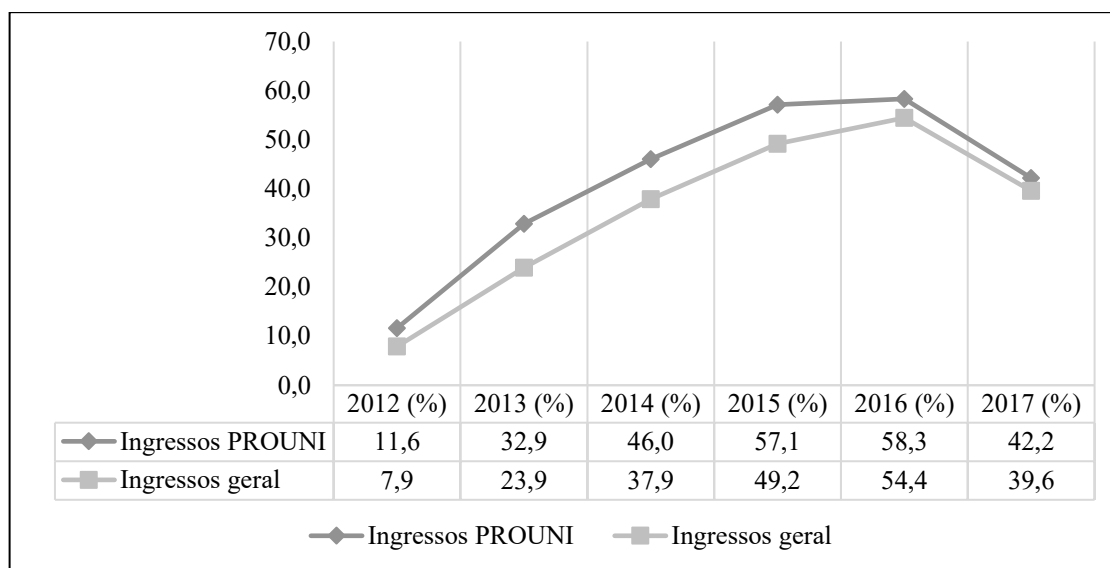
Curso	Total de destaques	Bolsistas Prouni
Administração	376	149
Direito	514	96
Enfermagem	170	84
Sistemas de Informação	194	82
Psicologia	222	68
Engenharia Civil	158	60
Ciências Contábeis	145	59
Fisioterapia	118	47
Engenharia de Produção	112	37
Engenharia Elétrica	87	37
Engenharia Mecânica	100	34
Publicidade e Propaganda	76	29
Ciência da Computação	64	27
Pedagogia	85	27
Serviço Social	56	24

Fonte: elaboração própria a partir de dados cedidos pela PUC Minas (2019).

Outros elementos que permitiriam conhecer melhor as condições de permanência (Bolsa Permanência; Bolsa de Extensão; Bolsa de Monitoria; Bolsa de Pesquisa; Bolsa de Estágio) estão presentes no Censo da Educação Superior do MEC, contudo, o preenchimento destes campos é precário, fato que ocorre de maneira geral no caso das instituições privadas. Desta forma, não é possível acompanhar precisamente a trajetória dos estudantes quanto à participação neste tipo de atividade e, assim, compreender o grau de participação dos bolsistas nelas. Assim, só foi possível verificar os aspectos relacionados à participação em atividades extracurriculares²¹, mas sem que se pudesse fazer o acompanhamento específico sobre como os estudantes se distribuam dentre tais atividades.

²¹ Segundo o censo (INEP, 2018), as atividades extracurriculares consistem em: estágio não obrigatório; extensão; monitoria e pesquisa.

Gráfico 5 – Evolução da participação em atividade extracurricular dos ingressantes na PUC Minas em 2012



Fonte: elaboração própria a partir do CES (INEP, 2013-2018).

Como já colocado anteriormente, a PUC Minas é uma instituição que se destaca quanto ao grau de participação de estudantes em atividades extracurriculares, aspecto que abrange tanto estudantes bolsistas do ProUni quanto o quadro de estudantes de maneira geral. No Gráfico 5 é possível acompanhar a trajetória dos estudantes que ingressaram em 2012²², no que se refere à participação nas atividades. Nota-se que o nível de participação dos estudantes bolsistas e do público do quadro geral de estudantes da instituição tem uma trajetória muito parecida quanto à inserção nas atividades. No caso dos estudantes com bolsa, houve um percentual maior de envolvimento, desde o primeiro ano na universidade, o que apresentava crescimento até o penúltimo ano analisado e, no ano seguinte, ocorreu expressiva diminuição que pode ser explicada pelo fato de que correspondia a um período de conclusão de curso. Mesmo com trajetórias parecidas, o “prounista” apresentava maior participação.

Poucos estudos trazem o processo de envolvimento dos estudantes de graduação em atividades extracurriculares. Oliveira e Santos (2016) focalizam o caráter de busca de conhecimento, para além do curricular, por parte dos estudantes; ou ainda a própria busca de relacionar teoria e prática, de modo que se permita ter um contato com o “lado” profissional do curso.

²² Para tanto, foi elaborada uma coorte, considerando os estudantes que ingressaram em 2012, acompanhando seu percurso estudantil até o ano de 2017, o que possibilita identificar o comportamento destes ao longo do período em questão.

Para as autoras, a participação em atividades extracurriculares gera maior identificação dos estudantes com seu curso e favorece a adaptação acadêmica, tendo, inclusive, efeitos sobre a permanência no curso de ingresso.

Quando realizada no espaço acadêmico, a atividade extracurricular traz outra perspectiva na formação dos estudantes, uma vez que oportuniza um contato mais próximo com professores e colegas e melhor entendimento sobre o processo de pesquisa (OLIVEIRA; SANTOS, 2016). Bardagi e Hutz (2012) ressaltam que o envolvimento em atividades acadêmicas se associa a uma identificação e à satisfação profissional, como também ao comprometimento do estudante com o curso. Os autores afirmam que a participação em atividades extracurriculares tem como impacto o desenvolvimento pessoal e profissional, e que aqueles que participam das atividades conseguem descrever melhor os sentimentos em relação à escolha do curso e apresentam percepção mais realista da profissão.

O que a coorte dos bolsistas do ProUni, na PUC Minas mostra é o “lugar” que estes ocupam na universidade quanto ao aproveitamento acadêmico, o que contribuiria para maior integração universitária dos estudantes e promoveria mais chances de permanência (TINTO, 2012). Na perspectiva de uma das gestoras entrevistadas, esses estudantes apresentavam maior identificação e apropriação da universidade, em razão do melhor “aproveitamento” do espaço universitário, com a participação em atividades para além das curriculares, sendo notável esta participação dos bolsistas nas atividades de monitoria e Iniciação Científica, principalmente, daqueles inseridos nos cursos de licenciatura.

Eu acho que, numa sala de licenciatura, que é maioria aluno ProUni, que não tem uma atividade extracurricular, difícil não estar numa pesquisa ou extensão.

[...] ele fica o dia inteiro na universidade [...] desde [a] manhã sai daqui à noite, então, ele tem uma vida universitária mesmo, né? Não é que ele vai estudar à noite e pronto [...] ele permanece aí [...] mesmo que não seja esse curso de carga horária integral. (Entrevistada A – sobre a participação dos bolsistas de licenciatura em atividades extracurriculares)

Para identificar os cursos frequentados pelos estudantes participantes das atividades extracurriculares, utilizou-se da coorte com ingressantes em 2012, selecionando, ao longo dos anos e até 2017, os dez cursos que apresentavam maiores percentuais de participação nas atividades em questão. Obtendo uma lista de cursos do período analisado, construiu-se uma nuvem de palavras²³. Além da nuvem de palavras, foram listados os cursos que mais se destacaram

²³ Metodologia na qual se destacam as palavras segundo o número de vezes em que elas aparecem.

quanto ao percentual de estudantes participantes, o também permitiu aferir a existência de cursos recorrentes, os quais poderiam ser visualizados de acordo com o destaque que recebeu na nuvem. Neste sentido, observam-se, na Figura 8, os cursos com maior destaque de participação dos “prounistas”, Jornalismo e Educação Física, ou seja, de 2012 a 2017, os estudantes destes dois cursos estiveram mais presentes nas atividades extracurriculares. No conjunto dos cursos, as licenciaturas se configuraram como formação mais recorrente do que o bacharelado, demonstrando que a participação nas atividades extracurriculares ocorreu mais em determinados cursos, ao longo do período apresentado.

Figura 8 – Nuvem de palavras com acompanhamento da participação dos cursos em atividade extracurricular referente aos estudantes que ingressaram na PUC Minas (2012-2017)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES/INEP (2013-2018).

Sobre o financiamento estudantil, de modo geral, o uso do Fies, pelos estudantes com bolsa de 50% (cinquenta por cento) do ProUni, se configurava como um elemento importante para a continuidade no curso ao longo dos anos analisados. Mesmo obtendo bolsa parcial, os estudantes beneficiários do ProUni demandavam financiamento estudantil, o que poderia demonstrar que obter 50% (cinquenta por cento) de desconto no valor da mensalidade não era garantia de que o estudante permanecesse no curso e, assim, ele poderia necessitar de um financiamento para custear a outra parte da mensalidade.

Tabela 32 – Cursos com maiores percentuais de estudantes bolsistas do ProUni com Fies (2017)

Curso	Possui FIES?		
	Sim	Não	Total
Ciências Sociais	100,0%	-	100,0%
Publicidade e Propaganda	100,0%	-	100,0%
Engenharia eletrônica e de telecomunicação	80,0%	20,0%	100,0%
Enfermagem	66,7%	33,3%	100,0%
Estudantes com ProUni parcial			
Engenharia elétrica	62,5%	37,5%	100,0%
Psicologia	61,5%	38,5%	100,0%
Ciência Biológicas	60,0%	40,0%	100,0%
Engenharia de controle e automação	60,0%	40,0%	100,0%
Medicina veterinária	60,0%	40,0%	100,0%
Direito	52,7%	47,3%	100,0%

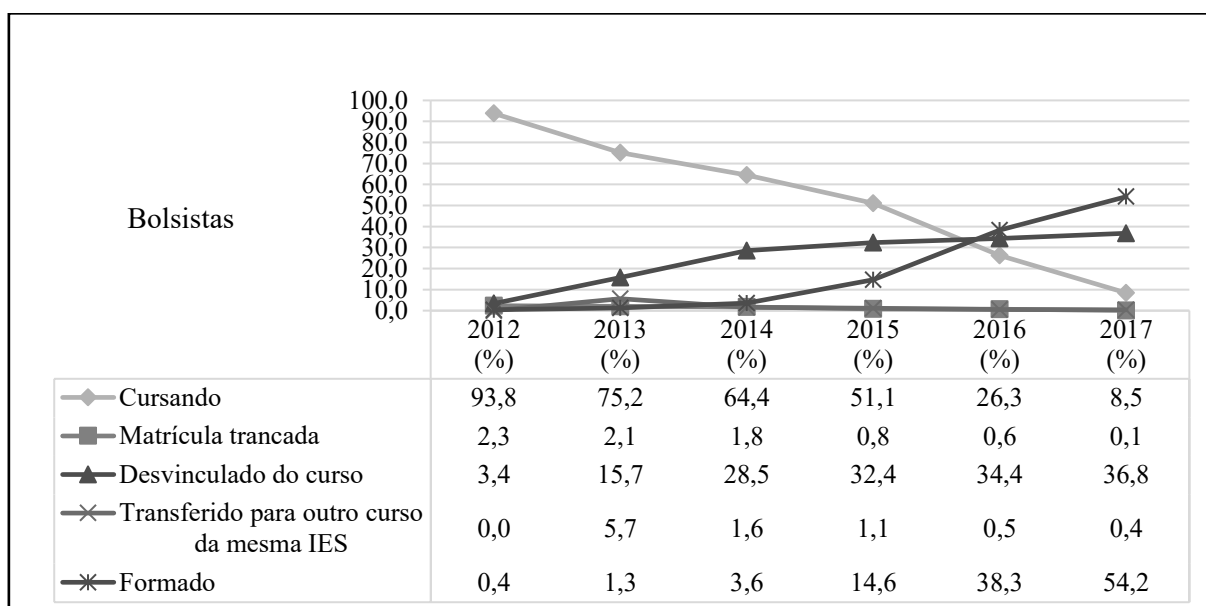
Fonte: elaboração própria a partir do CES/INEP (2018).

Na Tabela 32 foram selecionados os dez cursos que apresentavam maiores percentuais de estudantes bolsistas com o financiamento do Fies, no ano de 2017. Uma primeira observação é de que havia uma diversificação de cursos em que os “prounistas” recorriam ao financiamento. Outra observação é que alguns cursos não correspondiam àqueles com valores de investimento ou mensalidades mais elevados dentre os cursos da PUC Minas, o que poderia demonstrar a dificuldade de alguns estudantes em arcar com o restante do valor mensal do curso, mesmo para aqueles com mensalidades mais baixas.

4.3.4 Explorando a situação acadêmica dos bolsistas na PUC Minas

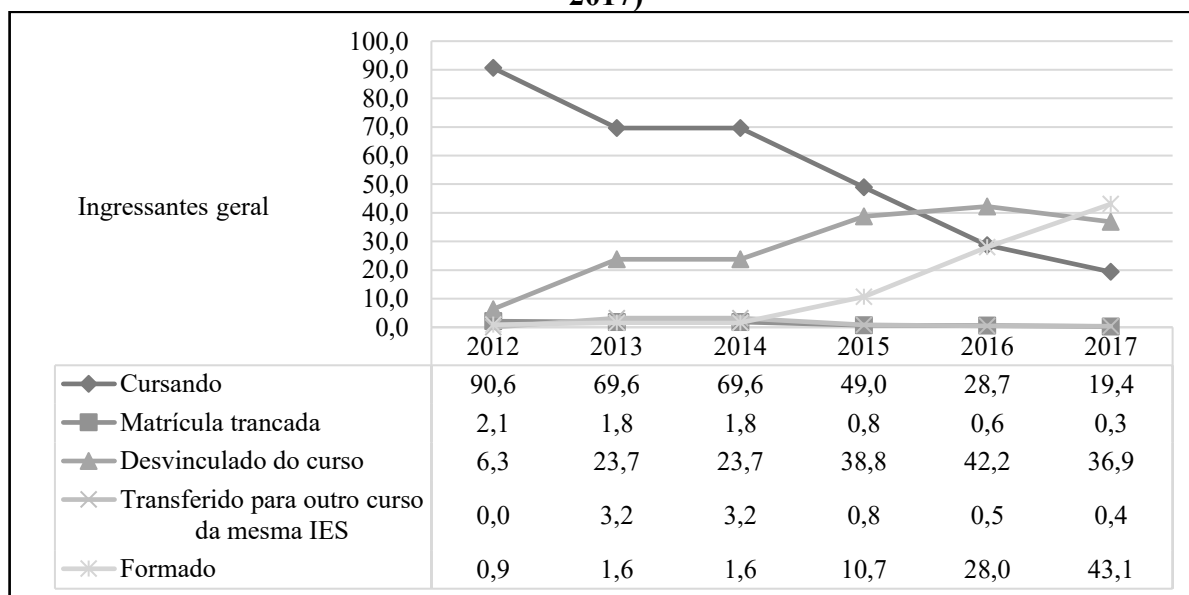
O CES fornece informações sobre o “*status*” ou o vínculo do estudante no curso de ingresso, através da variável “situação”. Esta variável permite identificar se o estudante ainda está cursando, se trancou a matrícula no curso, se está desvinculado do curso, transferido para outro curso dentro da mesma instituição, formado ou falecido. Utilizaremos a coorte de ingressantes na PUC Minas, em 2012, para examinar como os estudantes com bolsa do ProUni configuraram sua trajetória na universidade, segundo sua situação acadêmica.

Gráfico 6 – Evolução da situação acadêmica dos bolsistas do ProUni na PUC Minas (2012-2017)



Fonte: elaboração própria a partir do CES/INEP (2018).

Gráfico 7 – Evolução da situação acadêmica dos ingressantes na PUC Minas (2012 a 2017)



Fonte: elaboração própria a partir do CES/INEP (2018).

Nos gráficos acima, são apresentadas a situação acadêmica, em 2017, dos estudantes que ingressaram em 2012. Verifica-se que 54% (cinquenta e quatro por cento) dos estudantes haviam se formado até 2017, ou seja, ao fim de um período de seis anos, somente este percentual de estudantes havia se formado dentro do tempo esperado para a graduação. Outro ponto a se

destacar se referia ao elevado percentual de estudantes que se desvincularam de seus cursos, ao final do período analisado: cerca de 37% (trinta e sete por cento) evadiram de seus cursos de ingresso (considerando as categorias “desvinculado do curso” e “transferido para outro curso da mesma IES”), no caso dos beneficiários do ProUni.

Nota-se que, no quadro geral de ingressantes, a situação era diversa, se verificados os percentuais de concluintes e daqueles que ainda estavam cursando no ano de 2017. Nota-se que estes estudantes apresentavam um percentual de conclusão mais baixo e de “ainda estão cursando” mais elevado. Estes dados indicavam que os estudantes demorariam mais para concluir seus cursos, entretanto, seu grau de evasão era semelhante ao dos estudantes com bolsa do ProUni.

Tabela 33 – Situação acadêmica em 2017 dos bolsistas do ProUni ingressantes na PUC Minas em 2012, segundo sexo, cor/raça e origem escolar e teste qui-quadrado

Variável		Cursando	Matrícula trancada	Desvinculado do curso	Transferido para outro curso da mesma IES	Formado	Total	
Sexo	Feminino	6,7%	0,1%	33,2%	0,3%	59,6%	100,0%	X = 52,102 $\alpha = 0,000$
	Masculino	10,8%	0,2%	41,9%	0,5%	46,7%	100,0%	
Cor/raça	Branca	29,9%	0,6%	5,8%	1,3%	62,4%	100,0%	X = 7,868 $\alpha = 0,953$
	Parda	32,6%	0,6%	8,1%	1,5%	57,2%	100,0%	
	Preta	30,8%	0,0%	10,6%	1,0%	57,7%	100,0%	
	Aluno não quis declarar	35,3%	0,0%	5,9%	2,9%	55,9%	100,0%	
	Amarela	30,0%	0,0%	10,0%	5,0%	55,0%	100,0%	
Idade	Até 18 anos	8,9%	0,0%	33,3%	0,4%	57,4%	100,0%	X = 17,593 $\alpha = 0,129$
	De 19 a 24 anos	8,5%	0,2%	35,9%	0,6%	54,9%	100,0%	
	De 25 a 29 anos	7,7%	0,0%	42,9%	0,0%	49,3%	100,0%	
	Acima de 30 anos	8,5%	0,0%	40,8%	0,0%	50,7%	100,0%	
Escola Ensino Médio	Pública	31,4%	0,3%	7,6%	1,6%	59,2%	100,0%	X = 16,54 $\alpha = 0,002$
	Privada	31,8%	4,5%	4,5%	0,0%	59,1%	100,0%	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do INEP.

Buscando compreender melhor a situação acadêmica dos “prounistas”, foi realizado um cruzamento entre suas características anteriores ao ingresso (sexo, cor/raça, idade e escola de Ensino Médio) e sua situação acadêmica (tipo de vínculo com o curso/instituição), no ano de 2017, último ano do período analisado, e os resultados foram apresentados no Tabela 33. Além deste cruzamento, realizamos o teste qui-quadrado, para identificar se haveria relação entre tais características e a situação acadêmica no ano investigado.

Com relação ao sexo dos bolsistas, o feminino apresentava maior percentual de conclusão do curso, tendo quase 60% (sessenta por cento) das ingressantes, em 2012, formadas em 2017; quanto aos homens, além de eles apresentarem menor percentual de formaturas, apresentaram também maior percentual de evasão do curso (“desvinculado do curso” e/ou “transferido

para outro curso”) e de estudantes ainda cursando. Neste sentido, o teste qui-quadrado demonstrou que havia associação entre a variável sexo e situação acadêmica.

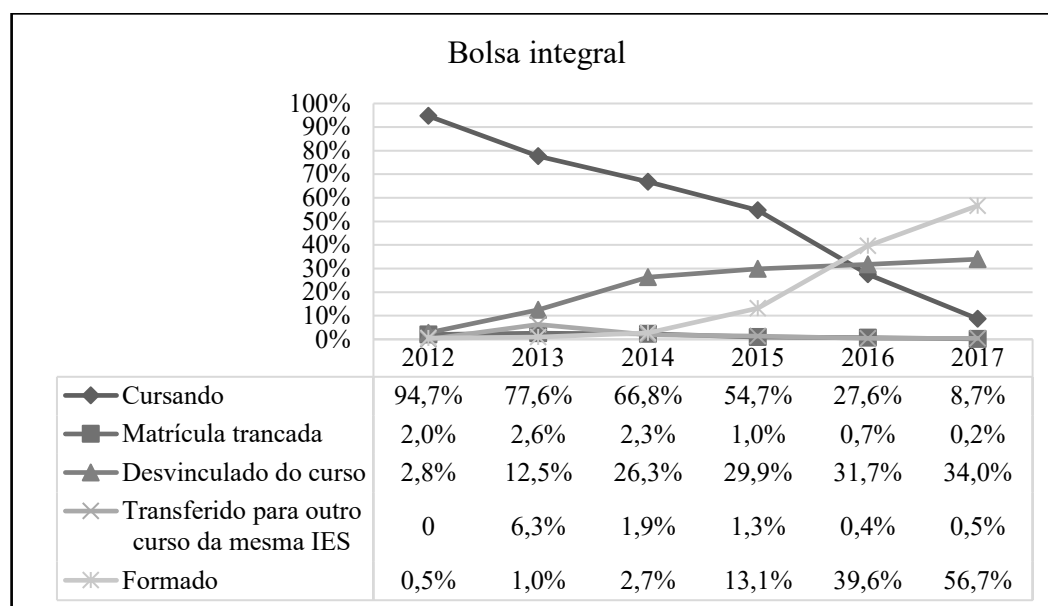
Este é um fator que alguns autores já vêm discutindo. Rosemberg e Madsen (2011) apontam que, na década de 1990, período marcado por mudanças na educação, principalmente quanto ao acesso, meninas e mulheres já vinham apresentando indicadores de acesso e progressão educacional mais positivos que meninos e homens, embora as autoras também reconheçam e destaquem a questão das desigualdades intragrupos de mulheres. Corbucci *et. al* (2016) também afirmam que, no quadro das pesquisas sobre a evasão no Ensino Superior, observa-se um resultado semelhante: o sexo feminino apresenta resultados mais favoráveis que o sexo masculino.

Ao ser analisado o aspecto da cor/raça, o teste qui-quadrado informou que não havia associação entre esta variável e a situação acadêmica do bolsista. A situação acadêmica em que se encontrava o estudante não dependia, portanto, de sua identificação racial ou étnica. Entretanto, alguns pontos podem ser destacados: o percentual de conclusão do curso, em que os estudantes que se identificaram como brancos apresentaram maior percentual de estudantes formados, ao passo que aqueles que se identificaram como negros apresentaram maior percentual de evasão (21% – vinte e um por cento).

No âmbito da idade, o teste qui-quadrado também demonstrou a não existência de associação entre esta variável e a situação do estudante. Observamos apenas que aqueles que ingressaram mais novos apresentaram maior percentual de conclusão de curso e os estudantes com idade de ingresso acima de vinte e cinco anos estavam entre os menores percentuais de formados, ademais, os estudantes com esta última mesma faixa de idade foram os que apresentaram maiores percentuais de evasão do curso. Uma explicação para o fato de que a faixa de estudantes mais velhos ostente menor taxa de conclusão do curso e maior taxa de evasão poderia estar no próprio perfil do estudante que, para além da inserção no mercado de trabalho, também estaria mais propenso ao sustento do lar e a obrigações para com sua própria família, o que, sem dúvida, dificultaria o prosseguimento dos estudos e sua conclusão no tempo regular.

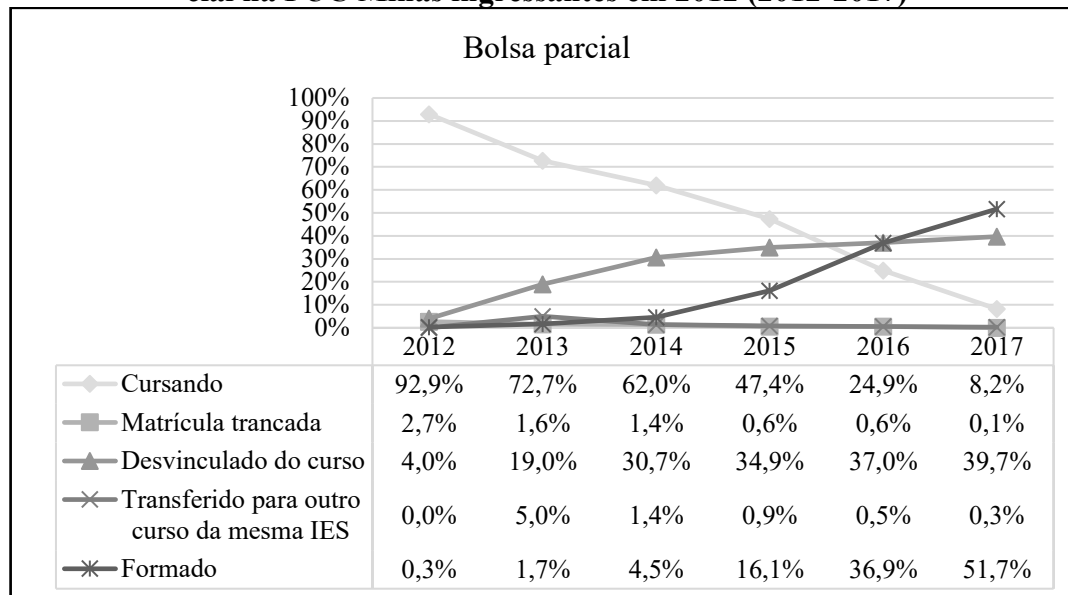
Quanto ao tipo de escola em que cursaram o Ensino Médio, o teste qui-quadrado evidenciou uma relação entre a origem escolar dos bolsistas e sua situação acadêmica. Neste caso, foi possível destacar que aqueles que estudaram em escola pública apresentaram maior evasão do curso, se colocados em relação aos estudantes provenientes de escola particular.

Gráfico 8 - Evolução da situação acadêmica dos beneficiários do ProUni com bolsa integral na PUC Minas ingressantes em 2012 (2012-2017)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES/INEP (2018).

Gráfico 9 - Evolução da situação acadêmica dos beneficiários do ProUni com bolsa parcial na PUC Minas ingressantes em 2012 (2012-2017)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CES/INEP (2018).

Voltando-se especificamente para o tipo de bolsa em que o estudante foi beneficiado, construíram-se os dados apresentados nos gráficos acima constam a evolução das situações a partir desta particularidade. O gráfico mostra que foi muito próxima a evolução acadêmica dos estudantes com a bolsa integral ou parcial, notando-se, contudo, diferenças nos percentuais de

evasão e de conclusão do curso, ao final do período analisado, assim, os bolsistas com bolsa parcial apresentaram um maior percentual de evasão. Foram também os bolsistas parciais que apresentaram menor proporção de formados, ou seja, os estudantes com bolsa parcial pareceram ter encontrado mais dificuldades para permanecer no curso e concluí-lo dentro do prazo esperado.

Quadro 8 – Relação de cursos segundo a situação acadêmica dos ingressantes em 2012 com bolsa do ProUni (2017)

10 cursos com maior taxa de formados		10 Cursos com maior taxa de estudantes em curso		10 cursos com maior taxa de evasão	
	%		%		%
Odontologia	92,9%	Engenharia de computação	41,2%	Engenharia de computação	35,3%
Arquitetura e urbanismo	75,9%	Engenharia metalúrgica	40,0%	Nutrição	29,6%
Relações públicas	72,0%	Engenharia química	35,7%	Psicologia	28,2%
Fonoaudiologia	70,8%	Engenharia mecânica	27,5%	Relações públicas	28,0%
Comunicação social	68,8%	Engenharia de controle e automação	25,9%	Direito	25,5%
Publicidade e propaganda	67,1%	Engenharia elétrica	22,1%	Fonoaudiologia	25,0%
Psicologia	66,0%	Matemática	21,4%	Medicina veterinária	24,4%
Pedagogia	65,4%	Engenharia de energia	20,0%	Engenharia química	14,3%
Produção multimídia	65,4%	Engenharia de produção	19,1%	Arquitetura e urbanismo	13,8%
Ciências biológicas	63,6%	Eng. eletrônica e de telecomunicação	18,5%	Odontologia	7,1%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do INEP.

No que tange à distribuição dos bolsistas quanto à situação acadêmica e aos cursos, tendo como ano de referência 2017, buscou-se, no Quadro 8, elencar os dez cursos que apresentaram os maiores percentuais em cada situação (formados; cursando; e evasão). Quando se focalizou o quadro de cursos com maiores números de concluintes, percebeu-se que estes cursos se distinguiam bastante quanto à área de conhecimento a que pertenciam.

É de se destacar que os cursos relacionados às engenharias são predominantes no conjunto de cursos que contavam com os maiores percentuais de estudantes com bolsa que ainda não haviam concluído o curso após cinco de ingresso. Os cursos como Engenharia de Comunicação e Engenharia Metalúrgica, por exemplo, apresentavam percentuais acima de 40% (quarenta por cento) de estudantes que ingressaram em 2012 e ainda estavam em situação de “cursando” no ano de 2017. Tal fato poderia significar uma dificuldade dos estudantes no que se referia ao conteúdo curricular do curso, que exigiria certa proficiência no campo da Matemática que, muitas vezes, não era suprida na Educação Básica pública. Entretanto, a evasão não era marcante nestes cursos, pois os estudantes evadidos se dispersavam mais entre os cursos.

Ao longo deste capítulo, buscou-se revelar o perfil dos estudantes beneficiários do ProUni da PUC Minas e sua trajetória acadêmica, apresentando dados descritivos e refinados, inclusive, com a construção de cruzamentos de variáveis e o exame de uma coorte, a fim de melhor compreender a trajetória dos “prounistas” na instituição.

Os dados obtidos permitiram visualizar mudanças, como também a manutenção de alguns aspectos por parte dos estudantes que ingressaram com bolsa do ProUni na instituição. De modo geral, houve mudanças ao longo dos anos analisados, as quais demonstraram algumas tendências, como o aumento do público masculino, a estabilização do número de estudantes que se identificaram como negros (pretos e pardos) e como brancos, o crescimento do número de estudantes mais jovens, o aumento da busca por outros financiamentos estudantis complementares e a participação em atividades extracurriculares. Mudanças também identificadas, como já apresentado, no caso geral de ingressantes na instituição. Neste sentido, o grupo de bolsistas se aproximava ou acompanhava a evolução do quadro geral de ingressantes na instituição.

Ao se analisar especificamente quem eram os estudantes, segundo sexo, cor/raça e idade, alguns resultados se sobressaíram. As mulheres negras demonstraram ser maioria entre os bolsistas e os homens negros acessaram a instituição em maior percentual como bolsistas. Entretanto, mesmo diante deste contexto, alguns aspectos das desigualdades sociais e educacionais prevaleceram no ingresso dos bolsistas. Poucos estudantes acessaram as carreiras tidas como imperiais; a maioria se direcionou para cursos de menor valor simbólico e econômico, principalmente, as mulheres, que acessaram em maior percentual os cursos de licenciatura ou cursos que se associavam à função feminina na sociedade.

A situação dos bolsistas também pareceu ocorrer de maneira paradoxal. Embora fosse um fator preponderante, mesmo com as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas, fosse para se integrar academicamente, fosse para permanecer no curso, eles apresentavam resultados positivos quanto ao aproveitamento e ao desempenho acadêmico. Desta forma, mesmo passando por um processo de ingresso altamente seletivo e competitivo, os “prounistas” pareceram se ver na necessidade de legitimar seu mérito e “agarrar a oportunidade”, parafraseando uma das entrevistadas.

Diante disto, o ProUni foi reconhecido por contribuir com a qualificação da universidade, resultado que também pode ser encontrado em outras pesquisas. Ele também foi reconhecido por oportunizar o ingresso de um público menos privilegiado no Ensino Superior. No caso mais específico da PUC Minas, o ProUni pareceu se constituir como via de acesso para grupos

menos privilegiados que não conseguiram ingresso em instituições públicas, mas que aspiram ao ensino de qualidade. A qualificação deles foi reconhecida pela nota de corte que ostentavam no processo seletivo do programa e pelo próprio desempenho e envolvimento acadêmico apresentado ao longo de sua trajetória.

Apesar do ProUni ter como foco um público específico, existem diferenciações secundárias entre seus beneficiários que os distinguem e demarcam sua trajetória na universidade. Almeida (2015) evoca este aspecto da diferenciação entre os bolsistas, elencando fatores que os caracterizariam como socialmente mais bem posicionados. Estar em uma instituição mais prestigiada, ser mais jovem (quanto à faixa etária considerada adequada para o Ensino Superior), seriam, para o autor, as características que favoreceriam a entrada em cursos mais rentáveis, simbólica e economicamente, assim como facilitaria uma trajetória acadêmica distinguida. Neste sentido, os bolsistas do ProUni da PUC Minas também poderiam ser ilustrados como “herdeiros”, como Almeida (2015) designa os estudantes bolsistas por ele investigados e em referência à expressão consagrada por Bourdieu e Passeron. Com efeito, os bolsistas que ingressaram na instituição eram oriundos de grupos antes excluídos do Ensino Superior. Entretanto, não se deve esquecer que eles representam um público bastante selecionado e que frequentam um espaço em que o acesso é bastante fechado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi o de traçar e analisar o perfil e a trajetória acadêmica de estudantes beneficiários do ProUni de uma instituição de ensino superior privada de prestígio situada na cidade de Belo Horizonte, buscando identificar quem seriam os “vencedores” no quadro do ProUni e consonâncias e dissonâncias entre os bolsistas do programa e o público geral do ensino superior privado e da instituição investigada. Estudar o perfil destes estudantes permitiu conhecer diferenças secundárias no grupo de beneficiários e como elas influenciam no direcionamento para as instituições, cursos e na trajetória acadêmica, demonstrando, assim, a perpetuação de desigualdades, mesmo que se esteja lidando com programa que busca atender famílias de baixa renda. Para tanto, foram utilizados bancos de dados do Censo da Educação Superior do INEP e também as entrevistas realizadas com gestoras da PUC Minas. Tentamos fazê-lo em diálogo com alguns textos – detectados em um *corpus* extraído de uma revisão de literatura sobre o objeto – que se mostraram importantes para a compreensão dos resultados obtidos, bem como em diálogo com a literatura produzida acerca do ensino superior privado.

Compreender a dinâmica do setor privado de ensino superior se configura como relevante em um contexto de admissão majoritária de estudantes deste nível de ensino e de investimentos públicos direcionados para este setor. Desta forma, foram reunidos, em um capítulo, de maneira condensada, aspectos relacionados à constituição do ensino superior privado no país e também ao perfil dos estudantes que nele ingressaram. O setor privado iniciou sua expansão, no Brasil, a partir dos anos de 1970, mas foi a partir da criação de políticas públicas visando à democratização do acesso, as quais foram instauradas no decorrer da década de 2000, que houve um avanço em seu crescimento. O Programa Universidade para Todos (ProUni) se tornou uma política que potencializou este crescimento, em conjunto com o Fies. Ambos se constituíram como instrumentos relevantes para o acesso de camadas populares ao ensino superior.

O ProUni, desde sua implementação, em 2005, atendeu a mais de dois milhões de estudantes e recebeu a adesão de 50% (cinquenta por cento) das instituições privadas brasileiras. A distribuição dos bolsistas seguiu a tendência do próprio setor privado, concentrando em algumas regiões do país um maior número de estudantes beneficiários do programa, assim como a maior orientação para os cursos em áreas específicas, principalmente, aquelas que se inseriam no campo das Ciências Sociais, Negócios e Direito. Entretanto, alguns aspectos do perfil do quadro geral dos bolsistas do ProUni demonstraram se diferenciar do perfil geral dos estudantes

do ensino privado. Em um cenário em que os brancos apresentavam maior percentual de participação no setor privado, os estudantes autodeclarados negros apresentaram maior participação no quadro de bolsistas.

A idade de ingresso no curso superior dos “prounistas” se revelou diferente daquela encontrada no ensino privado: os ingressantes com bolsa do ProUni ingressaram mais jovens e eram menos numerosos entre os estudantes mais velhos. A evasão dos bolsistas também exibiu resultado relevante, pois os estudantes beneficiários do Programa evadiam em menor grau em comparação como o quadro geral do Ensino Superior privado, corroborando com os estudos que investigam o tema da permanência dos bolsistas (FELICETTI; FOSSATTI, 2014; SILVA; SANTOS, 2017).

Em se tratando de uma pesquisa que estuda o contexto específico de uma dada instituição privada situada em Belo Horizonte, traçamos também o panorama dos bolsistas de Minas Gerais e da Capital Mineira, buscando as especificidades dos sujeitos que constituíram o objeto da presente investigação. Nesse caso, a inserção de negros com bolsa do ProUni na referida instituição era ainda maior, seus bolsistas mais jovens e se diziam menos presentes em cursos na modalidade de Educação a Distância, quando comparados com o quadro mineiro.

No âmbito da instituição investigada, observaram-se mudanças consideráveis na composição do público estudantil. Os resultados demonstraram que o perfil geral de ingressantes se alterou de forma a caminhar para um quadro de elitização, nos últimos anos, uma vez que houve um crescimento da participação do sexo masculino, um aumento de jovens autodeclarados brancos, bem como daqueles oriundos de escolas particulares de Ensino Médio. Na tentativa de compreender este fato, nos apoiamos em duas hipóteses: (i) o crescimento do sexo masculino pode se associar à concentração da oferta de cursos nas áreas de Engenharia e Computação (as quais são tidas como masculinas), inclusive com a criação, no período analisado, de novos cursos na área; (ii) com a implementação da Lei de Cotas (Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012), os jovens pertencentes a meios sociais favorecidos e que não obtiveram êxito no acesso a instituições federais de ensino superior passaram a se dirigir para os estabelecimentos privados de prestígio.

Neste contexto, segundo analisado, o ProUni na PUC Minas representa o lado inverso, pois, entre seus bolsistas, figurava maior número de mulheres, de estudantes autodeclarados negros e provenientes do Ensino Médio público. Contudo, o quadro de bolsistas do ProUni na instituição revelou alguma distinção quando comparado ao perfil geral de “prounistas” no país. Talvez em razão de uma super seleção motivada pela mais estreita porta de entrada em uma instituição prestigiosa, tenham se verificado o ingresso de bolsistas mais jovens e uma trajetória

mais regular (com menor taxa de evasão), assim como uma participação mais efetiva em atividades extracurriculares e um aproveitamento acadêmico notável. Neste sentido, cabe lembrar que o próprio uso da nota obtida no ENEM, no processo seletivo do programa, poderia se configurar como um mecanismo reprodutor de desigualdades no acesso ao ensino superior, dado o contexto de segregação que marca a Educação Básica no país.

Com efeito, foi evidenciada uma conjunção paradoxal no que tange à situação dos bolsistas do ProUni na PUC Minas: ao mesmo tempo em que aparecem – nos relatos das gestoras entrevistadas – como estudantes com sérias dificuldades para “sobreviver” na universidade (relacionadas a problemas financeiros e de integração acadêmica, por falta de capital cultural e informacional exigido pelo ambiente universitário) são, concomitantemente, caracterizados, no discurso, como um público acadêmico qualificado, o qual apresenta bom desempenho (acadêmico), e que é valorizador da universidade por ter obtido sucesso em um processo de seletivo rigoroso. Estaríamos aqui em presença de diferenciações “secundárias” existentes no interior de um contingente (os “prounistas”, em geral) tido como homogêneo, dada sua origem social induzida pelas condicionalidades do Programa?

O ProUni vem contribuindo para o incremento do ingresso dos mais desfavorecidos no ensino superior, não se pode desconsiderar sua importância como política de democratização de acesso a este nível de ensino. Entretanto, não se pode deixar de indagar sobre a produção de uma efetiva democratização do acesso por meio do setor privado, o qual é detentor do maior número de instituições e matrículas no ensino superior. O que os dados nos mostram é que, mesmo com sua capilaridade no território brasileiro e a diversidade de estabelecimentos e cursos existentes, permanece ainda uma distribuição segregada das instituições e seus cursos. Nas regiões mais urbanizadas, se concentrariam as instituições com maior reconhecimento e prestígio, porém, nas regiões mais interiorizadas, estariam as menores instituições, principalmente, as faculdades isoladas, com oferta de cursos de menor custo e valor simbólico e econômico. Sabe-se também que o valor de investimento em cursos mais prestigiosos é mais alto, colocando em jogo a opção por tais cursos por jovens mais pobres. Deste modo, a expansão do ensino contribuiu para abertura de mais possibilidades de ingresso no nível de Educação Superior, contudo, os estudantes provenientes de grupos antes excluídos estariam acessando cursos e instituições de menor prestígio, mantendo-os ainda como excluídos, no interior do próprio sistema.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre; NAVARRA, Julia. "Uni por Uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa": Deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do ProUni no Ensino Superior privado. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 99, p. 65-87, jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000200065&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2018.

ABREU, Luís; CARVALHO, José R. Análise do jogo induzido pelo mecanismo SiSU de alocação de estudantes em universidades. **42º Encontro Nacional de Economia - ANPEC**. Natal, dezembro, 2014.

ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcante de; SIQUEIRA, Liédje Bettizaide Oliveira de; SILVA, Andrea Ferreira da; SOBRAL, Eryka Fernanda Miranda; ROCHA, Evandro Farias. Estratégia Safe Choice sob menor Incerteza e Alocação Ineficiente no Ensino Superior Brasileiro. In: XXI Encontro Regional de Economia, 2016, Fortaleza. **Anais do XXI Encontro Regional de Economia**, 2016.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Os herdeiros e os bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 130, p. 85-100, jan.-mar., 2015. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302015000100085&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 13 abr. 2018.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **ProUni e o Ensino Superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica**. São Paulo: Musa: FAPESP, 2014. 304 p.

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. Ensaio: **Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 21-42, mar. 2011a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2018.

ARIOVALDO, Thainara Cristina de Castro. **O Sistema de Seleção Unificada e a escolha pelas licenciaturas na Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 118. 2018.

ASSUMPCÃO, Andreia dos Santos Barreto Monsore de. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. In: **Cadernos do GEA**, n.6 (jul./dez. 2014). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/04/cademo_gea_n6_digitalfinal.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BARDAZI, M.P. HUTZ, C.S. Rotina Acadêmica e Relação com Colegas e Professores: Impacto na Evasão Universitária. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 43, n. 2, pp. 174-184, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7870>>. Acesso em: 18 out. 2019.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURAO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100214&lng=en&nm=iso>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. 171 p.

BRANCO, Amanda Leal Castelo; BONTEMPO, Gínia Cezar; SARAIVA, Ana Claudia Lopes Chequer; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. O Processo de Escolha por um Curso Superior após a “Lei de Cotas” e o ENEM/SiSU: o caso dos cursos de Licenciatura da UFV campus Viçosa. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo (RS), v.2, p. 21-33, 2016. Disponível em <<https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1213>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

_____. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, 19 de ago. de 1997. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2306-19-agosto-1997-437195-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 29 nov. 2020.

_____. Decreto nº.3.860, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

_____. **Decreto nº. 19.851, de 9 de julho de 2001**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Brasília, DF, 09 abr. 1931. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre alterações no Exame Nacional do Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem_2009_1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 dez. 2020.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 06 jul. 2019.

_____. **Lei nº.10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10861-14-abril-2004-531708-norma-pl.html>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

_____. Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm >. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 ago. 2012. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12711&ano=2012&ato=5dcUTRq1kMVpWT502>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

_____. Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 maio 1999.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Novo Enem.** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/179-estudantes-108009469/vestibulares-1723538374/13318-novo-enem>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Dados Abertos ProUni.** Disponível em: <<http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial Nº 438**, de 28 de maio de 1998. Brasília, DF.

_____. Ministério da Educação. **Prestação de contas ordinárias anual Relatório de gestão do exercício de 2017: Fundo de Financiamento Estudantil – Fies.** Brasília, DF, março de 2018. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14949&Itemid=1064>. Acesso em: 06 mai. 2019.

BRUSCHINI, C., RIDENTI, S. Família, casa e trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 88, p. 30-36, fev. 1994. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/913/919>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2018.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. 54p. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+conceitos%2C+defini%C3%A7%C3%B5es+e+classifica%C3%A7%C3%B5es/378ec098-0d71-4465-bd54-45abbd17c53f?version=1.3>>. Acesso em: 02 out. 2020.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, abr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702019000100195&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2020.

CASALI, Alípio Márcio Dias; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI). **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, p. 681-716, set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000300681&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção Sociologia).

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA). **Relatório de autoavaliação institucional - PUC Minas ciclo 2015/2016**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2017. Disponível em: <<https://www.pucminas.br/cpa/Documents/%E2%80%8BRelat%C3%B3rio%20de%20Autoavalia%C3%A7%C3%A3o%20Institucional.pdf>>. Acesso em 29 nov. 2020.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Prefácio. IN: INCERTI, Fabiano. PAULA, Gustavo Bruno de. GEBER, Saulo (organizadores). **Olhares sobre o ProUni na PUCPR: uma análise sobre o acesso e a permanência de jovens bolsistas no Ensino Superior**. Curitiba: PUCPRESS, 2018. 160 p.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. **Evolução da educação superior privada no Brasil da reforma universitária de 1968 à década de 2010**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7066>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

COSTA, Danielle Dias da; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 141-163, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000100141&lng=en&nm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DANCEY, Christine P. **Estatística sem matemática para psicologia**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

DUBET, F.; DURU-BELLAT, M.; VÉRÉTOUT, A. As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, jan./abr., 2012, p. 22-70.

DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena. O setor privado de ensino superior na América Latina. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 110, p. 7-37, julho 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1574200000200001&lng=en&nm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **PROUNI como política pública em suas instâncias macro-estruturais, meso-institucionais e microssociais: pesquisa sobre a sua implementação pelo micro e por duas universidades na Região Metropolitana do Rio**. Tese (Doutorado em Educação), Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC-Rio, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 238 f. 2009.

FELICETTI, Vera Lucia. Egressos das licenciaturas: o que move a escolha e o exercício da docência. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 34, n. 67, p. 215-232, fev. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000100215&lng=en&nm=iso>. Acesso em: 21 mai. 2018.

FELICETTI, Vera Lucia; FOSSATTI, Paulo. Alunos ProUni e não ProUni nos cursos de licenciatura: evasão em foco. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 51, p. 265-282, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000100016&lng=en&nm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2018.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000200006&lng=en&nm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2017.

FONTELE, Tereza Lúcia Lima; CRISOSTOMO, Vicente Lima. PROUNI - pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 21, n. 3, p. 739-766, nov. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000300739&lng=en&nm=iso>. Acesso em: 22 mai. 2018.

GENTINILIN, João Augusto. BOVÉRIO, Maria Aparecida. MATTOS, Maria José Viana Marinho de. ProUni: questões sobre a eficácia de uma política de inclusão no Ensino Superior. In: MATTOS, Maria José Viana Marinho de. MARTINS, Maria Inês. (orgs.). **Prouni: contribuições para discussão das políticas públicas em Educação Superior no Brasil**. Curitiba: CRV, 2016. p. 11-36.

INCERTI, Fabiano. PAULA, Gustavo Bruno de. GEBER, Saulo (organizadores). **Olhares sobre o ProUni na PUCPR: uma análise sobre o acesso e a permanência de jovens bolsistas no Ensino Superior**. Curitiba: PUCPRESS, 2018. 160 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2017a**. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, 2017b**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, Tabela 5918 - População, por grupos de idade. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5918>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior 2011**. Brasília: Inep, 2012a. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior 2012**. Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2015a. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016a. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: < <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior> >. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018a. Disponível em: < <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior> >. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Evolução do ensino superior: 1980-1998** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2000. 71 p. Disponível em:< http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

KARNAL, César Leonardo *et al.* Fatores de proteção em estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos. *Psicol. Esc. Educ., Maringá*, v. 21, n. 3, p. 437-446, dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300437&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 mai. 2018.

KRAMES, I. P. **Na trilha do ProUni: implantação, acompanhamento e perspectivas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina**. 2010. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. 132f.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares – as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LIMA, Márcia. As novas políticas de inclusão escolar e as famílias: o caso dos beneficiários do ProUni na região metropolitana de São Paulo. In: ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (orgs.). **Família e escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

LUCAS, Samuel R. “Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility, and Social Background Effects.” *American Journal of Sociology*, vol. 106, no. 6, 2001, pp. 1642–1690. Disponível em: <www.jstor.org/stable/10.1086/321300>. Acesso em: 25 set. 2020.

MARTELETO, Leticia J., CARVALHAES, Flavio. HUBERT. Celia Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México. *Rev. bras. estud. popul.*, dez. 2012, vol.29, no.2, p.277-302. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 ago. 2020.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, pág. 15-35, abril de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de novembro de 2020.

MATTOS, Maria José Vianna Marinho de. MARTINS, Maria Inês. **ProUni: contribuições para a discussão das políticas públicas em Educação Superior no Brasil**. Curitiba: CRV, 2016. 276 p.

MONGIM, Andrea Bayerl. Crescimento pessoal, mediação e sacrifício: itinerários sociais de estudantes beneficiários do ProUni. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 927-943, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400927&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2018.

MONGIM, Andrea Bayerl. Itinerários de escolarização e mediações subjacentes: a experiência de discentes beneficiários do ProUni. **Ensaio: aval.pol. públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 93, p. 804-823, dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362016000400804&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2018.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. MARTINS, Carlos Benedito Martins. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: Tom Dwyer *et al* (orgs). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. – Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p. 95-123. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28162%3Ajovens-universitarios-em-um-mundo-em-transformacao-uma-pesquisa-ino-brasileira&catid=394%3A2016&directory=1&Itemid=1>. Acesso em: 25 set. 2020.

NEVES, Clarissa Baeta. Trajetórias escolares, famílias e políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro. In: ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (orgs.). **Família e escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis: Vozes, 2013. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

NOGUEIRA, Cláudio Martins. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **Estudos de Sociologia**, [S.l.], v. 2, n. 18, mar. 2013. ISSN 2317-5427. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235241/28263>>. Acesso em: 26 out. 2020.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.; NONATO, Brécia F.; RIBEIRO, Gustavo M.; FLONTINO, Sandra R. D. Promessas e limites: o Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista** [online]. 2017, vol.33, e161036. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982017000100116&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 out. 2019.

NOGUEIRA, Cláudio M. M. Qual acesso ao ensino superior? Colocando a “escolha” dos cursos superiores por parte dos candidatos no centro do debate. In: CUNHA, Dayse Moreira. LAS CASAS, Estevam Barbosa. (orgs.). **Educação Superior: desafios em perspectivas transdisciplinares**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. p. 21-39.

NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (Orgs.). **Pierre Bourdieu. Escritos em Educação**. Petrópolis: Vozes, 2015. 279 p.

NOGUEIRA, Claudio M. M. NOGUEIRA, Maria Alice. Os Herdeiros: fundamentos para uma sociologia do ensino superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 130, pág. 47-62, março de 2015.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000100047&lng=en&nrm=iso>. acesso em 23 de novembro de 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice de Lima Gomes. **Elites econômicas e escolarização – Um estudo de trajetórias e estratégias escolares junto a um grupo de famílias de empresários de Minas Gerais**. Tese apresentada para concurso de professor titular FAE/UFMG, 2002.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu e a educação**. Autêntica: Belo Horizonte, 4ª ed., 2017. 126 p.

NONATO, Brésia França. **Lei de cotas e SisU: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às instituições federais**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, f. 301. 2018.

OLIVEIRA, Alessandra dos Santos; BOCK, Ana Mercês Bahia. Escolha do curso por prouinistas: estudando a dimensão subjetiva da desigualdade. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 303-312, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572016000200303&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2018.

OLIVEIRA, C. T. SANTOS, A. S. Atividades extracurriculares na graduação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36 n°4, 864-876, out-dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n4/1982-3703-pcp-36-4-0864.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2019.

PAIVA, Andressa Jackeline de Oliveira Mario e. **Análise Censitária do Perfil Socioeconômico e Desempenho Acadêmico dos Estudantes ProUni das Instituições de Ensino Superior Privadas Sem Fins Lucrativos no Enade (2010-2017)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 255 f. 2020.

PEREIRA FILHO, Ednaldo da Silva. **Perfil de jovens universitários bolsistas do ProUni: um estudo de caso na UNISINOS**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNISINOS. São Leopoldo, 131 f. 2011.

PIOTTO, Débora C. Universitários de camadas populares em cursos de alta seletividade: aspectos subjetivos. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 11, p. 229-242, 2010.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Secretaria Geral. **Relatório de Atividades 2018**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2019. 597 p. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/relatorio_atividades_2018/file/arquivos/pdf/relatorioatividades.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

RAFTERY, Adrian E., and Michael Hout. “Maximally Maintained Inequality: Expansion, Reform, and Opportunity in Irish Education, 1921-75.” **Sociology of Education**, vol. 66, no. 1, 1993, pp. 41–62. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/2112784. Acesso em: 25 set. 2020.

REDIN, Ezequiel. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 63, p. 237-252, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602017000100237&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2018.

RIBEIRO, Flávia de Mendonça; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Consciência de Estudantes Pro-nistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 418-431, jun.2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000200418&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2018.

RIBEIRO, Carlos A. C.; SCHLEGEL, Rogério. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). In: RIBEIRO, Carlos A. C. **Juventudes e Educação: Escola e Transições para Vida Adulta no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Azougue, 2014.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex aequo**, Lisboa, n. 33, p. 149-161, jun. 2016. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602016000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. MADSEN, Nina. Educação Formal, Mulheres E Gênero No Brasil Contemporâneo. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (org.). Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436p.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no brasil contemporâneo. **Estudos feministas**, v. 9, n. 2, p 515-540, 2º sem. 2001. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/316/showToc> >. Acesso em: 11 dez. 2019.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo soc.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-253, ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000200219&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 43-55, fev. 2014. Disponível em. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro -1808-1990**, NUPES/USP, São Paulo, 1991.

SAMPAIO, Helena. **Novas dinâmicas do ensino superior no brasil: o público e o privado**. Flacso Brasil, Rio de Janeiro, Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil, opinião n 23, 2016. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?publication=opinioao-n23-novas-dinamicas-do-ensino-superior-no-brasil-o-publico-e-o-privado>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

SANTOS, Clarissa Tagliari. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, Brasília, v. 93, n. 235, p. 770-790, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812012000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai.2018.

SANTOS, Clarissa Tagliari. Informational Capital and sens du jeu: Identifying the Quality of Higher Education. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 233-272, dez.2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412015000200233&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2018.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano 1, n. 1, p. 1-15, jul., 2009. Disponível em:<<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 22 de ago. 2018.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; NUNES, Adriana de Souza. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 941-964, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 mai. 2018.

Schwartzman S. Perspectivas para a educação superior no Brasil. In: Negri, João Alberto De, Bruno César Araújo, and Ricardo Bacelette, eds. 2018. **Desafios da nação: artigos de apoio**. Vol. 2. Brasília: IPEA, 2018.

_____. A educação superior e os desafios do século XXI. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 15-45.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 205-222, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 mai. 2018.

SENKEVICS, Adriano Souza. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-44-e182839.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2019.

SILVA, Adriano Maniçoba da; SANTOS, Beatriz Carolini Silva. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 741-757, dez.2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000300741&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 mai. 2018.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de. ProUni: diálogo entre ações afirmativas e políticas universais, segundo as assistentes sociais. In: MATTOS, Maria José Viana Marinho de. MARTINS, Maria Inês. (orgs.). **ProUni: contribuições para discussão das políticas públicas em Educação Superior no Brasil**. Curitiba: CRV, 2016. p. 99 -116.

TINTO, Vincent. **Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition**. Chicago: The university Chicago Press, 2012.

VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: profissões imperiais no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 15, n. 28, 2010, p. 107-124. Disponível em:<<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2553/2173>>. Acesso: 26 out. 2020.

VIANA, Maria José Braga. **Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidade**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 264. 1998.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11, n. 32, maio/ago., 2006.